ELOI MARTINS SENHORAS
AMARILDO TAQUIDIR DE GUSSULE
(organizadores)

MOÇAMBIQUE
Agendas Temáticas

EDITORA

MOÇAMBIQUE

Agendas Temáticas

MOÇAMBIQUE

Agendas Temáticas

ELÓI MARTINS SENHORAS
AMARILDO TAQUIDIR DE GUSSULE
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se69 SENHORAS, Elói Martins; GUSSULE, Amarildo Taquidir de (organizadores).

Moçambique: Agendas Temáticas. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 321 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-97-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.13770501

1 - Admiistração. 2 - Educação. 3 - Estudos de Casos. 4 - Moçambique. . 5 - Sociologia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Ciências Sociais.. IV - Série

CDD–300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9

CAPÍTULO 1 |
Análise dos Impactos Psicossociais do
Divórcio em Crianças em Nampula, Moçambique 13

CAPÍTULO 2 |
Gestão de Conflito Eleitoral e o Desenvolvimento das Autarquias:
Estudo se Caso em Nampula, Moçambique 39

CAPÍTULO 3 |
Conselhos Consultivos no Acto de Reassentamentos em Moçambique:
Estudo de um Conjunto Habitacional em Nampula 89

CAPÍTULO 4 |
Avaliação da Qualidade de Água em Moçambique:
Um Estudo de Caso de Águas Superficiais de Nampula 107

CAPÍTULO 5 |
Impacto da Comunicação Empresarial Interna:
Estudo de Caso em Moçambique 129

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
Factores de Sucesso em Pequenas e Médias Empresas
Decorrentes de Políticas Contabilísticas: Estudo de Caso em Moçambique 149

CAPÍTULO 7 |
Educação Ambiental e Desenvolvimento Local:
Percepção dos Alunos de uma Escola Secundária em Moçambique 191

CAPÍTULO 8 |
Ondas de Mudança: O Poder das Palestras Sobre
Conservação Marinha em Escolas Secundárias de Moçambique 223

CAPÍTULO 9 |
Afectividade do Professor no Processo de Ensino-Aprendizagem:
Estudo de Escola Básica de Cerâmica em Moçambique 249

CAPÍTULO 10 |
Auto-Regulação de Aprendizagem no Ensino Superior em Moçambique:
Estudo de Caso na Academia Militar Marechal Samora Machel 273

CAPÍTULO 11 |
Infraestruturas Como Indicador de Avaliação de
Qualidade no Contexto Educacional de Moçambique 291

SOBRE OS AUTORES | 311

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nesta obra, os capítulos consolidam um espaço de comunicação de pesquisas desenvolvidas por autores moçambicanos que representam uma seleta comunidade epistêmica para pensar diferentes agendas temáticas do país e que de certo modo contribuem para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas sobre Moçambique.

Constituído por onze capítulos, o presente livro foi estruturado em três eixos temáticos que correspondem aos núcleos de convergência multidisciplinar das diferentes pesquisas apresentadas, respectivamente identificadas por um conjunto de agendas focadas em estudos sociológicos, educacionais e de gestão no contexto de Moçambique.

Os dezesseis pesquisadores, envolvidos na construção destes onze capítulos, apresentam criteriosos estudos científicos sobre os mais variados recortes temáticos a partir de um enfoque multidisciplinar que se tornou uma força motriz relevante para refletir sobre Moçambique em suas distintas complexidades socioespaciais.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de onze capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas a partir de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico presente na obra como um todo.

O processo de estruturação desta obra foi realizado tendo o obetivo de estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre o pensamento e a realidade material de Moçambique a partir de um esforço multidisciplinar e que se assenta em um espírito de

fortalecimento dos espaços públicos de diálogo e leitura para um amplo público potencialmente interessado.

As discussões e resultados apresentados no presente livro, intitulado como "Moçambique: Agendas Temáticas" apontam não apenas a abertura para discussões sobre Moçambique que somente foi possível em função de um trabalho articulado a várias mãos por um conjunto de pesquisadores com distintas formações acadêmicas, origens institucionais e *expertises* profissionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos desta obra combina distintas abordagens qualitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos sobre Moçambique e também para se refletir as a construção de possíveis políticas públicas.

Recomendada para um extenso número de leitores, esta obra traz relevantes reflexões sobre as agendas, sujeitos e instituições de Moçambique, as quais vão, potencialmente ao encontro do interesse, de tanto um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto um público especializado de acadêmicos, profissionais, bem como de *policymakers* que tornam o país como foco de suas preocupações.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. Amarildo Taquidir de Gussule

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Análise dos Impactos Psicossociais do Divórcio em Crianças em Nampula, Moçambique

ANÁLISE DOS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO DIVÓRCIO EM CRIANÇAS EM NAMPULA, MOÇAMBIQUE

Amarildo Taquidir de Gussule

Faustino Dinis

Nampula, uma das províncias mais populosas de Moçambique, caracteriza-se por uma rica diversidade étnica e cultural. A sociedade é influenciada por tradições e práticas que moldam as relações familiares. É essencial compreender a estrutura social e os valores culturais que permeiam as decisões relacionadas ao casamento e ao divórcio. O casamento em Nampula muitas vezes está ligado a aspectos tradicionais e rituais culturais. As expectativas em torno do casamento e da família desempenham um papel crucial nas dinâmicas sociais. Entender as normas e valores associados ao casamento é fundamental para compreender como o divórcio é percebido e vivenciado pela comunidade.

A economia de Nampula, em grande parte agrícola, também desempenha um papel nas dinâmicas familiares. Mudanças económicas podem influenciar as relações conjugais e, por conseguinte, as decisões de divórcio. A análise do contexto económico é vital para compreender as motivações por trás das escolhas familiares. O sistema legal e institucional em Nampula influencia a forma como o divórcio é conduzido e percebido. Compreender as leis locais e as estruturas de suporte disponíveis para as famílias em processo de divórcio é crucial para avaliar o cenário geral.

A sociedade em Nampula pode estar sujeita a estigmas associados ao divórcio. Examinar como a comunidade reage a casais divorciados e às crianças afectadas é essencial para entender os

desafios psicossociais que podem surgir. As mudanças nas dinâmicas familiares após o divórcio têm implicações significativas na vida das crianças. Investigar como essas mudanças são percebidas e gerenciadas pela comunidade é crucial para identificar possíveis áreas de intervenção.

Embora o casamento seja idealizado como uma união duradoura e feliz, a realidade é que muitos casais enfrentam dificuldades e desafios ao longo do tempo, e essa união pode, em alguns casos, culminar em divórcio. O divórcio é o processo legal pelo qual um casamento é dissolvido, encerrando oficialmente a relação conjugal.

O divórcio é uma realidade presente em muitas famílias contemporâneas e representa um momento de transição significativo para todos os envolvidos. No contexto desse processo, as crianças do casal acabam sendo obrigadas, pelas circunstâncias, passar por diversos processos de transição, tendo que se adaptar a uma nova realidade na qual os seus pais já não formam mais um casal. Esta transição, que as vezes ocorrem de forma abrupta, implica que estas mudanças não sejam apenas superficiais por parte da criança. Embora cada criança reaja de forma única, existem alguns impactos comuns que podem ocorrer.

O aumento das taxas de divórcio em Nampula, Moçambique, destaca-se como um fenómeno sociocultural complexo que pode gerar impactos psicossociais significativos nas crianças. Contudo, a falta de estudos abrangentes sobre as experiências, desafios e estratégias de intervenção específicos nesta região dificulta a compreensão profunda dos efeitos do divórcio nas crianças. Diante dessa lacuna, torna-se imperativo investigar como o divórcio afecta psicossocialmente as crianças em Nampula e identificar estratégias eficazes de intervenção que possam mitigar esses impactos.

Este estudo ira impactar nas crianças, ao compreender os efeitos psicossociais do divórcio nas crianças é crucial para garantir seu bem-estar emocional e desenvolvimento saudável. O estudo visa preencher a falta de informações específicas sobre como as crianças em Nampula enfrentam e lidam com os desafios decorrentes do divórcio. Também na vertente cultural, tendo em conta a rica diversidade cultural em Nampula, é essencial contextualizar os impactos do divórcio dentro do quadro cultural específico. Isso não apenas enriquece o entendimento académico, mas também informa estratégias de intervenção culturalmente sensíveis.

Não só como a contribuição para políticas públicas, este estudo pode fornecer insights valiosos para os fazedores de políticas públicas ao abordar a necessidade de desenvolver intervenções específicas para apoiar crianças em famílias divorciadas em Nampula. Essas informações podem contribuir para a criação de políticas mais eficazes e sensíveis às necessidades locais. Para terminar ira impulsionar na construção de conhecimento científico, ou seja a pesquisa contribuirá para o acúmulo de conhecimento científico sobre o impacto do divórcio nas crianças em contextos africanos específicos, preenchendo uma lacuna na literatura existente e fornecendo uma base para futuras investigações.

O estudo tem como objectivo geral, analisar os impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique. Onde tivemos como objectivos específicos: Identificar os impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique; Demostrar os desafios emocionais específicos que as crianças enfrentam em decorrência do divórcio; e Propor estratégias de intervenção adaptadas ao contexto cultural específico da região, visando melhorar o suporte emocional e psicossocial para as crianças em famílias divorciadas.

No concerne a metodologia, usou-se uma abordagem qualitativa, para obter uma compreensão abrangente dos impactos

psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique, a luz dum paradigma interpretativo.

Entrevistas Semiestruturadas que foram traduzidas e conduzidas entrevistas com crianças em famílias divorciadas, pais, educadores, profissionais de saúde mental e membros da comunidade para explorar suas perspectivas sobre as experiências e desafios relacionados ao divórcio. Foram criados grupos focais com crianças de diferentes faixas etárias para facilitar a discussão de temas sensíveis e a identificação de padrões.

Os participantes da pesquisa foram compostos por crianças em idade escolar (8 a 16 anos) de famílias divorciadas em Nampula, Moçambique. Além disso, pais, educadores, profissionais de saúde mental e membros da comunidade serão incluídos na pesquisa. Todas as crianças pertenciam a famílias legalmente divorciadas e estar dispostas a participar voluntariamente. Os pais foram seleccionados pais de crianças em famílias divorciadas dispostos a compartilhar suas experiências. Quanto aos educadores e profissionais de saúde mental, foram participantes com experiência significativa em lidar com crianças em situações de divórcio, para terminar os membros da comunidade foram indivíduos de diferentes grupos etários e *backgrounds* para abranger diversas perspectivas. O uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos permitiu uma análise mais profunda e abrangente dos impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para uma melhor compreensão sobre o casamento, precisa-se entender o conceito de família, que, de acordo com Maluf (2010), possui diversos significados. Segundo este autor, família é

originariamente o lugar onde o Homem se encontra inserido por nascimento ou adopção e nela desenvolve, através das experiências vividas, sua personalidade e seu carácter. Na visão deste autor, o conceito de família vem sofrendo, no passar dos tempos, inúmeras transformações de carácter público e privado em face do interesse e do novo redimensionamento da sociedade.

Por sua vez, Santos (2013) afirma que família é um conjunto de pessoas que normalmente vivem na mesma casa, tendo entre os seus membros um vínculo, sanguíneo e/ou afectivo. Na perspectiva de Santos (2013), esse vínculo, cresce e se fortalece com o passar do tempo, fazendo do casamento uma união feliz e duradoura para muitas pessoas, mesmo em meio a algumas adversidades.

Quanto ao casamento segundo Almeida *et al*. (2013), o casamento é uma união que consagra entre os casais o amor, a cumplicidade, a confiança, a amizade, o respeito, dentre outros adjectivos. Para muitas pessoas, o casamento é a realização de um sonho que foi imposto pela importância ou necessidade desde a fase infantil, principalmente para as mulheres, por serem ensinadas a seguir correctamente as etapas da vida, onde tem-se: crescer, casar, ter filhos, envelhecer e morrer. Tornando-se então, o casamento, uma meta de vida.

Por outras palavras, o casamento é uma instituição social que envolve a união legal e emocional de duas pessoas, geralmente com o objectivo de construir uma vida compartilhada, criar uma família e estabelecer um compromisso de longo prazo. É uma cerimónia que transcende o aspecto puramente romântico e tem profundas raízes culturais, religiosas e legais em diferentes sociedades ao redor do mundo.

Olhando para as abordagens de Santos (2013) e Almeida *et al.* (2013), percebe-se que há muitas diferenças entre o casamento da época actual e antigamente; um exemplo a ser colocado é o fato de

que as mulheres se casavam bem novas, casamento esse imposto pelos pais, além de que, o divórcio não era algo aceite com naturalidade, principalmente para a mulher, que uma vez divorciada tinha sua honra manchada e dificilmente encontraria outra pessoa para se casar, fazendo assim com que a mesma continuasse o casamento mesmo em meio a vários conflitos. O que mudou bastante nos dias actuais, o divórcio é visto com mais naturalidade, podendo qualquer uma das partes fazer o pedido de anulação do casamento.

No que tange ao divórcio para Diniz (2006) conceitua o divórcio como a dissolução de um casamento válido, ou seja, ato que representa a extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial, habilitando as pessoas divorciadas a convolar novas núpcias. Na visão deste autor, o divórcio se dá por meio de vários conflitos existentes dentro de um casamento, brigas, mentiras, traições, fazendo com que a solução seja quase que impossível; a única saída é o divórcio.

Tavares (2017) destaca as três fases do processo de divórcio: a primeira pode-se dizer que:

> É uma etapa em que um dos cônjuges ou ambos se encontram desapontados, insatisfeitos com a relação, a segunda é o momento em que acontece a separação propriamente dita, e o casal precisa rever as expectativas a partir dessa decisão, e, por fim, a terceira é onde os cônjuges começam a se adaptar com a nova realidade em que a característica principal é o recomeço (TAVARES, 2017, p. 13).

Melo e Miccione (2014) referem que essa separação pode ocorrer de forma amigável, onde ambas as partes continuam amigos e resolvem seus conflitos sem procurar meios judiciais, ou pode acontecer da forma mais difícil, por meio de brigas intensas,

causando mágoa, tristeza e rancor. Em geral, as separações podem ter diversos motivos, no entanto, os mais comuns são a infidelidade, o ciúme excessivo e a violência física ou psicológica por parte de um dos parceiros.

Para Maluf (2010), o panorama do divórcio em Moçambique, como muitos países africanos, passou por mudanças significativas nas dinâmicas familiares nas últimas décadas. O divórcio, que historicamente era menos comum, tem sido objecto de transformações devido a factores sociais, económicos e culturais. Alguns elementos importantes para compreender o panorama do divórcio em Moçambique incluem:

- Tradições Matrimoniais: Moçambique possui uma rica diversidade cultural, reflectida nas diferentes tradições matrimoniais. Com casamentos muitas vezes sendo vistos como eventos comunitários, mudanças nas percepções sobre o casamento e o divórcio têm implicações profundas nas estruturas familiares;
- Influência da Colonização e Globalização: O período de colonização e a influência da globalização trouxeram mudanças nos padrões de vida e nas relações interpessoais. Estas mudanças podem ter impacto nas expectativas em torno do casamento e nas razões para o divórcio;
- Factores Económicos: A situação económica do país pode influenciar directamente nas dinâmicas familiares. Pressões económicas podem ser um factor desencadeador para a tomada de decisões relacionadas ao divórcio, e;
- Sistema Legal: O sistema legal também desempenha um papel importante. Mudanças nas leis de família e os processos de divórcio em Moçambique podem

moldar a forma como as pessoas encaram o rompimento matrimonial.

Numa visão mais profunda, Santos (2013), afirma que o divórcio, independentemente do contexto cultural, tem implicações significativas para as crianças em escala global. Algumas repercussões comuns incluem:

- Impacto Emocional: Crianças frequentemente experimentam uma gama de emoções, como ansiedade, tristeza e confusão, durante e após o divórcio de seus pais;
- Alterações no Desempenho Escolar: O divórcio pode estar associado a mudanças no ambiente familiar que afectam o desempenho académico e a concentração das crianças;
- Problemas de Comportamento: Algumas crianças podem manifestar problemas de comportamento, como agressividade ou reclusão, como resposta ao estrese associado ao divórcio, e;
- Desafios nas Relações Sociais: As relações sociais, tanto dentro como fora da família, podem ser afectadas. Crianças podem enfrentar dificuldades em relacionar-se com colegas e amigos devido à nova dinâmica familiar.

Para Gussule (2023), Tavares (2017), e Almeida *et al*. (2013), olham Nampula, sendo uma província de Moçambique, apresenta características culturais e sociais únicas que moldam as experiências de divórcio. Algumas especificidades incluem:

- Tradições e Rituais Matrimoniais Locais: As tradições matrimoniais específicas de Nampula influenciam a percepção local do casamento e, por extensão, do divórcio;
- Importância da Comunidade: Em muitas comunidades de Nampula, a colectividade é valorizada. O divórcio pode não ser apenas uma questão do casal, mas também envolver a comunidade;
- Estigma e Apoio Social: O estigma associado ao divórcio e o apoio social disponível na comunidade de Nampula são factores cruciais a serem considerados ao avaliar o impacto nas crianças; e
- Influência de Crenças Religiosas: A religião desempenha um papel importante em muitas comunidades moçambicanas, podendo influenciar as atitudes em relação ao divórcio e moldar o suporte social disponível.

No que tange a gama emocional, dizer que as emoções que as crianças experimentam durante o processo de divórcio, incluindo tristeza, raiva, confusão e possíveis sentimentos de culpa (CONDESSO, 2016). Ainda o autor indica outras experiencias tais como:

- Variação por idade: Analisar como diferentes faixas etárias de crianças lidam com as emoções relacionadas ao divórcio;
- Impacto nas relações familiares ou seja Relação com Pais: Investigar como o divórcio afecta a relação das crianças com ambos os pais, considerando possíveis mudanças na guarda e na visitação;

- Relações entre Irmãos: Explorar o impacto nas relações entre irmãos e possíveis mudanças nas dinâmicas familiares;
- Mudanças no ambiente escolar ou seja desempenho académico: Avaliar se há correlações entre o divórcio e mudanças no desempenho académico das crianças;
- Relações com colegas: Investigar como as relações com colegas podem ser influenciadas pelo divórcio;
- Adaptação a novas realidades ou seja resiliência: Identificar sinais de resiliência nas crianças e estratégias de enfrentamento que desenvolvem para se adaptarem às novas realidades familiares;
- Mudanças nas rotinas: Analisar como as mudanças nas rotinas diárias impactam a vida quotidiana das crianças;
- Influência do ambiente cultural ou seja valores culturais: Considerar como os valores culturais específicos de Nampula influenciam as experiências das crianças após o divórcio;
- Estigma e aceitação social: Explorar se existe estigma associado ao divórcio e como isso pode afectar as crianças em termos de aceitação social;
- Suporte Emocional e Social ou seja redes de apoio: Investigar a presença e a eficácia das redes de apoio emocional, incluindo familiares, amigos e membros da comunidade, e;
- Intervenção Profissional: Analisar se as crianças têm acesso a serviços de saúde mental ou outras intervenções profissionais de apoio.

Raposo *et al*. (2010), apontam alguns desafios enfrentados pelas crianças:

- Dificuldades emocionais ou seja ansiedade e depressão: Analisar como o divórcio pode contribuir para o desenvolvimento de ansiedade e depressão nas crianças, e;
- Luto e Perda: Explorar como as crianças lidam com o luto e a sensação de perda relacionada à mudança na estrutura familiar.

Na mesma senda Reche (2017), fala de mudanças nas relações familiares ou seja comunicação com os Pais:

- Investigar possíveis desafios na comunicação entre as crianças e os pais após o divórcio; e
- Conflitos Prolongados: Analisar se o divórcio contribui para conflitos prolongados entre os pais e como isso afecta as crianças.

Já, Ramires (2010), focasse na adaptação escolar, onde faz menção ao bullying e estigmatização:

- Avaliar se as crianças enfrentam situações de bullying ou estigmatização na escola devido ao divórcio, e;
- Desinteresse Académico: Investigar a possibilidade de desinteresse académico em decorrência das mudanças familiares.

Não só como o Problemas de comportamento com maior enfâse na agressividade ou recessão: Analisar se o divórcio está associado a mudanças nos comportamentos, como agressividade ou reclusão.

Desafios na auto-regulação: Investigar possíveis dificuldades que as crianças possam enfrentar na auto-regulação emocional e comportamental.

Enquanto Santos (2013), fala do impacto nas amizades como o caso de isolamento social:

- Explorar se o divórcio pode contribuir para o isolamento social ou para desafios nas amizades das crianças, e;
- Mudanças nas Redes Sociais: Analisar como as redes sociais das crianças são afetadas pelas mudanças familiares.

Diferente de Maluf (2010), quando aborda os efeitos a longo prazo como o caso do desenvolvimento psicológico:

- Investigar possíveis efeitos a longo prazo do divórcio no desenvolvimento psicológico das crianças; e
- Relações adultas: Explorar como o divórcio na infância pode influenciar as relações adultas posteriormente na vida.

Por fim Tavares (2017), aborda entorno dos factores culturais e sociais como e a situação do estigma cultural:

- Analisar se o estigma cultural associado ao divórcio representa um desafio adicional para as crianças; e
- Pressões Comunitárias: Investigar se as crianças enfrentam pressões da comunidade devido às

expectativas culturais em torno do casamento e da família.

Logo, percebe-se que as estratégias de intervenção é essencial para oferecer propostas concretas e práticas que possam mitigar os desafios enfrentados pelas crianças após o divórcio em Nampula (ALMEIDA *et al*., 2013). Nesse pensamento eles propõem como estratégias de Intervenção:

- Abordagens Psicológicas ou seja aconselhamento individual e familiar: Propor a implementação de programas de aconselhamento psicológico, tanto individual quanto familiar, para ajudar as crianças e os pais a lidar com as questões emocionais pós-divórcio, e;
- Terapia de Grupo: Sugerir a criação de grupos terapêuticos para crianças que vivenciam o divórcio, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento.

Ramires (2010), enfatiza o envolvimento escolar:

- Programas de Apoio Escolar: Propor a implementação de programas escolares específicos que ofereçam suporte académico adicional para crianças em famílias divorciadas, e;
- Conscientização entre Educadores: Sugerir a realização de programas de conscientização para educadores sobre as necessidades específicas de crianças que vivenciam o divórcio.

Não só como também a promoção da resiliência ou seja o desenvolvimento de habilidades de Enfrentamento:

- Propor programas que visem o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e resiliência nas crianças para lidar com os desafios do divórcio; e
- Actividades Extracurriculares: Sugerir o estímulo à participação em actividades extracurriculares que possam fortalecer a auto-estima e habilidades sociais.

Tavares (2017) defende as intervenções culturais sensíveis como a orientação culturalmente relevante:

- Propor a inclusão de elementos culturais locais nas intervenções, garantindo que as estratégias se alinhem com as normas e valores específicos de Nampula; e
- Colaboração com Líderes Comunitários: Sugerir parcerias com líderes comunitários para promover uma compreensão culturalmente sensível dos desafios enfrentados pelas crianças.

Já, Santos (2013), fala do suporte governamental e políticas públicas através de programas de assistência social:

- Propor a implementação de programas de assistência social que forneçam suporte financeiro e recursos adicionais para famílias em processo de divórcio, e;
- Educação Pública: Sugerir campanhas de educação pública para reduzir o estigma associado ao divórcio,

promovendo uma compreensão mais empática na comunidade.

Enquanto Maluf (2010) e Reche (2017), sugerem capacitação parental como workshops e seminários:

- Propor a realização de workshops e seminários para pais, focados em estratégias de comunicação eficazes e na promoção de ambientes familiares saudáveis, e;
- Recursos de Apoio Online: Sugerir a criação de plataformas online que ofereçam recursos e informações sobre o impacto do divórcio nas crianças, visando orientar os pais.

Devido à sua complexidade e efectividade, muitos pesquisadores delimitaram seu campo de actuação na família, como principal instituição afectada com o divórcio, a fim de saber quais seriam os desdobramentos para os envolvidos, considerando os principais actores e aqueles que estão mais próximos e que são atingidos directa ou indirectamente, a partir da separação.

Na perspectiva de Reche (2017), a separação ou divórcio tem influência directa na formação da personalidade do indivíduo, principalmente quando esses acontecimentos ocorrem na fase da inf6ancia e/ou adolescência, o que por diversos factores pode potencializar os impactos. Sendo assim, faz-se necessário, de acordo com o autor supracitado, buscar saber quais são os principais impactos que surgem nas crianças e adolescentes provenientes desta causa, a fim de diagnosticar e pesquisar quais os melhores métodos de combate a esses males.

Almeida *et al*. (2010) referem à ausência de um dos cônjuges no quotidiano dos filhos, como factor capaz de influenciar a

percepção do mundo e de si mesmo, contribuindo para uma auto-imagem ruim, desenvolvendo níveis alto de ansiedade, instabilidade afectiva, dificuldades de controlo da agressividade, impulsividade e aparecimento de sintomas depressivos.

OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO DIVÓRCIO NAS CRIANÇAS EM NAMPULA, MOÇAMBIQUE

Neste ponto iremos discutir entorno do impacto psicossociais do divórcio em Nampula, Moçambique, para melhor compreensão dos resultados foram envolvidos crianças, pais, educadores, profissionais de saúde mental, e membros da comunidade, onde se fez um cruzamento dos dados empíricos e a literatura bibliográfica consultada para se chegar aos resultados pretendidos.

O divórcio é um fenómeno complexo que impacta não apenas os cônjuges envolvidos, mas também tem repercussões significativas nas crianças. Este estudo busca analisar os impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique. Nampula, uma província diversificada em termos culturais, enfrenta mudanças nas dinâmicas familiares que merecem uma investigação aprofundada para compreender como o contexto local influencia as experiências das crianças em situações de divórcio.

Nampula, como parte integrante de Moçambique, é caracterizada por uma rica diversidade cultural e tradições matrimoniais distintas. O entendimento do panorama local do divórcio é crucial para contextualizar as experiências das crianças. Mudanças nas expectativas culturais e influências externas, como globalização e urbanização, podem moldar a forma como o divórcio é percebido e vivenciado em Nampula.

Identificar os impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula, Moçambique

Nesta categoria os entrevistados comungam que existem vários impactos sociais e psicológicos causados pelo divórcio.

De acordo com Santos (2013), aborda os impactos Psicológicos como sendo expressão emocionais como tristeza, raiva, ansiedade e confusão. Não só como a questão de auto-estima e identidade, após o divórcio.

Em relação aos impactos sociais, os dados empíricos apontam para as relações familiares.

Examinar como o divórcio influencia as relações entre as crianças e os pais, bem como as dinâmicas entre irmãos, também as relações com pares isto e investigar se o divórcio tem repercussões nas relações das crianças com seus colegas e amigos (SANTOS, 2013).

Em suma diríamos que nesta categoria esta clara que o divórcio tem impactos psicossociais na vida das crianças. Ao identificar esses impactos psicossociais, este estudo visa fornecer uma visão abrangente das experiências das crianças em Nampula após o divórcio.

Demostrar os desafios emocionais específicos que as crianças enfrentam em decorrência do divórcio

O divórcio é um evento impactante que, muitas vezes, desencadeia desafios emocionais significativos para as crianças envolvidas. Este estudo se propõe a explorar e demonstrar os desafios emocionais específicos que as crianças enfrentam em

Nampula, Moçambique, como resultado do divórcio. Compreender esses desafios é crucial para o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes.

As crianças entrevistadas apontaram como maior desafio angústia e confusão emocional.

Para Tavares (2017), as crianças frequentemente experienciam uma gama complexa de emoções, incluindo angústia e confusão emocional em resposta à ruptura da unidade familiar.

Os pais, focaram ao sentimento de abandono como sendo o principal desafio.

O divórcio pode desencadear sentimentos intensos de abandono nas crianças, especialmente se houver mudanças na dinâmica da custódia e na frequência do contacto com os pais (ALMEIDA *et al*., 2013).

Quanto aos educadores apontam a culpa e Auto-responsabilização como principal desafio pós divórcio para as crianças.

Para Condesso (2016), crianças podem internalizar o divórcio como resultado de suas próprias acções, desenvolvendo sentimentos de culpa e auto-responsabilização pelo rompimento dos pais.

Já, para os profissionais de saúde mental falam dos desafios na adaptação a mudanças e o medo do abandono futuro.

A necessidade de se adaptar a um novo ambiente, rotinas e, possivelmente, a introdução de novos membros na família pode gerar estresse emocional significativo. Como também as crianças podem desenvolver um medo duradouro de futuras relações interpessoais, temendo que outras pessoas importantes em suas vidas também as abandonem (SANTOS, 2013).

Diante de tudo os membros da comunidade falaram da influência de factores culturais como e o caso do estigma social e cultural e pressões para conformidade cultural.

Em contextos culturais como Nampula, onde as normas sociais e culturais desempenham um papel crucial, o estigma associado ao divórcio pode intensificar os desafios emocionais das crianças. E as expectativas culturais em relação à família podem criar pressões emocionais, levando as crianças a enfrentar desafios para se conformar às normas estabelecidas (TAVARES, 2017).

Compreender e demonstrar os desafios emocionais específicos que as crianças enfrentam após o divórcio em Nampula é crucial para desenvolver intervenções sensíveis e eficazes. A próxima fase da pesquisa se concentrará em avaliar a aplicabilidade dessas estratégias de enfrentamento na mitigação desses desafios emocionais específicos.

Estratégias de intervenção adaptadas ao contexto cultural específico da região, visando melhorar o suporte emocional e psicossocial para as crianças em famílias divorciadas

Desenvolver estratégias de intervenção adaptadas ao contexto cultural específico de Nampula é crucial para fornecer um suporte emocional e psicossocial eficaz às crianças em famílias divorciadas. Este plano propõe abordagens sensíveis à cultura local, visando melhorar o bem-estar emocional das crianças.

Os membros da comunidade apontam como estratégia a sensibilização, educação e grupos de apoio comunitário.

Desenvolver campanhas de sensibilização sobre as dinâmicas do divórcio e seu impacto nas crianças. Incluir elementos culturais específicos de Nampula para promover uma compreensão

mais profunda. E estabelecer grupos de apoio comunitário onde crianças, pais e membros da comunidade possam compartilhar experiências, oferecer suporte mútuo e combater o estigma associado ao divórcio (TAVARES, 2017).

Quanto aos educadores indicam aos programas escolares de apoio psicossocial e a capacitação de professores e educadores.

Integrar programas escolares que proporcionem apoio psicossocial adicional, como orientação e aconselhamento, para crianças em famílias divorciadas. Oferecer treinamento aprofundado para professores e educadores sobre como identificar sinais de dificuldades emocionais nas crianças e fornecer apoio adequado (ALMEIDA *et al*., 2013).

As crianças entrevistadas por unanimidade veem como estratégia a oferta de serviços de aconselhamento familiar e promoção de actividades culturais positivas.

Disponibilizar serviços de aconselhamento familiar adaptados à cultura local para auxiliar pais e crianças na comunicação efectiva e na gestão emocional durante e após o divórcio. Organizar actividades culturais positivas, como festivais, eventos comunitários e *workshops*, para promover a auto-estima e a identidade positiva das crianças em famílias divorciadas (CONDESSO, 2016).

Já, os profissionais de saúde mental propõem como estratégia a implementação de programas de resiliência.

Para Santos (2013), sugere a necessidade de desenvolver programas específicos que visem fortalecer as habilidades de resiliência das crianças, capacitando-as a enfrentar desafios emocionais de maneira saudável.

Contudo os pais propõem como estratégias de intervenção adaptadas ao contexto cultural específico da região, visando

melhorar o suporte emocional e psicossocial para as crianças em famílias divorciadas, parcerias com líderes comunitários.

Estabelecer parcerias com líderes comunitários e figuras influentes para disseminar mensagens de apoio e aceitação, reduzindo assim o estigma associado ao divórcio. A implementação de um sistema de avaliação contínua para monitorar a eficácia das intervenções. Basear ajustes nas feedbacks da comunidade, nas mudanças nas dinâmicas sociais e em avaliações regulares para garantir a relevância contínua (TAVARES, 2017).

Essas estratégias de intervenção buscam não apenas abordar os desafios emocionais específicos das crianças em famílias divorciadas em Nampula, mas também garantir que sejam culturalmente sensíveis e socialmente aceitáveis. Ao integrar elementos culturais e envolver activamente a comunidade, espera-se que essas intervenções contribuam para um suporte emocional e psicossocial mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão profunda dos efeitos do divórcio nas crianças é essencial para estruturar meios adequados de apoio e orientação tanto para os jovens quanto para os pais. De salientar que se compararmos as experiências de crianças após o divórcio em Nampula com estudos internacionais, destacando as variações culturais que podem influenciar as respostas emocionais e sociais.

Ainda sente-se a necessidade de comparar estratégias de intervenção utilizadas em outros países para entender sua efectividade e adaptabilidade em Nampula, com isso não estamos a dizer que não seja necessário reflectir sobre a necessidade de adaptar as estratégias à cultura local para garantir sua eficácia.

Ao analisar como políticas públicas relacionadas a divórcio e suporte à infância são formuladas em outros países e considerar como esses modelos podem ser adaptados para o contexto moçambicano. Ou seja Extrair lições aprendidas de experiências internacionais para informarem políticas públicas e estratégias de intervenção em Nampula.

De forma geral, o divórcio traz consigo sentimentos predominantes de tristeza e, ocasionalmente, raiva entre as crianças. Estas emoções são intensificadas por tensões no relacionamento entre os ex-cônjuges. Adicionalmente, as crianças enfrentam ajustes práticos como mudanças de residência ou escola, e em alguns, isso se traduz em desafios académicos. Finalmente, o divórcio pode também interferir nas relações sociais das crianças, tanto no âmbito familiar como nas amizades. Este estudo visou contribuir para a compreensão aprofundada dos impactos psicossociais do divórcio nas crianças em Nampula. Onde foi identificado alguns desafios e propostos de estratégias de intervenção contextualizadas, buscando-se a oferecer subsídios práticos para apoiar o desenvolvimento saudável das crianças em situações pós-divórcio nessa região específica de Moçambique.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. G. *et al*. “Pais separados e filhos: Análise Funcional das Dificuldades de Relacionamento”. **Estudos de Psicologia**, vol. 17, 2013.

CONDESSO, E. “Impacto da separação nos filhos adolescentes”. **PsicoAjuda** [2016]. Disponível em: <www.psicoajuda.pt>. Acesso em: 23/01/2024.

GUSSULE, A. T. **O papel do gestor escolar no processo de ensino-aprendizagem**. Maputo: Lacos, 2023.

MALUF, A. C. R. F. D. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

RAMIRES, V. R. R.; HACK, S. M. P. K. "Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos". **Psicologia Cliníca**, vol. 22, 2010.

RECHE, C P. F. "A constituição do casamento e a consequência do divórcio". **Revista Âmbito Jurídico**, n. 166, 2017.

SANTOS, M. M. S. "Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos". **Psicologia.pt** [2013]. Disponível em portal eletrônico: <www.psicologia.pt>. Acesso em: 23/01/2024.

TAVARES, C. H. **Divórcio**: suas consequências para os filhos (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Porto Velho: Centro Universitário São Lucas, 2017.

CAPÍTULO 2

Gestão de Conflito Eleitoral e o Desenvolvimento das Autarquias: Estudo de Caso em Nampula, Moçambique

GESTÃO DE CONFLITO ELEITORAL E O DESENVOLVIMENTO DAS AUTARQUIAS: ESTUDO DE CASO EM NAMPULA, MOÇAMBIQUE

Amarildo Taquidir de Gussule

Edson Amélia Cassambai

Falar da gestão de conflitos eleitorais nas autarquias submete a qualquer cientista político ou analista a buscar analisar como se comportam os membros de partidos políticos em todo processo eleitoral. Daí a preocupação de todos actores sociais envolvidos nesse processo em discutir os conflitos que surgem no decorrer dos pleitos eleitorais. Falar da Gestão de Conflito Eleitoral e suas Implicações no Desenvolvimento das Autarquias Moçambicanas: Caso do Município de Nampula, num contexto geral relacionasse com a realização das Eleições Autárquicas sem conflitos ajuda ao consolidação da democracia do Estado, e com o aprofundamento da democracia participativa, cria condições para a garantia da paz, no que vulgarmente se tem apelidado de "processo de descentralização" (ACÓRDÃO n° 27/CC/2018).

Partimos em primeiro lugar do conceito de sistema eleitoral. Segundo Bastos (1999) sistema eleitoral é a forma e o modo de expressão da vontade eleitoral, pela qual o cidadão-eleitor decide escolher este ou aquele candidato, esta ou aquela lista, e esta vontade é traduzida num resultado global final. Este conceito confere um significado particular ao sufrágio universal e releva a postura dos políticos nos três grandes momentos eleitorais, nomeadamente, o pré-eleitoral, o eleitoral e o pós-eleitoral. São, então, actores-chave o cidadão que é o eleitor real, os concorrentes (dos partidos políticos, de grupos de cidadãos ou independentes), a sociedade civil

organizada e o Estado. Neste contexto, o que se verifica no nosso País em geral é que nos últimos anos a postura dos membros dos partidos políticos e seus candidatos nos três grandes momentos eleitorais acima mencionados é caracterizada por conflitos eleitorais, principalmente no período de realização de campanha eleitoral, os órgãos de comunicação social e a sociedade civil, reportam quase que sempre incidentes eleitorais a que podemos denominar por conflitos eleitorais, caracterizados por ocorrência de casos de agressão física, baleamento e lançamento de gás lacrimogénio, que envolvem simpatizantes e membros dos grupos envolvidos em campanha eleitoral.

Sendo assim, e todas as vezes que se avizinha um processo eleitoral autárquico em particular, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos membros dos partidos políticos, isto é, como estes vão se comportar na campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais.

No centro da preocupação, está a vontade real de escolher democraticamente os órgãos de Poder local do Estado para desenvolverem as autarquias. Em sociedades pós-conflito eleitoral, esta questão, encerra em si uma preocupação acrescida que tem a ver com a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que o seu voto resulte em uma violência política que posteriormente poderá pôr em causa o desenvolvimento da sua autarquia.

Os últimos processos eleitorais autárquicos realizado no Pais em 2013 e 2019 em particular o da autarquia da Cidade de Nampula, foi caracterizado por conflitos eleitorais envolvendo membros de partidos políticos e seus candidatos, facto que preocupa a sociedade civil e os órgãos eleitorais a todos níveis na gestão de conflitos eleitorais.

Não obstante, os esforços dos órgãos eleitorais e do Governo na mitigação de conflitos eleitorais são vários porque este cenário

estende-se até mesmo em períodos pós-eleitoral, facto que pode estar na origem do fraco desenvolvimento da autarquia. Apesar dos esforços na mitigação de conflitos eleitorais o cenário ainda prevalece, mediante o descrito acima levantasse a seguinte questão de partida: *Até que ponto a Gestão de Conflito Eleitoral tem implicações no Desenvolvimento das Autarquias?* O estudo tem como objectivo geral: avaliar os factores determinantes na gestão de conflito eleitoral e suas implicações no desenvolvimento das autarquias. Para o seu alcance temos com objectivos específicos, Identificar as causas e factores dos conflitos eleitorais nas autarquias; Descrever as consequências de conflito eleitoral nas autarquias e; Propor medidas estratégicas na resolução de conflito eleitoral para o desenvolvimento das Autarquias. Para dar resposta ao problema ora levantado foram levantadas as seguintes hipóteses: A falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo podem ser apontados como factores que conduzem a conflitos eleitorais permanentes nas autarquias. Os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias podem influenciar negativamente no desenvolvimento das autarquias e; A pronta intervenção dos Órgãos Eleitorais (CNE e STAE) na resolução de conflito eleitoral pode contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias.

O artigo funda-se essencialmente em três aspectos principais: Primeiro, o interesse em procurar avaliar os factores determinantes na gestão conflito eleitoral e suas implicações desenvolvimento na autarquia da cidade de Nampula. Segundo, o facto de o autor ser residente na autarquia da cidade de Nampula o que o permite perceber de maneira vivencial os conflitos eleitorais decorrentes nesse município, suscita-lhe o interesse em avaliá-los. Terceiro, o autor, sendo funcionário do STAE Provincial de Nampula, sente-se envolvido no processo de gestão desses conflitos em todas as fases do processo eleitoral, desde o pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.

Nos últimos processos autárquicos na cidade de Nampula houve registos de conflitos eleitorais, que deram lugar a realização de uma segunda volta das eleições, quer em 2013 e 2018 onde o partido do MDM e RENAMO e os seus Candidatos saíram vitoriosos pela primeira vez e segunda vez, colocando na oposição o partido FRELIMO que historicamente sempre ganhou as eleições, bem como a realização das quartas eleições Autárquicas com um novo modelo de eleição dos Presidentes do Conselho Autárquico e Membros do Conselho Autárquico - (Lei n° 1/2018 de 12 de Junho).

Esta alternância de poder foi por muitos contestado no início do processo de governação municipal, por essa razão foi possível verificar nos primeiros dias constates sabotagens a governação do MDM e da RENAMO perpetradas por membros do partido FRELIMO quer em 2013, quer em 2018. Deste modo, espera-se que o estudo terá uma particular importância, visto que nele faz-se uma avaliação sobre os factores determinantes na gestão de conflitos eleitorais e suas implicações no desenvolvimento das autarquias, caso específico da cidade de Nampula. Outrossim, elucidará as formas de sensibilização dos cidadãos e todos actores sociais, com vista a encararem os processos eleitorais sem conflito.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Gestão

Normalmente existem várias abordagens para conceituar o termo gestão, mas baseiam-se quase todas em três pontos: pelo uso do poder; pelas mudanças induzidas de forma racional; pelas mudanças pelas mudanças para reeducação (REIS; SILVA, 2012).

- **Gestão da mudança pelo poder** – é a utilização do uso arbitrário do poder do poder por parte da gestão, situação característica da liderança autocrática, actualmente pouco visível no comportamento dos gestores. O gestor nesta situação tem uma forte influência na organização, usa normalmente a coacção para implementar a mudança e pressiona os subordinados a seguirem o rumo que ele determina;
- **Gestão da mudança pela razão** – baseia-se na escolha racional da mudança, por todas as partes envolvidas. Procede-se à divulgação de informação concernente à mudança, antes de serem efectuadas as necessidades alterações. Como é uma abordagem baseada na razão, apela para as pessoas com visão utópica do universo organizacional;
- **Gestão da mudança pela reeducação** – esta abordagem está localizada entre as duas anteriormente referidas. A mudança na organização só se verifica se o processo for centrado nas pessoas e na sua aprendizagem constante. O conceito de reeducação está relacionado com o desenvolvimento organizacional e que refere a capacidade adaptativa das pessoas e consequentemente das organizações.

Portanto, uma das abordagens que maior interesse tem suscitado, é a mudança organizacional a partir das mudanças individuais, baseando-se na perspectiva de que as organizações só poderão transformar-se se as pessoas que dela fazem parte ou fizeram individualmente. Nesta ordem de ideias pode-se dizer que a mudança inicia-se á no momento em cada pessoa se comprometa intimamente a mudar, no entanto, essa mudança individual deve acompanhar a mudança organizacional. Contudo, cada pessoa deve procurar estratégias para transformar os seus hábitos, ou seja, melhorar o seu desempenho, o que deve ser feito de dentro para fora.

Contudo pode-se dizer que a gestao um processo de planear, organizar, liderar e controlar as pessoas que constituem uma organização, bem como, as tarefas e actividades por estas realizadas.

Conflito

Segundo Silva *et al*. (2012, p. 267), definem conflito no ambiente organizacional como "processo que tem inicio quando existe uma dificuldade entre duas ou mais partes, e/ou posições de como melhor alcançar as metas estabelecidas na organização." Robbins (2012) entende por conflito, como "um processo que tem início quando uma das partes percebe que a outra parte afecta, ou pode afectar, negativamente alguma coisa que a primeira considera importante".

De acordo com Chiavenato (2005) o conflito refere-se a algum tipo de incompatibilidade e tem uma conotação negativa. O conflito constitui uma evidência tão vincada da vida organizacional que seria impossível supor que é desnecessário, sempre negativo ou passível de supressão. Grupos, pessoas, organizações interagem com outras pessoas, grupos, organizações.

Conflitos Eleitorais

O Acordo Geral de Paz (AGP), assinado no dia 4 de Outubro de 1992, pelo Governo de Moçambique e pela RENAMO, na cidade de Roma, Itália, marcou o fim da guerra civil de 16 anos e o início de uma nova ordem política nacional. O AGP propiciou um ambiente favorável à presença e à acção de diferentes forças políticas e à participação dos cidadãos, através dos mecanismos formais da

democracia, como sejam as eleições livres. Realizaram-se, assim, as primeiras eleições gerais e multipartidárias em Outubro de 1994. Os discursos dos políticos nessas eleições (durante a campanha eleitoral) incidiram na manutenção da paz alcançada e comprometendo-se a nunca mais ao retorno à guerra. Já nessas eleições, participaram 12 candidatos dos partidos políticos e candidatos independentes a Presidente da República e 14 partidos ou coligações de partidos ao parlamento. Haviam sido recenseados 6.396.061 potenciais eleitores, correspondendo a 81,01% da população com capacidade eleitoral. Desses recenseados, participaram na votação 5.402.940 eleitores, correspondendo a 87,87% de eleitores inscritos. Registou-se apenas cerca de 5,78% de votos em branco e 2,76% de votos nulos nas Presidenciais e 8,46% de votos em branco e 3,21% de votos nulos nas Legislativas (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, s.d.). Foram eleições de Paz! Foi o voto da Paz! Contrariamente às eleições de 1994, as primeiras eleições autárquicas de 1998 foram caracterizadas por campanhas de boicote protagonizadas pelos partidos da oposição, que reclamavam não estarem criadas as condições objectivas para a sua realização. Como resultado desse boicote registou-se uma abstenção de 85%. Os resultados das segundas eleições presidenciais e legislativas de 1999 foram fortemente contestados pela Coligação RENAMO – União Eleitoral (RUE), considerados fraudulentos, não obstante a sua revalidação pelo Tribunal Supremo. No ano seguinte, a mesma Coligação organizou manifestações gerais em todo o país, que acabaram provocando confrontos com a polícia nas cidades da Beira (centro do país) e Montepuez. Resultaram em cerca de mais de uma centena de mortes na cidade de Montepuez, na Província nortenha de Cabo Delgado. Gerou-se um clima de medo e instabilidade naquela cidade e uma certa tensão política em todo o país.

Possíveis causas e factores de conflitos

No processo de democratização em Moçambique, as eleições têm sido assumidas como a via para a afirmação do princípio de cidadania, na medida em que o acto de votar pode determinar o futuro do país. Já em 1994, a Comissão Nacional de Eleições adoptara o lema "No Teu Voto, o Futuro de Moçambique". O cidadão eleitor reflecte e mostra-se interessado em assuntos sobre a governação, a paz, a democracia e o desenvolvimento. Mostra-se mais exigente quanto ao perfil dos representantes aos vários níveis de governação. O cidadão espera e exige que as eleições respeitem o princípio da cidadania e contribuam para a sua consolidação. Em sociedades pós-conflito como a moçambicana, várias podem ser as causas ou factores de conflitos. Estudos de alguns autores apontam, entre outros, os seguintes: conflitos de valores, necessidades e interesses (BULTON, 1990), Conflitos de dados ou de informação, de relacionamento, valores, interesseis, distribuição desigual ou injusta do poder e dos recursos (Moore), situações de pobreza generalizada, por um lado e de ilhéus de manifestação de riqueza ou opulência, por outro (Paul Collier), incompatibilidade de interesses, atitudes negativas em forma de percepções ou estereótipos acerca dos outros, comportamento de coerção e gestos de hostilidade e ameaça (Galtung) (KOTZÉ, 2002).

O conflito surge quando há a necessidade de escolha entre algumas situações que podem ser consideradas incompatíveis. Todas as situações de conflito são antagónicas e perturbam a acção ou a tomada de decisão por parte da pessoa ou do grupo (ROBBINS, 2012).

Para o caso moçambicano, as causas e factores podem ser a pobreza, os interesses, os desequilíbrios ou as assimetrias regionais no processo de desenvolvimento, a exclusão social, a apropriação de

bens públicos. Muitas vezes vê-se o poder como única oportunidade de acesso à riqueza. É, portanto, o poder político com carga muito forte com interesses económicos. Assim, as eleições acabam sendo vistas por alguns sectores como uma porta aberta ao acesso fácil aos bens públicos. Outras causas podem ser as desigualdades socioeconómicas gritantes entre o cidadão comum e o cidadão que exerce o poder ou que faça parte dele, os altos índices de desemprego e uma governação não transparente em instituições públicas. Muitas vezes, estabelece-se uma grande distância entre a vontade (o ideal) do cidadão e os interesses de grupos políticos e económicos que orientam as eleições.

Estes factores, na óptica da teoria de interesses de Burton, justificam por si os conflitos pela tomada (assunção) do poder. Na mesma perspectiva de interesse não importa ser bom ou mau, ser capaz ou incapaz, ser inteligente ou não, ser honesto ou desonesto; importa, sim, ter e viver bem, ser poder ou fazer parte dele. Atitudes e factores como estes atiçariam os homens a conflitos, não se preocupando com as consequências colaterais que daí podem advir. Perante este quadro de causas e factores, a nossa premissa incide mais na prevenção sem, no entanto, descurar a resolução e a gestão de conflitos.

Estratégias de gestão do conflito

Segundo Silva (*idem*, 168) as estratégias usadas pelas partes para lidar com conflito podem ser categorizadas à luz do modo como se cruzam duas variáveis: desejo de satisfazer os interesses da contraparte, e desejo de satisfazer os interesses próprios. Vide Quadro 1.

Quadro - 1 – Estratégias de gestão do conflito

Estilos	Caracterização
Evitamento	O indivíduo ignora ou negligencia os interesses de ambas as partes. Basicamente, evita envolver-se no assunto, permitindo que os eventos sigam o seu curso, sem tentar que eles confluam para a satisfação dos interesses de uma e/ou outra parte
Acomodação	Consiste na tentativa de (disponibilidade para) satisfazer os interesses do outro, negligenciando os próprios. Isso pode representar um desejo de alcançar os objectivos da contraparte sacrificando os seus; ou a vontade de apoiar as opiniões contrárias, mesmo que sobre sérias reservas; ou o esquecimento da transgressão praticada pelo outro.
Competição / Dominação	Reflecte a tentativa de satisfazer os interesses próprios sem a consideração dos interesses do outro. O indivíduo tenta alcançar os seus objectivos sacrificando os da outra pessoa; ou tenta convencê-la de que o seu julgamento é correcto e o dela incorrecto; ou tenta induzi-la a aceitar a culpa por alguma transgressão e assumir as consequentes responsabilidades.
Compromisso	Representa a tentativa de satisfazer, moderada mas incompletamente, os interesses de ambas partes. Daí pode resultar uma busca parcial de uma meta/objectivo, a procura de um acordo parcial para um julgamento/ideia/opinião, ou a aceitação parcial da culpa.
Colaboração	Consiste na tentativa de satisfazer completamente os interesses de ambas partes. Isso pode significar a tentativa de obtenção de uma solução "ganha-ganha" que permita a ambas partes o alcance completo dos seus objectivos; ou a busca de uma nova conclusão/ideia que incorpore os aspectos válidos dos julgamentos de ambas as partes; ou a tentativa de chegar a um conjunto partilhado de expectativas e a uma interpretação de transgressão que permita estabelecer padrões consensuais acerca do que é aceitável numa dada situação.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Silva *et al*. (2012, p. 168).

Prevenção de Conflitos Eleitorais

Ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais. É recente o próprio sistema eleitoral. As eleições gerais e multipartidárias remontam de 1994. A 19 de Novembro do mesmo ano, realizaram-se as segundas eleições autárquicas. Para o ano seguinte estava prevista, a 3a edição das eleições presidenciais e parlamentares.

> O índice de incidência da pobreza absoluta é de 69,4% indicando que mais de 2/3 da população moçambicana se encontra abaixo da linha de pobreza. A pobreza apresenta níveis mais elevados nas zonas rurais (71,2%), onde se concentra cerca de 80% da população, que nas zonas urbanas (62,0%) (MOÇAMBIQUE, 2001).

As experiências que trazemos são do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), que actua em algumas províncias do país. Ela consiste no acompanhamento do processo de construção da sociedade democrática. Essa construção caracteriza-se e avalia-se pela maneira como o cidadão, as instituições sociais e o Estado se articulam e funcionam, visando o interesse comum da consolidação da paz e promoção do bem-estar do cidadão. As instituições sociais englobam, entre outros, os partidos políticos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de comunicação social, igrejas.

Nesse processo de construção da sociedade democrática, a acção do CEDE incide também na prevenção e resolução de conflitos, na medida em que se localizam no país algumas "manchas da paz" (MAZULA, 2002). Embora não sendo muitas, constituem

zonas ou focos que ainda transpiram azedumes da guerra civil. Na perspectiva do princípio "homográfico" da teoria da complexidade (MORIN, 2002), podemos dizer que, por um lado, cada uma dessas manchas da paz constitui uma gota no mar da paz que se goza, mas, por outro, elas reavivam as zangas, as raivas e os ressentimentos da guerra civil terminada em 1992. Queremos dizer que a guerra estaria ainda presente em cada uma das manchas e cada mancha reavivaria toda a guerra; pelo que nenhuma delas deve ser subestimada. O CEDE leva a sério estes fenómenos que podem perturbar a paz. Uma dessas manchas foi o caso Montepuez, onde se deram mortes, um ano depois das eleições gerais de 1999.

A acção do CEDE consistiu na aproximação aos actores locais do mundo político, económico, social, religioso, tradicional e comunitário para os auscultar e compreender os níveis de tensão ou de conflitualidade. A conflitualidade é, por vezes, normal e salutar em democracia. Ela é, no entanto, negativa quando engendra violência, cria instabilidade e inviabiliza o desenvolvimento humano.

O passo seguinte consistiu na mobilização dos actores locais para a constituição de fóruns públicos, como espaços abertos aos diferentes actores, políticos, religiosos, agentes económicos e elementos da comunidade; como laços de reflexão e identificação de questões-chave e onde os homens se encontram como sujeitos locais construtores da harmonia social. Um dos exemplos é o do fórum do município do Dondo. Este fórum integra actores de diversas tendências políticas (particularmente, da FRELIMO e da RENAMO), agentes económicos, membros de organizações cívicas, líderes religiosos, dirigentes do poder local e representantes de jovens. Antropologicamente, é um espaço de encontro de homens, de cidadãos e espaço de confronto salutar de ideias, interesses, e, psicologicamente, momento de catarse, através de choque de tensões, desabafos e antinomias tendentes ao bem comum do

município. Outra experiência da prevenção de conflitos relaciona-se com o fórum de debate na cidade de Inhambane. Este espaço, facilitado pelo CEDE, foi rapidamente assumido pelos actores locais. Por exemplo, a moderação dos encontros passou a ser feita rotativamente por elementos integrantes do fórum, às vezes em equipas de três pessoas de proveniência política e social diferente. A escolha do tema tem sido objecto de disputa e negociação permanentes. Muitos dos temas referem-se aos conflitos políticos, económicos e eleitorais. Na perspectiva da prevenção de conflitos eleitorais, a campanha eleitoral das recentes eleições municipais (de 19 de Novembro corrente), foi caracterizada pelo alto grau de civismo e tolerância, comparativamente as de 1998 e 1999. Estas eleições revelaram, assim, o crescimento da maturidade política do cidadão em relação aos processos eleitorais anteriores. Queremos referir-nos a dois casos de prevenção, gestão e transformação de conflitos: o caso Changara, na província de Tete, no centro do País e o caso Montepuez, na província nortenha de Cabo Delgado.

Breves comentários sobre o processo de Democratização em Moçambique

Com a introdução do Estado de Direito Democrático na Constituição da República de 1990, Art°3, o Pais realizou as primeiras eleições multipartidárias em 1994, que permitiram a escolha do Presidente e dos Membros do Parlamento, estes últimos como representantes do povo num contexto multipartidário, embora protestadas severamente pela RENAMO que exigia a partilha do poder, alegando ter ocorrido durante o processo várias irregularidades, cujas afluência foi cerca de 82% e, foram consideradas pela comunidade internacional e observadores à vários níveis de “Livre, Transparente e Justas”, cujos resultados gerais

deram vitória ao candidato da FRELIMO, Joaquim Alberto Chissano, nas Presidenciais e ao Partido FRELIMO nas legislativas. Estava assim lançado o primeiro passo rumo a uma nova era política que tem sido caracterizada até a data por vários conflitos, durante os processos eleitorais.

Tendo em conta que o país saia de uma Guerra de 16 anos e, o processo de democratização foi caracterizado essencialmente, por pressões exercidas pela comunidade Internacional, sendo o seu quadro institucional primário e determinado pelos antigos beligerantes: a FRELIMO e a RENAMO, os denominados partidos não armados, criados a partir da CRM de 1990, Art° 75 (MOÇAMBIQUE, 1990). Tiveram poucas oportunidades para influenciar e moldar o processo de transição democrática (LALA; OSTHERIMER, 2003, p. 06).

Processo de transição para a Democracia

Enquanto em países como República Democrática de Congo, Líbia, Nigéria, Libéria a transição para a democracia foi por substituição – como resultado de derrube dos governos de natureza autoritária até então vigentes ‘ a democratização de Moçambique resultou de uma acção conjunta de negociação entre o governo (liderado pela FRELIMO) e a oposição (RENAMO).

Embora uma parte das milícias da RENAMO tenham sido integradas nas de Defesa de Moçambique, o governo, nas negociações, permitiu que aquele partido ficasse com alguma força residual para a protecção do seu líder. Pode-se dizer, em outras palavras, que a transtiuição trouxe para estes dois partidos, o que segundo O´Donnel e Schmitter (1986 *apud* CUCO, 2016, p. 34) chamam de independência entre grupos em conflito ou em

competição, na medida em que quer a FRELIMO quer a RENAMO não podem passar um sem o outro nem impor um ao outro, soluções para satisfazer seus interesses respectivos. Essa situação de um relativo equilíbrio de forças entre o governo e a oposição abriu espaço para acusações reciproca aumentando incertezas ao processo de democratização.

De acordo com Brito (2009) *apud* Cuco (2016) mostraram que situações como esta de Moçambique constituem um desafio político e ético que muitas sociedades enfrentam durante a transição para a democracia que frequentemente causam profundas tensões políticas, havendo que se criar determinado tipo de medidas para o enfrentamento dessas tensões. Esta tem sido a principal característica do processo moçambicano desde a assinatura do AGP, tendo-se exacerbado no período 2004 – 2016, como se procura mostrar ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Em relação à transição política no país, embora alguns autores como Moisés (1989) considerem que a linha que demarca o fim da transição política e o início da consolidação democrática seja muito ténue, para o caso de Moçambique, essa situação foi bem definida. O período de transição ocorreu de 1992 (momento que se seguiu ao AGP) à 1994(momento em que ocorrem as primeiras eleições presidenciais e multipartidárias). Foi um período de incertezas, já que a RENAMO fazia regularmente ameaças de retomar o conflito armado. Como aponta Bekoe (2008), havia uma certa vulnerabilidade militar entre a FRELIMO e a RENAMO porque não existiam instituições, havia falta de confiança entre as lideranças dos dois partidos.

Aliás, tal como alguns teóricos de transição defendem da democracia não é uma decorrência natural do fim do autoritarismo. E uma democracia só é possível quando as forças políticas relevantes conseguem encontrar instituições que garantam, com razoável margem de segurança, que seus interesses não serão afectados de

modo considerável no decorrerda competição democrática (Przerworski, 1984). Moçambique não fugiu a essa regra. Precisou passar por dilemas de engenharia institucional para garantir que o processo de transição decorresse sem muitos problemas.

Esse processo foi coordenado por missão de paz da ONU, conhecida por ONUMOZ (Operação nas Nações Unidas de Moçambique), constituída por políticos, um programa humanitário coordenado pelo UNOHAC (Agencia das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária), e cerca de 6.500 militares das Nações Unida e 1000 polícias civis. Até ao fim da missão, foram mais de 700 milhões de dólares injectados pela ONU para o sucesso da missão (BEKOE, 2008 *apud* CUCO, 2016, p. 35).

À ONUMOZ foi responsabilizada o papel de garantir a execução do AGP. Os protocolos detalhados foram executados e controlados por comissões conjuntas compostas de membros dos dois lados moçambicanos e também de membros internacionais, nomeadamente: Comissão de Supervisão e Controle, chefiada pelo Representante Especial das Nações Unidas (CSC), Comissão Conjunta das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM) e Comissão de Reintegração (CORE). A missão da ONU seria também de arbitrar o diálogo entre ambas as partes de forma contínua para que se garantisse a reconciliação. O AGP permitiu que os refugiados regressassem as suas casas, deu um novo significado a liberdade de expressão e ao surgimento de jornais independentes.

O dilema encarado durante este período foi a transformação da Renamo num partido político para garantir que participasse da cena política e se instalasse na capital do país Maputo. Essa situação foi assegurada através da disponibilização de assistência financeira, que permitiu que Renamo pudesse transformar-se em partido político e, ainda, pudesse garantir administração contínua dos territórios sob o seu controle (BEKOE, 2008 *apud* CUCO, 2016).

Durante este período, o governo concordou que a Renamo recebesse mais dinheiro do trustfund (Fundo de Cooperação Técnica) do que a própria FRELIMO. Foram cerca de dezassete milhões de dólares recebidos pela RENAMO de 1992 a Outubro de 1994, momento em que aconteceram as primeiras eleições. Esse dinheiro ajudou a este partido a abrir um escritório em Maputo, que facilitou a sua participação em comissões de introdução de reformas políticas; lançar a sua campanha eleitoral e, obviamente, a assumir o compromisso de sair do isolamento (mato). Isso trouxe credibilidade ao processo de reforma política e a diminuição de incerteza quanto a possíveis impasses, já que as ameaças de se retornar a guerra eram constantes e possíveis de se concretizar.

Ciclo eleitoral

De acordo com a Deliberação n° 23/CNE/2018 de 20 de Junho, estabelece que ciclo eleitoral refere-se a abordagem das eleições como um processo contínuo. É o conjunto de passos /actividades referentes à preparação, implementação e avaliação de um processo eleitoral. As fases do processo eleitoral determinam as etapas e as componentes principais de um processo eleitoral como: Pré-eleitoral; Eleitoral; e Pós-eleitoral. As actividades em cada fase se decompõe em uma série de acções, todas elas interligadas umas com as outras, sendo por isso difícil distinguir com exactidão o início e o fim de cada fase.

Fase Pré-eleitoral – fase de preparação que compreende: Preparação do quadro Jurídico/Legal (revisão, aprovação e Publicação); Planificação e implementação dos recursos materiais e financeiros; e Formação e Educação Cívica – são desenvolvidas pelo STAE, através do Departamento de Formação e Educação Cívica, onde são elaboram as propostas de calendários e conteúdos de

formação dos agentes eleitorais, bem como conceber, planificar, organizar e executaras acções de formação dos agentes eleitorais em todos os níveis. Campanha de Educação Cívica Eleitoral –é também desenvolvida pelo STAE, através do DFEC, onde garante as acções permanentes de divulgação e esclarecimento para a participação dos cidadãos e dos eleitores nos recenseamentos e acatos eleitorais (Acórdão nº 27/CC/2018).

Portanto, a lei eleitoral define a campanha no nº 1 do artigo 32, como sendo ″a actividade que visa, directa ou indirectamente, promover candidaturas, bem como a divulgação de textos, imagens, vídeos ou sons que exprimem ou reproduzam o conteúdo dessa actividade.

Fase eleitoral – fase Operacional compreende: Recenseamento Eleitoral – é um processo oficioso, obrigatório e único para as eleições por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico; Operações de votação (votação, contagem de votos, publicação de resultados preliminares) – o acto de votar constitui um direito de cada cidadão, cujo mesmo é exercido na mesa de assembleia de voto correspondente ao local onde o eleitor esteja recenseado, a mesa da assembleia de voto é composta por sete membros formados pelo STAE, sendo: um presidente, um vice-presidente, um secretário e quatro escrutinadores (um da FRELIMO, um da RENAMO, um do MDM e um proveniente de concurso público), neste contexto, o voto é livre e secreto. A contagem de voto é feita inicialmente pelos MMV's logo depois de encerrada o processo de votação Portanto, a publicação de resultados preliminares é feito pelas CDE's sendo as operações matérias efectuadas pelo STAE sob a supervisão da CPE; e Verificação e validação dos resultados – o conselho Constitucional analisa os editais e as actas da centralização nacional e apuramento geral. (Acórdão nº 27/CC/2018).

Portanto, esta fase é o momento da eleição propriamente dita.

Fase Pós-eleitoral – fase estratégica compreende: Balanço; Avaliação; Relatórios; Pré-planificação; Reforma eleitoral; e Desenvolvimento. Esta última fase é materializada pelos órgãos de apoio a CNE, isto é, os STAE's e as CPE. Portanto em todas fases o processo de fiscalização fica a cargo da CNE a nível nacional, e das CPE a nível Provincial e CDE e/ou CEC a nível distrital ou de Cidade.

Processo de Descentralização em Moçambique

De acordo com o CAPITULO I artigos 270 - A, 270 – B, 270 – C, 270 –D, 270 – E e 270 - F da Lei n° 1/2018 de 12 de Junho determina que o processo de descentralização em Moçambique tem como objectivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade, promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano. O processo de descentralização em Moçambique apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações e actua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos.

As entidades descentralizadas compreendem: os órgãos de governação descentralizada provincial e distrital e as autarquias locais. Por essa razão, o Estado moçambicano mantém nas entidades descentralizadas as suas representações para o exercício de funções exclusivas e de soberania, nos termos definidos por lei.

Em relação a autonomia dos órgãos descentralizados sobre tudo os órgãos de governação descentralizada e das autarquias locais gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos fixados por lei.

A descentralização respeita o Estado unitário nacional, a soberania, a indivisibilidade inalienabilidade do estado e guia-se

pelos princípios de prevalência do interesse nacional, subsidiariedade e gradualíssimo. Constituem igualmente limites à descentralização, as matérias da exclusiva competência dos órgãos centrais do Estado, nomeadamente: As funções de soberania; A normação de matérias de âmbito da lei; A definição da política unitária do Estado; A realização da política unitária do Estado; A representação do Estado ao nível provincial, distrital e autárquico; A definição e organização do território; A defesa nacional; A fiscalização das fronteiras; A emissão da moeda; As relações diplomáticas; Os recursos minerais e energia; Os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, zona contígua ao mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva; e A criação e alteração dos impostos.

Portanto os órgãos de governação descentralizada e das autarquias locais dispõem de um poder regulamentar próprio, em conformidade com a constituição, as leis e os regulamentos emanados das autoridades com poder tutelar.

O grande problema da descentralização reside nas instituições. Uma vez que esta afirmação pode soar inócua, é enfatizar que ela exclui a possibilidade de a descentralização ser resultado de um compromisso baseado exclusivamente em que questões substantivam. A descentralização é possível quando as forças políticas relevantes conseguem encontrar instituições que garantam, com razoável margem de segurança, que seus interesses não serão afectados de modo considerável no decorrer da competição democrática (PRZERWORSKI, s/d).

Autarquias locais

De acordo com a Lei nº 2/97, de 28 de Maio, as autarquias locais são pessoas colectivas públicas dotadas de órgãos

representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado.

Também, as autarquias locais são as circunscrições territoriais delimitadas no âmbito da descentralização do Estado, enquanto o Poder Local é o conjunto das autarquias de um determinado país. Neste contexto, falar do Poder Local é falar da generalidade das autarquias locais que gerem a coisa pública por si mesmo, no âmbito descentralização administrativa.

Na organização democrática do Estado, o poder local compreende a existência de autarquias locais. Portanto, pode-se depreender que as autarquias locais desenvolvem a sua actividade no quadro da unidade do Estado e organizam-se com pleno respeito da unidade do político e do ordenamento jurídico nacional. As autarquias locais são os municípios e as povoações. Neste contexto, os municípios correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas, e as povoações correspondem à circunscrição territorial da sede do posto administrativo. Contudo, a lei poderá estabelecer outras categorias autárquicas superiores ou inferiores a circunscrição territorial do município ou da povoação. E as formas de classificação das autarquias locais de cada categoria também, são definidas por lei.

RESULTADOS

No presente capítulo pretende-se fazer a analise e discrição dos resultados colectados na cidade de Nampula e/ou Município de Nampula, com o principal objectivo de avaliar a confiabilidade das respostas dadas pelos entrevistados e/ou questionados. Neste

contexto, pretende-se analisar a gestão de conflito eleitoral e suas implicações no desenvolvimento das autarquias, caso do Município de Nampula.

Antes apresentar a analise e descrição dos Resultados far-se-á uma breve descrição das características da Cidade e/ou Autarquia de Nampula, partindo da localização geográfica, seu historial, divisão Administrativa bem como os administradores e/ou presidentes e sua proveniência política, de modo que o estudo ilustre a imagem das principais características da área em estudo. Neste contexto, é um capítulo bastante importante, tendo em conta que todo estudo parte do conhecimento verdadeiro das características do objecto a estudar.

Seguidamente far-se-á a análise e interpretação de dados que será efectuada da seguinte forma: na primeira fase apresentar-se-á a hipótese, seguida da sua respectiva variável (independente e dependente), com os seus respectivos indicadores, na segunda fase apresentar-se-á cada indicador referente a variável em questão e os dados colhidos sobre a mesma. Portanto, no final da apresentação dos dados de cada indicador o autor apresentará o seu ponto de vista, tendo em conta os dados colectados.

- **Hipotese1**: A falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo podem ser apontados como factores que conduzem a conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

- **Variável (X)**: Falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo.

Indicador 1: Falta de informação

Com este indicador, pretende-se saber se a falta de informação pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% afirmaram positivamente argumentando que a falta de informação pode contribuir para origem de conflitos eleitorais permanentes nas autarquias, na medida em que quando os indivíduos não estão bem informadas ou existe falta de informação o processo de tomada de decisão é deficitário, isto é a informação é um principal activo de tomada de decisão. Por outro lado, os elementos da amostra questionados e/ou entrevistados afirmaram que o eleitorado precariamente informado não age racionalmente: ele decide com base nos recursos de que dispõe - imagens dos partidos ou dos candidatos, identificações partidárias, visões difusas do mundo político, assim como nas informações que lhe foram passadas pelas próprias elites políticas.

Como se pode observar os dados acima apresentados, demonstram claramente que a falta de informação a pobreza, o desemprego e o analfabetismo podem pode contribuir para origem de conflito eleitorais permanentes nas autarquias.

Indicador 2: Fraca participação dos membros de partidos políticos nos processos de tomada de decisão

Ao tomar como base este indicador, pretende-se saber até que ponto a fraca participação dos membros de partidos políticos nos processos de tomada de decisão pode influenciar para existência de conflito eleitorais permanentes. Neste contexto, dum universo de

100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados todos 100% responderam positivamente argumentando que a fraca participação dos membros de partidos políticos no processo de tomada de decisão pode influenciar para existência de conflitos eleitorais permanentes nas autarquias, uma vez que este grupo de indivíduos quando sente-se excluído nos processos de tomada de decisão em certa medida podem criar situações de sabotagens no processo de governação autárquica, bem como criação de desistabilidade política e social ao nível das autarquias por se sentirem excluídos até mesmo incitar violência. Como também, quando não se da oportunidades a este grupos de indivíduos perde-se oportunidade de colher e/ou ter boas ideias que poderão ajudar no processo de tomada de decisão.

Portanto, como se pode depreender os dados acima apresentados, demonstram que a fraca participação dos membros de partidos políticos nos processos de tomada de decisão pode influenciar para existência de conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

- **Variável (Y)**: Conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

Indicador 1: Destruição de bens públicos

Com este indicador, pretende-se saber se a destruição de bens públicos pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados, todos 100% afirmaram positivamente argumentando que a destruição de bens públicos pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias, na medida em que quando os

bens públicos são vandalizados e destruídos por conta de descontentamento ou por qualquer outro motivo que seja como resultante de conflito no período eleitoral, até mesmo por má conservação, em certa medida atrasa no processo de desenvolvimento das autarquias.

Como se pode observar os dados acima apresentados, demonstram claramente que a destruição de bens públicos pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias.

Indicador 2: Elevado índice de Desemprego

Ao introduzir este indicador, pretende-se saber se o elevado índice de desemprego pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% afirmaram positivamente argumentando que a o elevado índice de desemprego pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias, na medida em que com elevado índice de desemprego nas cidades criam sequelas sociais derivadas da perda progressiva da identidade pessoal e dos laços comunitários como: desagregação da estrutura familiar, aumento da criminalidade, da prostituição, entrada no mundo da droga, abandono ou insucesso escolar, subida dos índices de doenças do foro psiquiátrico ou físico – para só mencionar algumas evidências que de certa forma são indicadores do fraco desenvolvimento das autarquias.

Como se pode observar os dados acima apresentados, demonstram que o elevado índice de desemprego pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias.

- **Hipótese 2**: Os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias podem influenciar negativamente no desenvolvimento das autarquias.
- **Variável (x)**: Conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

Indicador1: Disputas

Com este indicador, pretende-se saber se as disputas podem influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% afirmaram positivamente argumentando que as disputas como resultado de conflito eleitoral permanente nas autarquias, entre duas partes, isto é, membros de partidos políticos, normalmente esses conflitos de certa forma cria rivalidade entre as parte envolvidas e consequentemente retarda o processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em que as partes envolvidas nos conflitos tendem a envidar esforços para prejudicar a outra parte, causando danos se for necessário por forma a sair vitorioso nessa disputa.

Como se pode observar os dados acima apresentados, demonstram que as disputas em certa medida podem influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias.

Indicador 2: Confrontos

Ao tomar como base este indicador, pretende-se saber se os confrontos podem ser influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos

elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% responderam positivamente argumentando que os confrontos como resultado de conflitos eleitorais tem implicações directas no processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em eles provocam rivalidades, desistabilidade política, destruições por conta de conflitos.

Como se pode verificar, os dados acima apresentados demonstram claramente que os confrontos são indicadores que de certa forma podem influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias.

- **Variável (y)**: Fraco desenvolvimento das autarquias.

Indicador 1: Pobreza

Pretende-se com introdução do presente indicador verificar até que ponto a pobreza pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Neste contexto, dum universo de 100 (100%) do universo da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100%responderam positivamente, afirmando que a pobreza em grande constitui num dos grandes factores e/ou indicadores de fraco desenvolvimento de qualquer pais no geral e em particular das autarquias, na medida em que as cidades com maior índice de pobreza é notório a inexistência de vários recursos e serviços públicos como educação, saúde, vias de acesso, abastecimento de água entre outros o que de certa forma as comunidades sentem estas faltas.

Como se pode constatar, que os dados acima apresentados demonstram claramente que a pobreza é um dos indicadores que

pode influenciar em grande medida no fraco desenvolvimento das autarquias.

Indicador 2: Fraco crescimento económico e social

Ao introduzir este indicador, pretende-se saber se o crescimento económico e social pode ser influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados todos 100% responderam positivamente argumentando que o fraco crescimento económico e social em certa medida pode influencia negativamente no desenvolvimento das autarquias, na medida em que qualquer cidade e/ou autarquia com um baixo índice de crescimento económico é condição fundamental se registar crises de desenvolvimento por falta de recursos que de certa forma irão impulsionar do desenvolvimento da cidade e/ou da autarquia, assim como quando o índice de crescimento social dos munícipes em termos de educação, acesso a informação, cultura e outros, criam situações de desistabilidade social porque a maioria dos seus habitantes não sabe conservar os seus bens o que pode minar no desenvolvimento da mesma.

Como se pode depreender, os dados acima apresentados demonstram claramente que o fraco crescimento económico e social podem ser factores e/ou indicadores que de certa forma influenciam no fraco desenvolvimento das autarquias.

- **Hipótese 3**: A pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral pode contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias.

- **Variável (x)**: Pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral.

Indicador1: Diálogo permanece com os envolvidos

Com este indicador, pretende-se saber se o diálogo permanente com os envolvidos no processo eleitoral pode influenciar no desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% afirmaram positivamente argumentando que o dialogo permanente com os envolvidos no processo eleitoral numa situação de conflito pode influenciar no desenvolvimento das autarquias, na mediada em que numa situação de conflito as partes envolvidas quando comunicam com objectivo de resolver o mesmo a probabilidade de existir entendimento e cooperação é maior e consequentemente as apartes envolvidas saíram satisfeitas e resolverão as suas diferenças e trabalhão juntas em prol de desenvolvimento.

Como se pode depreender os dados acima apresentados, demonstram claramente que o diálogo permanente com os envolvidos no processo eleitoral de certa forma é um indicador fundamental que pode influenciar no processo de desenvolvimento das autarquias.

Indicador 2: Vontade política

Ao tomar como base este indicador, pretende-se saber até que ponto a vontade política num processo de resolução de conflito, pode influenciar no desenvolvimento das autarquias. Neste contexto, dum

universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistado 60 correspondente a 60% responderam positivamente argumentando que a vontade política em certa medida numa situação de conflito eleitoral pode influenciar no processo de desenvolvimento das autarquias, uma vez que basta os envolvidos no processo eleitoral mostrem esta abertura e/ou vontade em querer resolver as suas diferenças, isto é, os conflitos decorrentes do processo eleitoral, de certa forma este processo correra da melhor maneira, de foram livre, justa e transparente e ninguém ira reclamar ou sabotar no processo de governação de qualquer que estiver a dirigir a autarquia. Os outros 40% dos elementos da amostra responderam negativamente argumentando que não basta haver vontade política é necessário haver abertura e participação para que todos se sintam envolvidos de modo que o processo corra de forma justa livre e transparente e que no final de tudo haja participação. Portanto, a vontade política não é condição fundamental para que as diferenças sejam percebidas e existir desenvolvimento.

Como se pode depreender os dados acima apresentados, demonstram em grande medida a vontade política é um indicador fundamental que influencia no processo de desenvolvimento das autarquias.

- **Variável (y)**: Desenvolvimento das autarquias.

Indicador 3: Crescimento económico e social

Pretende-se com introdução do presente indicador verificar até que ponto o crescimento económico e social influencia no processo de desenvolvimento das autarquias. Neste contexto, do universo de 100 (100%) do universo da amostra questionados e/ou

entrevistados, todos 100% responderam positivamente, afirmando que o crescimento económico e social em certa medida criam condições óptimas para qualquer cidade e/ou autarquia, uma vez que existindo recursos, eles podem ser bem usados em prol do desenvolvimento das autarquias. E quando os cidades destas cidades e/ou autarquias tende a preservar os seus bens e/ou patrimónios a probabilidade de se desenvolverem é maior.

Como se pode constatar, que os dados acima apresentados demonstram claramente que o crescimento económico e social são indicadores fundamentais que influenciam directamente no processo de desenvolvimento das autarquias. Falta de orientação profissional pode influenciar na escolha aleatória de um curso profissional.

Indicador 4: Boa governação autárquica

Ao introduzir este indicador, pretende-se saber se a boa governação autárquica pode influenciar no processo de desenvolvimento das autarquias. Assim sendo, num universo de 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, todos 100% responderam positivamente argumentando que a boa governação autárquica em certa medida influencia no processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em que os principais actores de governação (o conselho autárquico e assembleia autárquica) cooperam e criam boas condições para os munícipes desde acesso a educação, infra-estruturas básicas – estradas, facilidade no processo de disponibilização de licenças de construção a taxas bonificadas, e todo processo de gestão autárquica é transparente o que vai se verificar é que os cidadãos e/ou munícipes vão participar nesse processo e não haverá situações de conflitos, consequentemente haverá progressos na autarquia.

Como se pode verificar, os dados acima apresentados demonstram claramente que a boa governação autárquica é um indicador fundamentar que pode influenciar directamente no processo de desenvolvimento das autarquias.

Discussão e Comprovação da Hipótese

Este sub capítulo é reservado a comprovação ou refutação das hipóteses em estudo. Ora a analise destas esta relacionada com as variáveis usadas neste estudo em correlação com os respectivos indicadores. Assim a verificação das hipóteses será feita por variáveis, onde far-se-á o somatório, argumentos, variável x + somatório, argumento + variável y.

- **Hipótese 1**: A falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego, e o analfabetismo podem ser apontados como factores que conduzem a conflitos eleitorais permanentes nas autarquias. Para a comprovação ou refutação desta hipótese tomou-se em consideração as seguintes variáveis: falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo e conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

Na primeira variável falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo se evidenciam os seguintes indicadores: falta de informação e fraca participação dos membros

de partidos políticos nos processos de tomada de decisão onde se constatou o seguinte:

No que diz respeito a falta de informação dos 100 componentes da amostra questionados e/ou entrevistados, 100 (1000%) disseram que "sim", que a falta de informação dos membros de partidos políticos pode contribuir para existência de conflitos eleitorais permanentes nas autarquias, na medida em que quando os indivíduos não estão bem informadas ou existe falta de informação o processo de tomada de decisão é deficitário, isto é a informação é um principal activo de tomada de decisão.

Em relação a fraca participação dos membros de partidos políticos nos processos de tomada de decisão, dos 100 (100%) elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, 100 correspondentes a 100% disseram que "sim" que a fraca participação dos membros de partidos políticos no processo de tomada de decisão pode influenciar na ocorrência de conflitos eleitorais permanentes nas autarquias, uma vez que este grupo de indivíduos quando sente-se excluído nos processos de tomada de decisão em certa medida podem criar situações de sabotagens no processo de governação autárquica, bem como criação de desistabilidade política e social ao nível das autarquias por se sentirem excluídos até mesmo incitar violência. Como também, quando não se da oportunidades a este grupos de indivíduos perde-se oportunidade de colher e/ou ter boas ideias que poderão ajudar no processo de tomada de decisão.

Para a segunda variável, conflitos eleitorais permanentes nas autarquias se evidenciam os seguintes indicadores: destruição de bens públicos e elevado índice de Desemprego.

No que diz respeito as destruição de bens públicos, dos 100 (100%) dos componentes da amostra questionados e/ou entrevistados todos 100% disseram que "sim" que a destruição de bens públicos pode influenciar no fraco desenvolvimento das

autarquias, na medida em que quando os bens públicos são vandalizados e destruídos por conta de descontentamento ou por qualquer outro motivo que seja como resultante de conflito no período eleitoral, até mesmo por má conservação, em certa medida atrasa no processo de desenvolvimento das autarquias.

Em relação ao elevado índice de Desemprego, dos 100 (100%) elementos da amostra questionados e/ou entrevistados 100 correspondentes a 100% disseram que "sim" a o elevado índice de desemprego pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias, na medida em que com elevado índice de desemprego nas cidades criam sequelas sociais derivadas da perda progressiva da identidade pessoal e dos laços comunitários como: desagregação da estrutura familiar, aumento da criminalidade, da prostituição, entrada no mundo da droga, abandono ou insucesso escolar, subida dos índices de doenças do foro psiquiátrico ou físico – para só mencionar algumas evidências que de certa forma são indicadores do fraco desenvolvimento das autarquias.

Tabela 1 – Operacionalização da Hipótese 1

N°	Designação		Qtd	P %	Sim	Não
01	Presidente do CMCN		01	1%	X	
02	Presidente da AMCN		01	1%	X	
03	Membros de partidos políticos	Membros da AMCN	49	49%	X	
		Funcionários do CMCN	49	49%	X	
Total			**100**	**100%**		

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, como acabamos de observar esta hipótese foi comprovada, porque 100% dos questionados e/ou entrevistados

responderam positivamente que a falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego, e o analfabetismo podem ser apontados como factores que conduzem a conflitos eleitorais permanentes nas autarquias.

- **Hipótese 2**: Os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias podem influenciar negativamente no desenvolvimento das autarquias. Em relação a esta hipótese, foi usada a primeira variável para a comprovação ou refutação desta hipótese: conflitos eleitorais permanentes nas autarquias e a segunda variável fraco desenvolvimento das autarquias.

Com base nas variáveis acima, foram usados como indicadores da primeira variável, disputas e confrontos dos membros de partidos políticos durante o processo eleitoral e na segunda variável, pobreza e Fraco crescimento económico e social das autarquias.

No conjunto destes indicadores em relação as disputas dos membros dos partidos políticos durante o processo eleitoral foram encontrados os resultados, dos questionados e/ou entrevistados que dos 100 (100%), componentes da amostra 100 correspondente 100%, afirmaram que "sim" que as disputas como resultado de conflito eleitoral permanente nas autarquias, entre duas partes, isto é, membros de partidos políticos, normalmente esses conflitos de certa forma cria rivalidade entre as parte envolvidas e consequentemente retarda o processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em que as partes envolvidas nos conflitos tendem a envidar esforços para prejudicar a outra parte, causando danos se for necessário por forma a sair vitorioso nessa disputa.

Quanto aos confrontos dos membros de partidos políticos durante o processo eleitoral, todos 100 (100%) dos elementos da

amostra questionados e/ou entrevistados, disseram que "sim" que os confrontos dos membros de partidos políticos durante o processo eleitoral como resultado de conflitos eleitorais tem implicações directas no processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em eles provocam rivalidades, desistabilidade política, destruições por conta de conflitos.

Para a segunda variável que traz os seguintes indicadores, Pobreza e Fraco crescimento económico e social.

No que diz respeito a pobreza, todos 100 (100%) dos elementos da amostra questionados e/ou entrevistados, disseram que "sim" que a pobreza em certa medida constitui num dos grandes factores e/ou indicadores de fraco desenvolvimento de qualquer pais no geral e em particular das autarquias, na medida em que as cidades com maior índice de pobreza é notório a inexistência de vários recursos e serviços públicos como educação, saúde, vias de acesso, abastecimento de água entre outros o que de certa forma as comunidades sentem estas faltas.

Em relação ao fraco crescimento económico e social, todos os 100 (100%) dos componentes da amostra questionados e/ou entrevistados, disseram que "sim" que o fraco crescimento económico e social em certa medida pode influencia negativamente no desenvolvimento das autarquias, na medida em que qualquer cidade e/ou autarquia com um baixo índice de crescimento económico é condição fundamental se registar crises de desenvolvimento por falta de recursos que de certa forma irão impulsionar do desenvolvimento da cidade e/ou da autarquia, assim como quando o índice de crescimento social dos munícipes em termos de educação, acesso a informação, cultura e outros, criam situações de desistabilidade social porque a maioria dos seus habitantes não sabe conservar os seus bens o que pode minar no desenvolvimento da mesma.

Tabela 2– Operacionalização da Hipótese 2

N°	Designação		Qtd	P %	Sim	Não
01	Presidente do CMCN		01	1%	X	
02	Presidente da AMCN		01	1%	X	
03	Membros de partidos políticos	Membros da AMCN	49	49%	X	
		Funcionários do CMCN	49	49%	X	
Total			**100**	**100%**	---	

Fonte: Elaboração própria.

Neste contexto, apercebe-se que os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias no geral e em particular à Cidade de Nampula podem influenciar negativamente no processo de desenvolvimento das autarquias. Portanto, esta hipótese foi totalmente comprovada com 100% dos questionados e/ou entrevistados argumentando positivamente.

- **Hipótese 3**: A pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral pode contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias.

Para a comprovação ou refutação desta hipótese tomou-se em consideração as seguintes variáveis: pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral e desenvolvimento das autarquias.

Na primeira variável, pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral se evidenciam os seguintes indicadores: diálogo permanece com os envolvidos e

vontade política onde constatou-se o seguinte: Para o primeiro indicador diálogo permanece com os envolvidos, dos 100 componentes da amostra questionados e/ou entrevistados, 100 (100%) disseram que "sim" que o dialogo permanente com os envolvidos no processo eleitoral numa situação de conflito pode influenciar no desenvolvimento das autarquias, na mediada em que numa situação de conflito as partes envolvidas quando comunicam com objectivo de resolver o mesmo a probabilidade de existir entendimento e cooperação é maior e consequentemente as apartes envolvidas saíram satisfeitas e resolverão as suas diferenças e trabalhão juntas em prol de desenvolvimento.

Para o segundo indicador vontade política, dos 100 elementos da amostra questionados e ou entrevistados correspondentes a 100% apenas 60 que correspondem a 60% afirmaram que "sim" que a vontade política em certa medida numa situação de conflito eleitoral pode influenciar no processo de desenvolvimento das autarquias, uma vez que basta os envolvidos no processo eleitoral mostrem esta abertura e/ou vontade em querer resolver as suas diferenças, isto é, os conflitos decorrentes do processo eleitoral, de certa forma este processo correra da melhor maneira, de foram livre, justa e transparente e ninguém ira reclamar ou sabotar no processo de governação de qualquer que estiver a dirigir a autarquia. Os outros 40 correspondentes a 40% dos elementos da amostra responderam negativamente argumentando que não basta haver vontade política é necessário haver abertura e participação para que todos se sintam envolvidos de modo que o processo corra de forma justa livre e transparente e que no final de tudo haja participação. Portanto, a vontade política não é condição fundamental para que as diferenças sejam percebidas e existir desenvolvimento.

Segunda variável, desenvolvimento das autarquias se evidenciam os seguintes indicadores: crescimento económico e

social e boa governação autárquica. No que diz respeito ao crescimento económico e social das autarquias, dos 100 componentes da amostra questionados e/ou entrevistados todos 100 (100%) disseram que "sim" que o crescimento económico e social em certa medida criam condições óptimas para qualquer cidade e/ou autarquia, uma vez que existindo recursos, eles podem ser bem usados em prol do desenvolvimento das autarquias. E quando os cidades destas cidades e/ou autarquias tende a preservar os seus bens e/ou patrimónios a probabilidade de se desenvolverem é maior.

Em relação a boa governação, dos 100 elementos da amostra questionados e/ou entrevistados 100 (100%) afirmaram que "sim" que a boa governação autárquica em certa medida influencia no processo de desenvolvimento das autarquias, na medida em que os principais actores de governação (o conselho autárquico e assembleia autárquica) cooperam e criam boas condições para os munícipes desde acesso a educação, infra-estruturas básicas – estradas, facilidade no processo de disponibilização de licenças de construção a taxas bonificadas, e todo processo de gestão autárquica é transparente o que vai se verificar é que os cidadãos e/ou munícipes vão participar nesse processo e não haverá situações de conflitos, consequentemente haverá progressos na autarquia.

Tabela 3 – Operacionalização da Hipótese 3

N°	Designação		Qtd	P %	Sim	Não
01	Presidente do CMCN		01	1%	X	
02	Presidente da AMCN		01	1%	X	
03	Membros de partidos políticos	Membros da AMCN	49	24%	X	
				25%		X
		Funcionários do CMCN	49	24%		X
				25%	X	
Total			100	100%	----	

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, como acabamos de observar esta hipótese foi comprovada, porque 90% dos questionados e/ou entrevistados responderam positivamente que a pronta intervenção dos Órgão Eleitorais na resolução de conflito eleitoral pode contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve como principal objectivo avaliar os factores determinantes na gestão de conflito eleitoral e suas implicações no desenvolvimento das autarquias, o estudo evidenciou que: O sistema eleitoral é a forma e o modo de expressão da vontade eleitoral, pela qual o cidadão-eleitor decide escolher este ou aquele candidato, esta ou aquela lista, e esta vontade é traduzida num resultado global final. Este cenário confere um significado particular ao sufrágio universal e releva a postura dos políticos nos três grandes momentos eleitorais, nomeadamente: o pré-eleitoral, o eleitoral e o pós-eleitoral. São, então, actores-chave o cidadão que é o eleitor real, os concorrentes (dos partidos políticos, de grupos de cidadãos ou independentes), a sociedade civil organizada e o Estado. Entretanto, o que se verifica no nosso Pais em geral é que nos últimos anos a postura dos membros dos partidos políticos e seus candidatos nos três grandes momentos eleitorais acima mencionados é caracterizada por conflitos eleitorais. E todas as vezes que se avizinha um processo eleitoral autárquico em particular, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos membros dos partidos políticos, isto é, como estes vão se comportar na campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais. No centro da preocupação, está a vontade real de escolher democraticamente

os órgãos de Poder local do Estado para desenvolverem as autarquias.

Em relação as causas dos conflitos eleitorais nas autarquias destacam-se: a pobreza, os interesses, os desequilíbrios ou as assimetrias regionais no processo de desenvolvimento, a exclusão social, a apropriação de bens públicos. Outras causas podem ser as desigualdades socioeconómicas gritantes entre o cidadão comum e o cidadão que exerce o poder ou que faça parte dele, os altos índices de desemprego e uma governação não transparente em instituições públicas.

Também, foi possível constatar que os conflitos eleitorais mais frequentes nas autarquias resultam nas detenções sistemáticas, viciação eleitoral durante a votação, impedimento do exercício de votar a certos membros de partidos políticos por se simpatizarem da oposição.

Essas conclusões foram possível atravessado estudo de campo feito onde pode-se depreender que as Hipóteses testadas todas foram aprovadas na medida em que a falta de informação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, a pobreza, o desemprego e o analfabetismo podem ser apontados como factores que conduzem a conflitos eleitorais permanentes nas autarquias. Os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias podem influenciar negativamente no desenvolvimento das autarquias. A pronta intervenção dos Órgãos Eleitorais (CNE e STAE) na resolução de conflito eleitoral pode contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias. O estudo ainda conclui que, a existência de um sistema eleitoral situacional e/ou contingencial em certa mediada influencia bastante para a existência de conflitos eleitorais que de certa forma também influenciam no fraco desenvolvimento das autarquias.

SUGESTÕES

Após uma análise dos conteúdos desde as formas orais até as escritas em relação ao tema "gestão de conflitos eleitorais e suas implicações nas autarquias", adianta-se as seguintes sugestões:

1. Para todos os casos de conflitos entre, povos, o mais correcto é sem dúvidas um diálogo genuíno. No caso vertente diálogo entre os intervenientes do processo eleitoral, incluindo a Sociedade Civil com o objectivo de melhorar o sistema eleitoral e ir ao encontro das expectativas de uma melhor administração de futuras eleições. Também, é importante que a CNE, e o STAE adoptem uma forma de funcionamento colegial, imparcial, transparente e profissional;
2. A composição da CNE e do STAE deveria ser por concurso público, cujo apuramento dos membros deveria estar isenta de nepotismo, seleccionando pessoas tecnocratas;
3. A lei eleitoral deveria ser clara quando ao acesso pleno dos delegados dos partidos e observadores nacionais e internacionais a todas as fases do processo eleitoral, incluindo o processo de apuramento ao nível das províncias e central, bem como na reapreciação de votos nulos e editais de apuramento;
4. Os MMV's deveriam ter consciência de que o processo que dirigem vai ditar os resultados de um sufrágio universal, será eleito um chefe do Estado no geral e em particular Presidentes do Conselho Autárquicos em particular e eleitos os membros da AR e das Assembleias Provinciais e Municipais, que por sinal devem ser dignos representantes do povo. Tal processo exige-se que seja livre, justo e transparente;

5. Necessidade de existência de um sistema eleitoral autárquico adequado a realidade moçambicana e não situacional;
6. Necessidade de massificação de informação e/ou capacitação dos membros dos partidos políticos sobre a alternância do poder, isto é, mudança de comportamento em todas as fases do processo eleitoral pode influenciar no fraco desenvolvimento das autarquias;
7. Necessidade de monitorar e/ou reduzir os conflitos eleitorais permanentes nas autarquias podem influenciar negativamente no desenvolvimento das autarquias;
8. Sempre que se registar um conflito durante o processo eleitoral é necessário que haja uma pronta intervenção dos Órgãos Eleitorais (CNE e STAE) na resolução dos mesmos por forma contribuir positivamente no desenvolvimento das autarquias, como também, elaboração de um plano de monitoria dos conflitos eleitorais durante o processo;
9. Necessidade de colaboração dos Partidos Políticos, uma vez que a lei já prevê que qualquer partido político ou coligação de partidos políticos, legalmente constituídos pode colaborar com os órgãos eleitorais, isto é, com o STAE e com a CNE na identificação dos locais para a criação de postos de recenseamento eleitoral, e noutras actividades, competindo a estes definir os termos dessa colaboração;
10. Necessidade criação de um plano estratégico de abertura pontual das mesas de assembleias de voto, como preconiza o disposto da lei nº1 do artigo 79 da Lei Eleitoral no período eleitoral, isto é, votação em certa medida poderá reduzir os índices de conflito eleitoral, e;
11. Necessidade de revisão do tempo estimado para a tomada de posse do novo edil, isto é, a pós o anúncio dos resultados, o tempo estimado para a tomada de

posse do novo edil deve ser de no máximo um Mês, de modo a evitar situações de conflito pós eleitoral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. "Cidade de Nampula: a Rainha do Norte de Moçambique". **Finisterra– Revista Portuguesa de Geografia**, vol. 40, n. 79, 2005.

BASTOS, F. L. **Ciência Política-Guia de Estudo** (p. 160). Maputo: Editora Livraria Universitária, 1999.

BEKOE, D. A. **Implementing Peace Agreements**: Lessonsfrom Mozambique, Angola, and Liberia. New York: Palgrave Macmillan, 2008,

BERGH, L. V. D. **Porque Prevaleceu a Paz**: Moçambicanos Respondem. Maputo: AWEPA, 2009.

BRITO, A. B. "Justiça Transicional e a Política da Memória: Uma Visão Global". **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério de Justiça**, n. 1, 2009.

BURTON, J. **Conflict**: Resolution and provention. London: MacmillanPress, 1990.

CASTRO, M. M. M. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, 1992.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

CHICHAVA, J. **As vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique na integração econômica regional**. Maputo: SADC, 2009.

CUCO, A. F. **Caminhos e Descaminhos do Processo de Descentralização de Moçambique**: Democratização Pacifica ou uma Trégua Tensa (Tese de Doutorado em Ciências Politicas). Porto Alegre, UFRGS, 2016.

FANTINATO, M. **Métodos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projectos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

KOTZÉ, D. "Issues in Conflict Resolution". **African Journal on Conflict Resolution**, n. 2, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MAZULA, B. **Moçambique**: 10 Anos de Paz. Maputo. CEDE, 2002.

MOÇAMBIQUE. **Acordão n. 27/CC/2018, de 13 de Novembro de 2018**. Maputo: Conselho Constitucional, 2018. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique criada no limiar da democracia moçambicana, acordando todos princípios do Multipartidarismo**. Maputo: Boletim da República, 1990. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Deliberação n. 23/CNE/2018, de 20 de Junho de 2018**. Maputo: Conselho Constitucional, 2018. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 1/2018, de 12 de Junho de 2018**. Maputo: República de Moçambique, 2018. Disponível em portal eletrônico: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 2/97, de 28 de Maio**. Maputo: República de Moçambique, 1997. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Plano de Acção para a Redução da pobreza Absoluta, 2001-2005**. Maputo: Conselho de Ministros, 2001. Disponível em portal eletrônico: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOGODE, J. **Moçambique**: Etnicidade – Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos, 1996.

MOISÉS, J. Á.; ALBUQUERQUE, J. A G. **Dilemas da Consolidação da Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformas o pensamento. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2002.

O´DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do regime Autoritário**: Primeiras Conclusões. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

PRZERWORSKI, A. A. "A Incerteza e Serás Democrático". **Novos Estudos**, n. 9, 1984.

RICHARDSON, R. J. *et al*. **Pesquisa Social**: Método e Técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacaional**. São Paulo: Editora Person Prentice Hall, 2012.

SILVA, E. L. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianopolis: Editora da UFSC, 2010.

SILVA, M. J. R.; REIS, F. L. **Princípios de Gestão**: Como exemplos práticos e casos de estudo. Lisboa: Editora Sílabo, 2012.

CAPÍTULO 3

Conselhos Consultivos no Acto de Reassentamentos em Moçambique: Estudo de um Conjunto Habitacional em Nampula

CONSELHOS CONSULTIVOS NO ACTO DE REASSENTAMENTOS EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL EM NAMPULA

Elias Manjate Júnior

Ricardo Mussá Buanar

A instalação das corporações económicas em Moçambique a partir da última década tem sido objecto de reflexão por parte de académicos e da sociedade civil, principalmente no que se refere aos dispositivos legais que regulam as actividades da indústria extractiva e ao seu impacto sobre as comunidades. O processo de reassentamento na cidade Nampula decorreu no âmbito da reabilitação da linha ferroviária que liga entre a cidade de Moatize em Tete e o Porto de Nacala, mediante o qual se apoia as pessoas afectadas, com o propósito de restabelecer os níveis de vida prévios aos deslocamentos involuntários gerados pelo projecto ou subprojecto, Trata-se de um processo complexo que deve ter uma metodologia e procedimentos definidos de forma clara, antes do início das actividades, visando garantir uma nova base produtiva e/ou melhores condições de vida ou, no mínimo, melhores do que as actuais, no que se refere à habitação, organização social e económica e condições ambientais (MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL - INSTITUTO NACIONAL DE ACÇÃO SOCIAL, 2019).

A relocação de populações é feita mediante consultas populares representadas por conselho consultivo que na sua maioria não chega a ser mais de 10 pessoas (PEDRO, 2011).

O Ministério do Género, Criança e Acção Social - Instituto Nacional de Acção Social (2019) afirma que o reassentamento é um processo de deslocamento da população residente nas áreas necessárias para a realização das obras dos subprojectos para novas áreas, ou para áreas remanescentes das propriedades afectadas.

O impacto económico que pessoas, famílias, ou comunidades sofrem como resultado de afectações de imóvel ou área afectadas ou áreas de morada ou produção de ingresso, resultantes da implementação dos projectos ou subprojectos produtivos (MOÇAMBIQUE, 2019).

Estruturalmente o trabalho estará enquadrado em cinco capítulos essenciais: introdução, onde encontramos os aspectos introdutórios, problematização, a questão central da pesquisa, os objectivos gerais e específicos, questões de investigação, justificativa e ou relevância do estudo, delimitação e identificação do objecto de estudo. Assim o presente trabalho tem como tema: Análise dos conselhos consultivos na escolha de espaço para o reassentamento no Bairro de Mutava-Rex.

É assim que República da Moçambique Ministério do Genero, Criança e Acção Social - Instituto Nacional para a Ação Social (2017) diz que quando existe a identificação da vontade de mudança da população com a necessidade da intervenção, governamental ou privada, o deslocamento é considerado "voluntário" e caso não ocorra, o deslocamento é "involuntário".

Deste modo, temos como objectivo geral: analisar a actuação do conselhos consultivos na escolha de espaço para o reassentamento no Bairro de Mutava Rex, pois para concretizarmos roteiro da investigação e formulou-se os seguintes objectivos específicos: i) Identificar o contributo dos conselhos consultivos na escolha de espaços para o reassentamento no bairro da Rex; ii) Caracterizar o conselho consultivo do distrito de Nampula; iii)

Descrever o processo de reassentamento da população da Rex; iv) Relacionar a participação da comunidade e o processo de reassentamento da população do Bairro de Mutava-Rex.

QUADRO TEÓRICO

Processo de Reassentamento

Não existe definição única para assentamentos informais. As definições variam com o contexto e os objectivos para que se destina esse assentamento.

Em Moçambique uma definição é apresentada por Forjaz at all que define "assentamentos informais como sendo zonas urbanas em constante crescimento, que não oferecem aos seus residentes condições de vida minimamente aceitáveis" (2006, p. 42).

A definição apresentada por Forjaz *et al*. (2006) é a mais adequada para o caso dos bairros Chibuabuara e 2000 porque tal como aborda a questão dos assentamentos, o mesmo acontece nestes bairros onde o assentamento é feito de uma forma "clandestina" não obedecendo as regras municipais. De uma forma geral para os cidadãos acederem à um espaço para várias finalidades eles recorrem ao que está plasmado na lei de terras 19/97 de 1 de Outubro, Capítulo 3 no artigo 12, que refere:

> a) Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas costumeiras no que não contrariem a constituição;

b) Ocupação por pessoas singulares nacionais que de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos;

c) Autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida na presente Lei.

Uma das razões que faz com que os indivíduos procurem por espaço habitacional nas zonas urbanas ou na periferia tem a ver com a procura de melhores condições de vida.Muitas vezes as pessoas que procuram espaços para fixação das suas residências são, na sua maioria, indivíduos que vêm de outras zonas contrariamente aos que tenham nascido nesse local.

Velho (1994; 1999) e Piselli (1998) mostram que os indivíduos deslocam-se de um lugar para outro com objectivos de melhorar as suas condições de vida. Estes para poderem ter acesso a outro espaço antes têm que estabelecer contactos com os outros que provavelmente se encontrem no local de chegada usando vários mecanismos, dentre os quais através de redes sociais que podem ser de parentesco, amizade ou laços de irmandade.

Assim, uma das formas para aceder ao emprego, num espaço que é lhes estranho, os indivíduos devem estar vinculados através de contactos previamente estabelecidos e os mesmos são guiados através de redes sociais

Exploração de Recursos

Antes do século XIX, as diferenças não eram muito visíveis, pelo facto da humanidade ser relativamente homogénea. Certos autores como Milton Santos e colaboradores, asseguram que a

produção mercantil mundial era de 1 bilhão de dólares em 1900 e as trocas internacionais de 70 bilhões, tendo atingido aproximadamente 20 triliões de dólares nos anos de 1994, enquanto a onda das trocas entre países rondavam nos 6 trilhos (SANTOS *et al*., 1994).

Fique claro que "desenvolvimento da economia como um todo, em todas as suas variantes fundamentais, requer, pois, o desenvolvimento de relações positivas entre os diferentes sectores da economia" (CASTELO-BRANCO, 2008). Mas o importante é saber que sobre os determinantes do desenvolvimento, são colocados em evidência, o capital social, onde se insere "a oferta de recursos humanos, o grau de coesão social e a disposição a agir em benefício de todos, […] o grau de confiança mútua, normas sociais favoráveis à cooperação e uma rede densa de relações interpessoais" (ADELMAN, 2000 *apud* GONÇALVES FILHO, s/d, p. 08).

Na visão de Lefébvre mostra ainda que "a industrialização produz a urbanização inicialmente de modo "negativo" (explosão da cidade tradicional, de sua morfologia, de sua realidade prático-sensível)" (LEFÉBVRE, 2006, p. 142), e, posteriormente, abranda-se a constituição de cidades, lugares tipicamente modernos com características do mundo capitalista.

A título de exemplo, as empresas mineiras que se desenvolvem em Moçambique muito em particular na província de Cabo Delgado (Distrito de Balama), incrementaram naquele ponto geográfico, o desenvolvimento de banco, serviços de fornecimento de alimentos aos trabalhadores das multinacionais, comércio, entre outros serviços que em certa medida, asseguram o emprego de parte das populações de Cabo Delgado e de Moçambique, entre outros benefícios tangíveis e intangíveis. Mas este emprego não beneficia muito a comunidade local, muito menos ainda para as famílias que sofreu o processo de TDR (Territorialização, Desterritorialização e Desterritorialização) – os reassentamento. Mesmo os beneficiários,

a tendência é de diminuir o número de funcionários das empresas. (FORJAS *et al*., 2006).

A actividade industrial, por contribuir decisivamente para a satisfação das necessidades humanas, é também condição de desenvolvimento e de bem-estar (QUEIRÓS; VALE *apud* APG, 1999, p. 19).

Por isso, ao tratarmos da contribuição da mineração para a economia e seus benefícios sociais, temos de reparar também o seu impacto sobre o meio natural, e é uma questão bastante complexa dos governos obrigando-os assim a traçar mecanismos (as leis e políticas que regem a sustentabilidade ambiental) para evitar e corrigir os problemas ambientais derivados por mega projectos ligados à extracção mineira.

Com isso, Farias (2002 *apud* BORBA, 2013, p. 13) referiu que em geral, a mineração tem impacto para o ambiente no que tange as alterações ambientais, conflitos de uso do solo, depreciação de imóveis circunvizinhos, geração de áreas degradadas e transtornos ao tráfego urbano.

As economias industriais como a de Grafite de Balama, adaptam o modo de vida dos humanos e, por sua vez, os modernos modos de vida do Homem, influenciados pelo desenvolvimento da actividade industrial capitalista, modelam as características topológicas. A história do capitalismo, por exemplo e, como observa Harvey, "está repleta de consequências ambientais não intencionais (às vezes de longa duração) e algumas delas (como a extinção de espécies e habitats) são irreversíveis" (HARVEY, 2011, p. 152).

Conselho consultivo

É importante referir que os conselhos locais integram além dos representantes dos grupos de interesse de natureza económica,

social e cultural, os líderes comunitários e os representantes das autoridades do Estado de cada escalão territorial. O dirigente de cada órgão local tem a prerrogativa de escolher ou indicar personalidades influentes da sociedade civil a integrar o conselho local, de forma a representar os diversos actores e sectores.

A Participação e consulta comunitária são feitas através dos conselhos locais dos níveis de Distrito, Posto Administrativo, Localidade e Povoação, onde a responsabilidade geral pela institucionalização é feita pelo Administrador Distrital desde os Conselhos Locais dos níveis distrital e inferiores, sendo estes últimos representado pelos órgãos locais do Estado dos escalões correspondentes aos respectivos níveis.

O n.° 1 do artigo 118 do regulamento da LOLE estabelece que Integram os conselhos locais, as autoridades comunitárias, os representantes de grupos de interesse de natureza económica, social e cultural escolhidos pelos conselhos locais ou fórum de escalão inferior em proporção da população de cada escalão territorial (DECRETO 11/2005).

De acordo com o Diploma Ministerial nº.67/2009, de 17 de Abril, as consultas comunitárias são feitas através dos conselhos locais nos seguintes níveis:

- Conselho local distrital (CLD);
- Conselho local do posto Administrativo (CLPA);
- Conselho local da localidade (CLL);
- Conselho local da povoação (CLPOV).

O dirigente de cada órgão local do Estado tem a prerrogativa de convidar personalidades influentes da sociedade civil a integrar o

conselho consultivo local de forma a assegurar e representar os diversos actores e sectores. E deve se garantir uma participação da mulher não inferior a 30% dos membros do conselho. A presença da mulher no seio do conselho consultivo é de extrema importância porque esta inclusão é uma das formas de empoderar a mulher fazendo parte do grupo que toma decisão, deixando de ser submissa nas acções que possam levar o país ao desenvolvimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da pesquisa é do tipo qualitativo. De acordo com Guerra (2006), a abordagem qualitativa não se preocupa com a representação numérica, mas sim, o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, visando explicar o porque e como os factos ocorreram.

Para a recolha de dados foram utilizadas as técnicas de: observação não participante e pesquisa documental. E, segundo Alencar (1999), este tipo permite que o pesquisador esteja presente no local onde o grupo pesquisado desenvolve suas acções, sem, contudo, se fazer passar por membro do grupo.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Deste modo foram recolhidos os dados de instituições como: Ministério da Industria e Comércio, Associação Sekelekani, Centro Terra Viva, CIP; IESE; Conselho Cristão de Moçambique. Para além das informações institucionais, procurou-se aliar a isso documentos relevantes que ajudaram a materializar a presente pesquisa como foi o caso de alguma legislação nacional.

Na visão do Gil, (1991, p. 21) quanto aos objectivos do estudo foi eleita a pesquisa exploratória visto que proporciona maior familiaridade com o problema, do trabalho assim como torna mais explícito na construção das hipóteses.

A metodologia seguida desenvolveu-se em torno de três dimensões: a primeira consistiu numa revisão das pesquisas realizadas aos níveis internacional e nacional sobre processos de reassentamento; a segunda dimensão consistiu na análise da legislação e das políticas públicas, com destaque para os mecanismos que norma os direitos das populações reassentados, o papel dos conselhos consultivos e para os dispositivos nacionais que orientam a actividade mineira e o processo de reassentamento.

A terceira dimensão consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas semiestruturadas, orientadas para grupos focais, foram realizadas tendo em conta os objectivos de trabalho, procurando abranger os actores que de forma directa ou indirecta intervieram no reassentamento das comunidades. Isto é, se o nosso grupo alvo foram as mulheres e os homens reassentados nas comunidades de Rex da cidade de Nampula, privilegiámos também as entrevistas com membros das organizações da sociedade civil que a nível local e central desenvolvem acções de pesquisa ou/e de divulgação de instrumentos legais, e ainda, as que actuam directamente nas comunidades reassentados no Bairro Rex perfazendo um total de 15 participantes.

Com o objectivo principal de distinguir se a idade e de algum modo, a escolaridade, influenciam a percepção das mulheres sobre o reassentamento e sobre a possibilidade de desenvolverem mais facilmente estratégias de ruptura com a dominação, realizámos entrevistas separadas com mulheres mais velhas e mais novas.

Também foram entrevistadas as lideranças, tanto a nível do Estado como a nível das comunidades, com particular destaque para

os sectores envolvidos no reassentamento e ainda os sectores da saúde, educação e Gabinetes de Atendimento às Famílias e Menores (GAFM) na província de Nampula, concretamente do Bairro Rex.

Pesem embora as dificuldades encontradas, foi possível realizar algumas entrevistas com o responsável pela comunicação da Vale e dois sindicalistas, um desta empresa e outro da ICVL, em Moatize. Estas entrevistas foram importantes para perceber os mecanismos de comunicação entre empresa, Estado e comunidades e estabelecer o contraponto entre discursos, principalmente sobre compensações e responsabilidade social.

Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas ao grupo-alvo e informadores privilegiados

Entrevistas realizadas	Nº de entrevistas
Agentes dos sectores do Estado	4
Membros de Organizações da Sociedade Civil	4
Lideranças e membros de Organizações Comunitárias	6
Representantes de empresas	1
Total	**15**

Fonte: Elaboração própria.

Para analisar os dados será usado o método de triangulação e análise documental. Segundo Creswell (2007), através do método da triangulação de dados, é possível comparar os resultados obtidos anteriormente na observação, podendo compreender estes processos angariados.

A triangulação significa olhar para o mesmo fenómeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para

corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa (AZEVEDO *et al*., 2013; MARCONI; LAKATOS, 2009).

RESULTADOS

No que diz respeito à esta categoria, uma vez constituídos os conselhos consultivos, presume-se que devem ser funcionais para que as suas acções possam contribuir para o desenvolvimento das comunidades, e poderá garantir um envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisões e na busca de melhores soluções para os problemas que lhes afligem ou preocupa.

Assim, na análise documental feito ao regulamento da LOLE, (Lei dos órgãos locais do Estado) prevê os mecanismos de funcionamento dos conselhos locais a todos os níveis. As funções dos conselhos locais resumem se a quatro domínios essenciais:

a) Cívico – Educação cívica, patriótica, convivência e justiça social; no tange ao aspecto cívico quer dizer que para além da gestão do fundo os conselhos locais tem o dever de educar a sua comunidade de como deve ser gerido este fundo, e que este deve gerar postos de trabalho, produzir comida para a comunidade;

b) Social – Saúde, Educação, Cultura e Solidariedade; no que se refere ao social tem há ver com algum que não gera receitas e nem postos de trabalho, mas traz benefícios para toda a sociedade e todos devem preservar o social;

c) Económico – Abertura e manutenção de via de acesso, fomento da produção e comercialização agro-pecuária, comércio e indústria, segurança alimentar e outras oportunidades para emprego e negócios locais;

d) Recursos Naturais – uso e aproveitamento de terra, recursos hídricos, florestais faunísticos e meio ambiente, este por sua vez devem ser usados de modo que as gerações futuras também usufruírem dos recursos existentes na natureza.

Em Moçambique a participação das comunidades está fundamentada na actual Constituição da República. O nº. 2 do artigo 263 da Constituição estabelece, por exemplo, que os órgãos locais do Estado, no seu funcionamento, devem promover a utilização dos recursos disponíveis, garantir a participação activa dos cidadãos e incentivar as iniciativas locais na solução dos problemas das comunidades. Mais especificamente, a Lei 8/2003, de 19 de Maio - Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) e toda a legislação complementar - norteia os mecanismos de articulação entre o Estado e as comunidades na promoção do desenvolvimento. A alínea C do nr.1 do art. 35 da mesma Lei diz que compete ao Administrador distrital, aos chefes do posto, das localidades atarefa de promover a participação das comunidades e das autoridades comunitárias respectivas nas actividades de desenvolvimento socioeconómico local. Adicionalmente, a alínea M do nº. 1 Do art. 39 estabelece que compete ao governo distrital promover e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local com a participação das comunidades e dos cidadãos na solução dos seus problemas. O Diploma Ministerial nº. 67/2009, de 17 de Abril, que aprova a Organização e Funcionamento dos Conselhos Locais, define, no artigo 2, os Conselhos Locais como órgãos de consulta das autoridades da administração local na busca de soluções para questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, o trabalho com o tema: Análise dos conselhos consultivos na escolha de espaço para o reassentamento no Bairro de Mutava Rex, fazem perceber que o conselho consultivo contribui para desenvolvimento das comunidades e garante envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisões e na busca de melhores soluções para os problemas que lhes afligem ou preocupa. Através dos resultados das análises documentais, as funções dos conselhos locais resumem-se a quatro domínios essenciais: cívico, Social, Económico e Recursos Naturais.

Por via desta análise feita aos documentos, as tarefas dos conselhos locais passaram a ser: Mobilizar e organizar a participação da população na implementação de iniciativas do desenvolvimento local e apresentar respostas aos problemas colocados pelas comunidades; Recolher e transmitir às autoridades competentes as opiniões e preocupações das comunidades locais em relação aos problemas do desenvolvimento, o combate contra a pobreza, a prestação de serviços públicos e a qualidade da governação local; Colaborar com as autoridades locais na divulgação da informação relevante ao desenvolvimento local e assegurar a sua transmissão às comunidades.

Os conselhos consultivos caracterizam-se pela criação dos conselhos locais inicia com a organização das comunidades através da constituição dos conselhos locais ao nível da Povoação, Localidade, Posto Administrativo e Distrito. Os representantes das comunidades nos órgãos locais de cada escalão são eleitos e legitimados pelas comunidades, garantindo a representatividade dos vários grupos de interesse existentes desde o nível de base.

As regras para a eleição dos membros dos conselhos locais foram estabelecidas com objectivo de assegurar a representação de

todos os grupos de interesse existentes nas comunidades, de modo a garantir a representação dos escalões mais inferiores nos superiores permitindo um diálogo mas participativo. É importante referir que os conselhos locais integram além dos representantes dos grupos de interesse de natureza económica, social e cultural.

REFERÊNCIAS

CHIZIANE, E. **Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique**: convergências e conflitos na relação com a terra. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projectos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

FORJAZ, J. *et al*. **Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção**. Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, 2006.

GREIA, J. **Metodologia de investigação científica**: guia para o estudo. Nampula: Universidade Pedagógica, 2008.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: Sentidos e formas de uso. Estoril: Princípia, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MATOS, E. A.; MEDEIROS, R. M. "Exploração Mineira em Moatize, no Centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais". **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU, 2012.

MOÇAMBIQUE. **Decreto n. 23, de 1 de julho de 2008**. Maputo: República de Moçambique, 2008. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Decreto n. 31, de 08 de agosto de 2012**. Maputo: República de Moçambique, 2012. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 20, de 18 de Julho de 1997**. Maputo: República de Moçambique, 1997. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Projecto de Protecção Social**. Maputo: Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2019. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Projeto de Protecção Social para Moçambique**. Maputo: Instituto Nacional para a Ação Social, 2017. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Resolução n. 10, de 28 de Fevereiro de 1996**. Maputo: República de Moçambique, 1996. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

MOÇAMBIQUE. **Resolução n. 5, de 06 de Dezembro de 1995**. Maputo: República de Moçambique, 1995. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

OLIVEIRA, E. **Impacto ambiental na exploração de pedreiras contribuição para uma prática sustentável**. Porto: Universidade do Porto, 2006.

ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE. **Reassentamento de Tete**. Maputo: Ordem dos Advogados, 2016.

PEDRO, J. **Reassentamentos Forçados**: dos Impactes às Oportunidades (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

CAPÍTULO 4

Avaliação da Qualidade de Água em Moçambique: Um Estudo de Caso de Águas Superficiais de Nampula

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO DE CASO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS DE NAMPULA

Jochua Salvador Ngomane

Os recursos hídricos são cada vez mais na actualidade um dos assuntos de interesse na esfera política e científica. Portanto, falar de recursos hídricos suscita na era moderna, dois constructos não menos importantes: quantitativos e qualitativos. Dentre várias, a preocupação eminente da Administração Regional de Águas de Norte, Instituto Público (ARA Norte, IP) incide na gestão de recursos hídricos numa altura em que a água é escassa, e carece de cuidados e respectiva preservação. É inegável que a água está susceptível à ataques físicos, químicos e biológicos.

Ao longo do tempo, os recursos hídricos passaram por alterações na qualidade de suas águas, e isto comprometeu directamente a manutenção dos seus múltiplos usos, em particular, consumo humano (ARRUDA, RIZZI; MIRANDA, 2015 *apud* RAMOS, OLIVEIRA; ARAÚJO, 2019)

A água é essencial para a vida, tanto ao ser humano como aos demais seres vivos. É fonte de equilíbrio de ecossistemas (ISSUFO, 2019). A Organização Mundial da Saúde concebe que o acesso da água é um direito para as pessoas.

A questão de qualidade de água é tão importante como falar da sua quantidade. As águas superficiais ficam expostas para agressão físicas-química e microbiológica, a partir da acção humana ou mesmo aquela de cunho natural. Portanto, avaliar periodicamente

a qualidade de água tornou-se uma das prioridades para ARA Norte, IP.

PROBLEMATIZAÇÃO

A problemática de controlo e monitoria da qualidade de águas superficiais tem sido um desafio, numa altura em que a utilização indevida e insustentável de recursos hídricos domina a realidade moderna. A questão de esgotos domésticos, lixo, refeitos industriais e agrícolas, e outras formas acção humana tem comprometido a utilização de corpos de água superficiais, quer nas zonas costeiras como em grandes centros industriais (HIRATA, 2001 *apud* LOPES, 2007). O autor supracitado refere que a água é um recurso estratégico e essencial para a sobrevivência humana.

Torna-se importante destacar que a água tem vários "inimigos" que podem condicionar gravemente o seu uso. E assim, como não se saber ao certo o cronograma de actividade de agressão do tal "inimigo", considera-se sempre estado de alerta vermelho, como forma de garantir o trabalho contínuo de análise, controlo e monitoria da qualidade de água.

Vale relembrar que a água apresenta multiusos, com especial destaque: uso potável, urbano, irrigação na agricultura, uso industrial e recreação. Todas aplicações dependem da qualidade da água, e por isso é necessário assegurar análise, controlo e monitoramento permanente nas fontes de águas. Portanto foi nessa perspectiva que se formulou a seguinte questão de pesquisa: Qual é a avaliação da qualidade de águas superficiais da Província de Nampula?

O objectivo geral da pesquisa é avaliar a qualidade de água superficiais da Região de Nampula. E os objectivos específicos, determinar os parâmetros físicos, químicos e microbiológico da água

da Região de Nampula; fazer a interpretação analítica dos resultados dos paramentos acima citados; calcular o índice de qualidade de águas da Província de Nampula e analisar a qualidade de água da Região Norte a luz do decreto no 180/2004 de 15 de Setembro.

Nas últimas três décadas a preocupação com questões de qualidade da água foi grandemente sentida, de tal forma que a qualidade de água adquiriu tanta importância quanto a quantidade de água (ABBASI, 2012 *apud* ARRUDA, RIZZI; MIRANDA, 2015 RAMOS, OLIVEIRA; ARAÚJO, 2019).

A entidade gestora de recursos hídricos a nível da região norte, Administração Regional de Águas do Norte, Instituto Publico (ARA Norte, IP) sob alçada do Ministério das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos, tem como palavras de ordem: *A água é escassa, cuide e preserve* (ARA Norte, IP, ano?). Cuidar e preservar a água é uma opção sustentável que visa prover a água em qualidade e quantidade, para fins diversos, desde o consumo humano, irrigação até actividades industriais. Portanto, a presente pesquisa constitui uma ferramenta importante para a análise e monitoria da qualidade da água a nível regional. A caracterização físico-química e microbiológica dos recursos hídricos permite por um lado o conhecimento qualitativo da água para fins de acções preventivas e correctivas em casos de contaminação. Por outro lado, o presente estudo é mais uma obra científica que pode auxiliar o Governo dia no contexto de desenvolvimento de políticas sobre qualidade de água no país. Enfim para aconselhar sobre o uso ou não da água torna-se necessário antes descrever as características químicas, físicas e microbiológicas, e os resultados deste estudo servirão de suporte para compreensão geral da qualidade da água da Regia Norte de Moçambique, o que torna trabalho pertinente e relevante para as autoridades politicas, científicas e até mesmo as comunidades em particular.

Enfim, “a principal maneira para a constatação de alteração na qualidade dacágua, é o monitoramento contínuo *in situ* de determinados corpos hídricos” (SANTOS, 2018 *apud* RAMOS, OLIVEIRA; ARAÚJO, 2019), incluindo as análises das mudanças climáticas como chuvas atípicas, secas severas e prolongadas e inundações que alteram a qualidade e a escassez da água (WHO, 2017; BRASIL, 2014).

Conforme Cremonese (2014 *apud* NHAMTUMBO, 2017), a caracterização das águas subterrâneas através de parâmetros físico - químicos torna-se indispensável para a definição da qualidade da água para fins diversos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Qualidade e monitoramento de água

“O termo qualidade da água não se restringe a determinação de certo grau de pureza da água, mas de suas características desejáveis para os diferentes usos” (RAMOS, OLIVEIRA; ARAÚJO, 2019, p. 04).

Entretanto, para Silva (2015) e Oliveira (2016), as características ou parâmetros físicos, químicos e biológicos podem ser alteradas por poluentes de diversas origens sendo que a sobrecarga pode comprometer a disponibilidade e a qualidade da água para a população humana.

Roy (2019 *apud* JOSÉ, 2022), compreende que a “Qualidade da água é um termo usado para descrever as características químicas, físicas e biológicas da água” (p. 05). E, para Li e Migliaccio (2011), as características ou parâmetros supracitados podem afectar a

adequação da água para fins diversos como potabilidade, irrigação, uso industrial, saúde do ecossistema, etc. Portanto, como se pode ver, a análise da qualidade de água é uma prática que deve existir para garantir que tais parâmetros sejam conhecidos com o objectivo de promover/ incentivar/ suscitara tomada de decisões com base em evidências científicas.

Para Roy (2019 *apud* JOSÉ, 2022), a análise de qualidade de água exige pois a mensuração ou quantificação dos valores referentes aos parâmetros de água, respeitando métodos padrão, e comparação com os valores de padrão com o uso designado.

A monitoria de qualidade de água é uma acção de avaliar as características ou parâmetros necessários (químicos, físicos e biológicos), "em rios, lagos, estuários e águas costeiras e subterrâneas em relação aos padrões estabelecidos" (JOSÉ, 2022, p. 04) e fornecer informações que permitam saber se essas águas são adequadas para usos específicos, como beber, nadar, irrigação e serviços ecossistémicos (LI; MIGLIACCIO, 2011).

Quais são os objectivos da avaliação da água, sejam superficiais ou subterrâneas? Li e Migliaccio (2011 *apud* JOSÉ, 2022) respondem que os objectivos são:

a) Identificar problemas de qualidade da água que afectam a saúde dos seres humanos e ecossistemas;

b) Determinar tendências de longo prazo na qualidade da água;

c) Documentar os efeitos da prevenção da poluição ou remediação, e;

d) Fornecer evidências para a conformidade com os regulamentos e disputas legais.

Enfim, "a qualidade da água é um atributo multiparamétrico com um grande número de factores físicos, químicos e biológicos que, em conjunto, determinam a qualidade da água sendo esta uma função da natureza de sua utilização" (PIMENTA, 2010, p.15). A partir da visão do autor acima citado pode se compreender que a qualidade de água é uma dimensão quantitativa de parâmetros físicos, químicos e biológicos.

Parâmetros da qualidade de água

Na perspectiva da UNEP e WHO (1996), a qualidade de água pode ser concebida como concentração e estado (dissolvido ou particulado), todo o material orgânico e inorgânico presente no recuso hídrico, evidentemente, com características físicas. Vale destacar que os paramétrios de qualidade de água, tal como refere José (2022), são determinadas as medições *in situ* e pela analise de amostras de água no local ou em laboratório de analise de qualidade de água ou laboratório de química. Quer dizer, as análises podem ser efectuadas a nível local, ou no laboratório ou outro local estabelecido para estes efeitos.

Parâmetros *in situ*

In situ, são inúmeros parâmetros incluindo pH, condutividade, Oxigénio dissolvido, temperatura e turbidez/turvação que devem ser medidas a nível local, ou seja, no local de amostragem (UNEP; WHO; UNESCO; WMO, 1992), ou "logo após a amostra ser colectada" (UNEP; WHO, 1996 *apud* JOSÉ, 2022, p. 05). Para os autores supracitados, uma das vantagens significativas da análise no campo consiste nos testes que são realizados em amostras frescas

cujas características não foram ainda contaminadas como resultado do armazenamento em um recipiente e transporte. Aliás pode se assumir que as amostras podem sofrer alguma alteração química, física até mesmo biológica (sobretudo) durante o processo de armazenamento e transporte, provavelmente, a partir de recipientes usados, estabilizadores, tempo de espera até o laboratório, etc.

Parâmetros do laboratório

Obviamente, existem parâmetros que normalmente e pela sua natureza são determinados nos laboratórios específicos ou concebidos para efeitos de análise de qualidade de água. Em Moçambique existe esta tipologia de laboratório, a título de exemplo, Laboratórios de alimentos, higiene e água (Ministério da Saúde); Laboratório de qualidade de água da ARA Centro, IP; Laboratório de qualidade de água da ARA Norte, IP (ambos do Ministério das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídrico). No país existem mais.

José (2022) entende que "uma análise da qualidade de água padrão deve incluir, no mínimo, os quatro catiões principais (Na+, K+ , Mg2+, Ca2+) e os quatro aniões principais (Cl^- , $HCO3^-$, $SO4\ 2^-$, $NO3^-$) (APPELO; POSTMA, 2005). Para determinar Carbonatos e Bicarbonatos ($CO3\ 2^-$ e $HCO3^-$) foi usado o parâmetro Alcalinidade" (p. 05). Para Lottermoser (2010), a alcalinidade pode ser entendida como a capacidade de uma solução neutralizar ácidos, e na maioria dos corpos de água natural, a alcalinidade é igual às concentrações molares de iões Bicarbonato e Carbonato. Pois, é importante notar que podem existir metais (de Ferro (Fe), Cádmio (Cd), Chumbo (Pb), Alumínio (Al), Arsénio (As), Prata (Ag), Crómio (Cr), Cobre (Cu), Cobalto (Co), Lítio (Li), Manganês (Mn), Níquel (Ni) e Zinco (Zn), etc.) na água nos corpos de água. Eles

podem estar presentes dissolvidos em solução como ião e molécula ou existe como uma massa sólida.

Parâmetros Físicos, Químicos e Biológicos

Para OMS (2011 *apud* ISSUFO, 2019), os parâmetros físicos - químicos da água são importantes relevantes, até porque a presença de alguns elementos ou compostos químicos pode inviabilizar o uso de certas tecnologias de tratamento. Normalmente aos parâmetros físico – químicos refere- se: potencial hidrogénio (pH), turbidez, oxigénio dissolvido, resistividade, temperatura, condutividade eléctrica, salinidade (Parâmetros físicos); ferro, alcanidade, nitratos, Nitrogénio total, Dureza, Manganês, Cálcio, fosfatos, metais pesados, amónia, amoníaco, ferro, Nitrogénio total, Dureza, Manganês, Cálcio e demanda química de oxigénio, sólidos dissolvidos totais, sólidos suspensos na água, cloretos, (paramétrios químicos) e outros.

Aos parâmetros microbiológicos, referem se à "aqueles que servem como indicadores de contaminação por bactérias ou vírus em águas, podem ser as bactérias do grupo dos coliformes fecais e coliformes totais" (ISSUFO, 2019). Por exemplo, *Escherichia coli*, a qual insere–se numa "bactéria do grupo dos coliformes fecais também chamados de coliformes termotolerantes pois toleram temperaturas superiores a 40ºC e reproduzem-se nessa temperatura em menos de 24 horas" (p. 19). O autor acima citado refere ainda que é bactéria principal do grupo de coliformes fecais. E, ela é encontrada abundantemente nas fezes humanas e de animais de sangue quente. "É a única que dá garantia de contaminação Coliformes Totais" (p. 19).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais usados para a realização da pesquisa de campo no que concerne a medição de parâmetros no campo e recolha de amostras foram:

- Garrafa (polietileno) para efeitos de armazenamento de amostras de água;
- Marcador (permanente) para rotulação;
- Sonda Multi - paramétrica Trace 2O-AQUAMETER para medir os parâmetros de campo (pH, temperatura, condutividade eléctrica, Oxigénio dissolvido e salinidade;
- Espectrofotómetros;
- Caixa de natureza térmica (cooler);
- Luvas de látex,
- Bloco de notas para registos.

Quadro 1 - Parâmetros e Métodos

Parâmetros	Métodos empregados
Oxigénio (OD%) Dissolvido	Trace2O AQUAMETER
pH	Trace2O AQUAMETER
Turbidez (NTU)	Condutímetro/Trace$_2$O AQUAMETER
Temperatura (ºC)	Trace$_2$O AQUAMETER
Condutividade Eléctrica (µs/cm)	Trace$_2$O AQUAMETER
Salinidade	Trace$_2$O AQUAMETER

Fonte: Elaboração própria.

Análise laboratorial

Para trabalhos laboratoriais, os materiais usados foram seguintes:

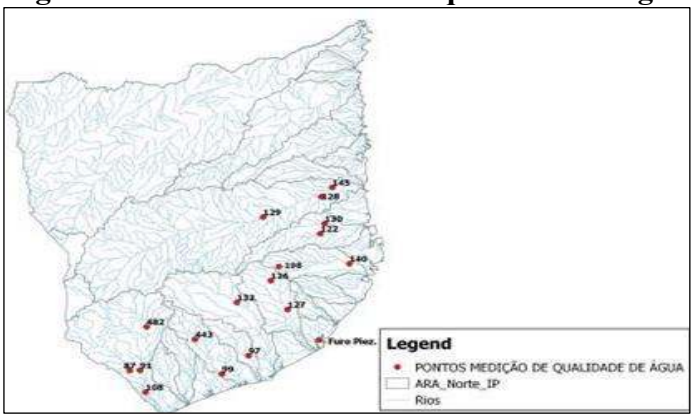
- Balança analítica Mettler AE200;
- Balões volumétricos, de 100, 250 e 1000 mL;
- Bata e luvas de latex;
- Buretas, 50mL.
- Estufa Foc -120E;
- Frascos de Erlenmeyer, 250 mL;
- Pipeta;
- Proveta;
- HANNA-ppm-HI -721
- Aquameter – ProDSS- YSI
- HANNA – HI - 96713
- Aquameter – ProDSS- YSI
- Metalyser – HM 1000
- Aquasafe MSL25 T2O

Quadro 2 - Parâmetros e Métodos

PARÂMETROS	MÉTODOS EMPREGADOS
Nitrato (mg/l)	Brucina/Aquameter – ProDSS- YSI
Fosfatos	Mineralização ácida/ HANNA-ppm-HI - 721
Cloretos	Mohr/Aquameter – ProDSS- YSI
Amónia (NH4)	Aquameter – ProDSS- YSI
Amoníaco (NH3)	Nessler/Aquameter – ProDSS- YSI
Ferro	HANNA – HI - 96713
Pb (mg/l)	Metalyser – HM 1000
Cd (mg/l)	Metalyser – HM 1000
Zn (mg/l)	Metalyser – HM 1000
Cu (mg/l)	Metalyser – HM 1000
As (mg/l)	Metalyser – HM 1000
Hg (mg/l)	Metalyser – HM 1000
Coliformes	Aquasafe MSL25 T2O – Membrana Lauril Sulfato

Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 – Pontos de análise de qualidade de água



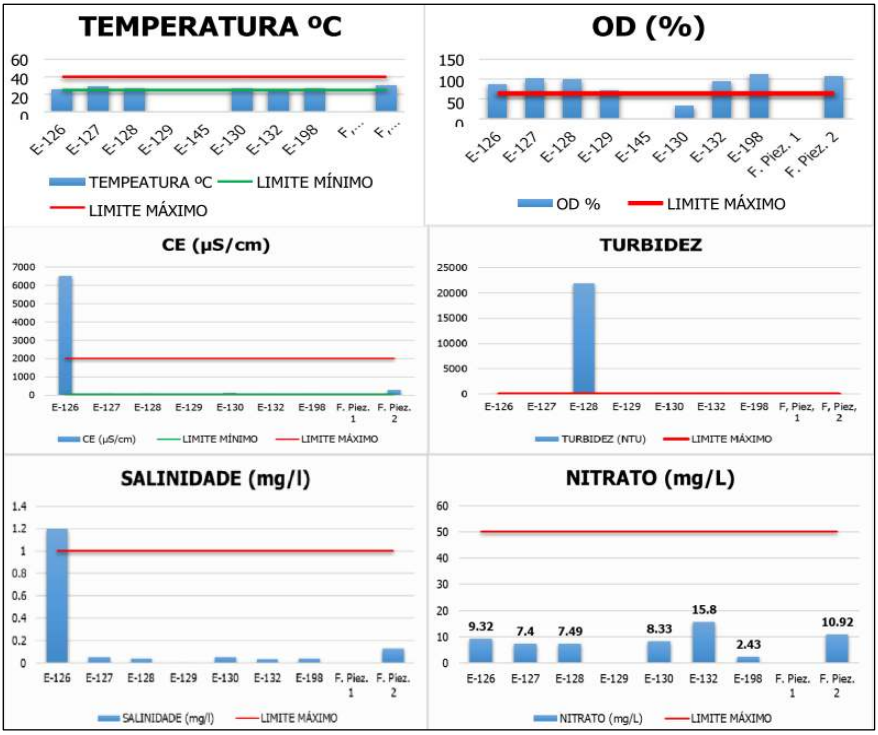
Fonte: Elaboração própria.

ANÁLISE E RESULTADOS

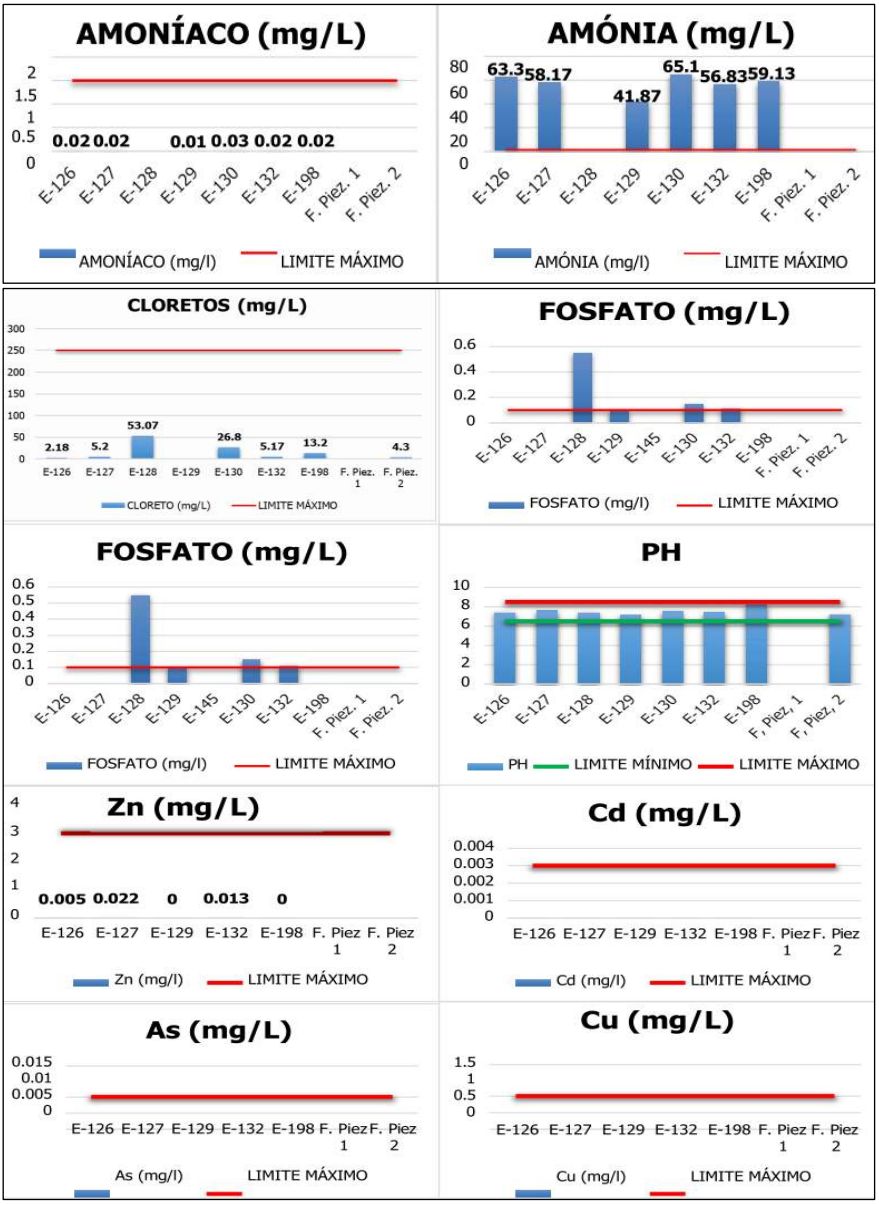
Área de estudo

Os pontos específicos para a análises in situ e processo de amostragem foram 8, nomeadamente: E-126 em Melúli; E-127 em Nametil; E-128 e E-130 em Namapa; E-129 em Muíte; E-132 em Murrupula; E-198 na Barragem de Nampula; e Piezómetro de Angoche (F.Peiz.2).

Gráfico 1 - Apresentação dos resultados



Fonte: Elaboração pória.



Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO

A temperatura, na perspectiva de Pedrozo e Kapusta (2010 *apud* NHAMTUMBO, 2017), "exerce um papel importante, pois as reacções químicas são por ela governadas, em altas temperaturas, por exemplo, há maior desagregação mineral e os fenómenos reprodutivos dos microrganismos são intensificados. Naturalmente, este parâmetro pode ser afectado pela incidência de luz solar, sombreamento das árvores, profundidade da coluna de água" (p. 19). A temperatura nos cursos de água superficial varia de 24.5 – 36.8oC, o que significa que a temperatura oscila nos valores recomendados à luz do decreto nº 180/2004 de 15 de Setembro, que aprova o Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano.

Para E-126, se observou que a salinidade e a condutividade eléctrica estão acima dos limites máximos admissíveis em Moçambique. No entender de Mendes e Oliveira (2004 *apud* NHAMTUMBO, 2017), a "condutividade de uma água traduz-se pela capacidade da mesma para conduzir corrente eléctrica, resultante do teor de iões dissolvidos na água. A condutividade depende da quantidade de iões dissolvidos na água" (p. 20), e isso pode variar de curso em curso de água. O autor supracitado refere ainda que os referidos iões podem advir de processos de percolação dos solos (cloretos, nitratos, cálcio, entre outros), ou podem ser resultados de resíduos sólidos.

Os valores de pH observado nas estacões de monitoria de qualidade de água, são próximos a neutro a alcalino, tanto que variam de 6.8 – 7.9, significando que se encaixa nos parâmetros previstos no regulamento moçambicano. Para E-128 (Lúrio em Namapa), há tendência de interceptar o limite máximo admissível. Vale referir que o para WHO (2017 *apud* RAMOS, OLIVEIRA; ARAÚJO, 2019), o pH é dos parâmetros operacionais mais

importantes na monitoria de controlo de qualidade de água. Para Ramos, Oliveira e Araújo (2019), o pH afecta o metabolismo de espécies aquáticas, e sua alteração pode aumentar a solubilidade de substâncias de natureza química que estas "podem ser tóxicas aos organismos aquáticos: (p. 08).

A turbidez para E-128, ultrapassou os limites admitidos no regulamento moçambicano. Como o próprio nome sugere, a turbidez define a grau da turvação da água, pode, pois, ter relação directa com a quantidade de sólidos totais que dificulta a passagem do feixe de luz (BRASIL, 2006a). Para Cremonese (2014), este parâmetro é um parâmetro que a população julga ser importante, já que cabe à sensibilidade dos seus olhos naturais.

Os valores dos nitratos estão dentro dos limites admissíveis, variando entre 2,45mg/l-15,8mg/l. É importante destacar que o ião nitrato, tal como refere APHA (1992), é mais encontrado em águas naturais, sua concentração pode aumentar com a profundidade das água superficiais.

O teor de amoníaco estaá dentro dos paramétros normais. Entretanto, o teor de amonia para todas as estações ultrapassou os padrões máximos, excepto E-128 E F-Piez.2. As baixas concentrações de amónia em determinado curso de água, pode estar relacionadas ao facto de amónia ser rapidamente convertida em nitrato por bactérias (CETESB, 1987 *apud* NHAMTUMBO, 2017). Neste presente trabalho, os resultados indicam mais concentração de amónia do que de nitrato, o que pode significar que provavelmente existam poucas bactérias responsáveis pela tal conversão.

O anião cloreto, defende Issufo (2019), é "mais comuns em águas naturais, nos esgotos domésticos e em despejos. Em água potável, o sabor produzido pelo ião $Cl-$ varia em função da sua concentração como também da composição química da água" (p. 17). Os resultados mostram que os aniões cloretos estão dentro dos

parâmetros normais. Para Fosfatos, na E- 128, E-130 e E-132 os valores se encontram fora dos limites admissíveis (variando de 0.16mg/l-0,57mh/l). Já nas restantes estacões não se detectou nenhuma concentração de fosfatos.

Para o oxigénio dissolvido, com excesso de E-130, encontra-se fora dos limites máximos admissíveis. Ou por outra, o teor do oxigénio dissolvido aos longo dos cursos E-126; E-127; E-128; E-129; E-132; E-198; F.Piez 2, varia de 28.4%-115.9%.

Langa (2022) entende que quando os graus de saturação ultrapassam os 100%, pode ser que seja por causa da contribuição (contribuição de que?) que o oxigénio puro produzido pelas algas tem sobre a quantidade de oxigénio dissolvido na água.

Para metais pesados, concretamente, Zinco, a média anual é de quase zero mil gramas por litro. Os metais pesados em quantidades necessárias são essenciais para completar o ciclo de vida dos organismos e, acima dos limites admissíveis, são consideravelmente tóxicos.

Coliformes fecais

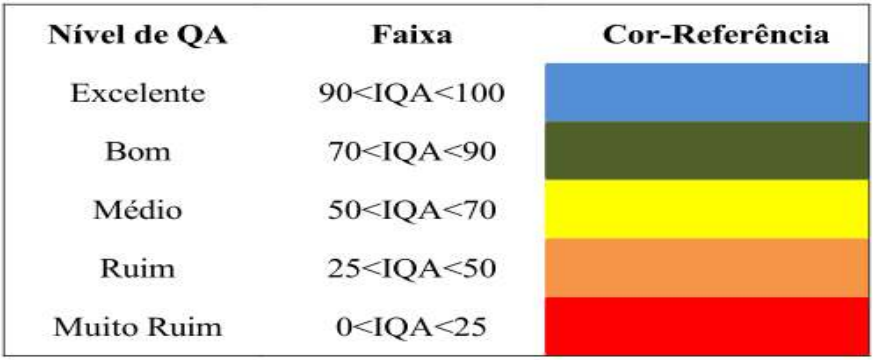
Para isto, se observou que a mensuração dos coliformes fecais varia de 69NMP - 210NMP, quer dizer que esta variação, segundo o regulamento de qualidade de água para o consumo humano – 180/2004 de 15 de Setembro, está fora dos limites admissíveis em Moçambique.

Tabela 1 - Índice de Qualidade de Água

PARÂMETROS										
Bacia	OD (% OD)	C.F (NM P/10 0 mL)	pH	D B O	N (mg /L NO 3)	F (mg/L PO 4)	Temp	T (UNT)	Rt(m g/L)	IQ A
MelE 126	95.3	100	7.7	2	1.5	0.2	27.5	99	1.2	67
MelE 127	100	100	7.5	2	1.5	0.2	29.5	97	0.34	56
Lúrio 128	100	100	7.4	2	1.4	0.2	27.4	150	1.1	50
E129	70	100	7.7	2	1.5	0.2	28.9	54	1.1	56
Mec E130	40	100	7.31	2	1.4	0.2	27.4	120	1.25	43
Lig E132	98	100	7.47	2	1.3	0.2	27.6	109	1.1	41
Mon E198	89.4	34	7.5	2	1.9	0.2	28.6	51	1.2	62
OM Ang F.P2	105	100	7.7	2	1.4	0.2	28.4	45	1.2	58

Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Tabela de classificação das águas (CETESB)



Fonte: Leite (2017).

Avaliação da qualidade de águas superficiais da Província de Nampula está na fasquia da *Qualidade de faixa Média*.

CONCLUSÃO

A avaliação da qualidade de água é de extrema importância para uma boa gestão dos recursos hídricos.

Ao longo do trabalho observou-se que existem parâmetros químicos e físicos fora dos limites admissíveis segundo o decreto no 180/2004 de 15 de Setembro que aprova o regulamento de qualidade de água para o consumo humano, em Moçambique.

Os parâmetros referidos acima são: salinidades e turbidez nas E-126 e E-128 respectivamente; amónia, fosfatos oxigénio dissolvido na água. O teor de coliformes fecais varia de 69NMP-210NMP, o que significa que esta mensuração insere-se nos limites admissíveis à luz do regulamento moçambicano.

A partir do que fora dito, pode se afirmar que as águas superficiais da província de Nampula podem ser consideradas boas para o consumo humano, não obstante existir alguns parâmetros fora dos limites admissíveis no regulamento de qualidade de água para o consumo humano, que fixa os parâmetros de qualidade da água destinada ao consumo humano e as modalidades de realização do seu controlo, visando proteger a saúde humana dos efeitos nocivos resultantes de qualquer contaminação que possa ocorrer nas diferentes etapas do Sistema de abastecimento de água desde a captação até a disponibilização ao consumidor.

Quanto à avaliação da qualidade de águas superficiais da Província de Nampula, torna-se importante concluir que elas têm qualidade de *faixa média*, segundo o manual de índice de qualidade de água.

REFERÊNCIAS

ISSUFO, Z. **Avaliação da água dos poços do bairro de Inhagome–Zambézia** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Química Marinha). Quelimane: UEM, 2019.

LANGA, J. **Efeitos da Actividade Mineira na Qualidade Da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze no Distrito de Moatize** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Química Marinha). Maputo: UEM, 2022.

MOÇAMBIQUE. **Decreto Ministerial n. 180, de 15 de Setembro de 2004**. Maputo: República de Moçambique, 2004. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz>. Acesso em: 23/01/2024.

NHAMTUMBO, N. **Influência da Lixeira Municipal do Bairro Padeiro na Cidade de Quelimane na Qualidade de Água Subterrânea**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geologia Marinha). Quelimane: UEM, 2017.

OLIVEIRA, C. **Avaliação dos Impactos Ambientais e Qualidade de Águas Superficiais na Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro - RJ** (Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

PIMENTA, A. **Qualidade da água do rio das antas na área de influência da usina hidreléctrica monte claro** (Dissertação de Mestrado em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais). Rio Grande: FURG, 2010.

RAMOS, A.; OLIVEIRA, V.; ARAÚJO, T. "Qualidade da água: parâmetros e métodos mais utilizados para análise de água de

recursos hídricos superficiais". **Revista Holos-Environmentg**, vol. 19, n. 2, 2019.

SILVA, L. **Hidrologia, Engenharia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2015.

UNEP.; WHO. **Water Quality Monitoring**: A Practical Guide to the Design and Implementation of Freshwater Quality Studies and Monitoring Programmes. London: E&FN Spon, 1996.

UNEP.; WHO.; UNESCO.; WMO. **GEMS/WATER Operational Guide**. Burlington: United Nations Environment Programme, 1992.

WHO - World Health Organization. **Guidelines for Drinking**: water Quality. Geneva: WHO, 2017.

CAPÍTULO 5

Impacto da Comunicação Empresarial Interna: Estudo de Caso em Moçambique

IMPACTO DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL INTERNA: ESTUDO DE CASO EM MOÇAMBIQUE

Fenias Sabino Mutuque

O processo de se comunicar faz parte integrante da vida humana desde os primórdios, exerce a função de proximidade das pessoas e orienta o seu relacionamento e interesse na sociedade, promove a interação das pessoas, em bendição da coletividade, viabilizando a criação de um presente com a intencionalidade visionária, não descartando o passado (NÓBREGA, 2014).

Para Chiavenato (2009), as pessoas não vivem sozinhas e nem são independente, se relacionam, no dia a dia, com outras pessoas em clima apropriado por recurso da comunicação. Para o efeito, a comunicação centra-se na relevância de quem recebe a informacao, compreenda-a e retransmite, novamente, para outra pessoa.

Comunicação interna é uma estratégia preferida nas organizações para manter plataforma que estabeleçam o relacionamento com o público interno e desempenha o papel fulcral na transformação de tornar comum a mensagem voltada aos seus colaboradores, com a finalidade de motivar, estimular, promover agentes e difundir os ideais da organização.

A comunicação Interna Como conjunto de acções que a organização coordena com o objetivo de ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores que precisam ser reconhecidos e compartilhados por todos e que podem contribuir para a construção da boa imagem da organização (CURVELLO, 2012. p. 22).

A comunicação interna desempenha um papel crucial na organização, que se assenta na facilitação de tomada de decisão. Para o efeito, os gestores precisam de reflectir para tomar decisões ao transmitir informações na garantia do funcionamento pleno da mesma

Segundo Ruggiero (2002), não basta ter uma equipa de grandes talentos altamente motivados. Se ela não estiver bem informada, se seus integrantes não se comunicarem adequadamente, não será possível potencializar a força humana da empresa.

A consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos colaboradores de uma determinada organização, exige maior transparência para se promover engajamento e envolvência com maior rigor, no alcance dos resultados e das metas organizacionais.

De acordo com Ruggiero (2002), para ter qualidade na comunicação a organização deve considerar as diferenças de pessoa para pessoa. A comunicação a níveis ótimos pressupõe que as pessoas tenham competências refinadas, e a qualidade destas é que assegura a melhor qualidade de comunicação, que também depende do momento em que ela ocorre.

A manutenção do cumprimento de normas, condutas éticas e responsabilidade, preserva e promove cultura e valores organizacionais. Nesse sentido, a comunicação interna toma a dianteira de prover clima organizacional favorável à produtividade, ao desempenho, à inovação, criatividade e realização profissional dos colaboradores.

A comunicação interna exige uma realização em vias diretas e em diálogo permanente, para melhor se perceberem as metas, a missão, a visão e os valores organizacionais por parte dos colaboradores. Para o efeito, o começo de plano de comunicação, é necessário, uma estratégia que permita uma comunicação profícua de fato.

A construção do plano de comunicação em uma organização reflete à precisão de informações, à promoção do diagnóstico da imagem da empresa e à perceção dos conteúdos programáticos que constituem a base da informação que, naturalmente flui na organização.

O fundamental em comunicação interna da organização, assenta-se designadamente no fortalecimento da cultural organizacional, estímulo do bom comportamento e visibilidade no efeito que, cada colaborador apresenta na organização, com isso, os colaborados manifestam o sentimento de pertença à organização que privilegia a comunicação do que uma que provê excelentes benefícios.

Apesar do recurso constante de tecnologias de informacao e comunicação aliadas à comunicação interna, o mais relevante ainda é estabelecer a conexão com as pessoas.

A comunicação presencial permanece sendo a enorme transformação no relacionamento organizacional que, vislumbra o desenvolvimento dos colaboradores engajados e líderes na comunicação da sua organização, trespassa, fundamental em propiciar ambiente que, os colaboradores sejam ouvidos e respeitados, sintam-se parte fulcral da organização, tenham canais de diálogo abertos e confiança entre si e com a organização.

MARCO TEÓRICO

"A palavra comunicação é uma derivação do termo latino Communicare que significa; partilhar, tornar comum" (MATOS, 2014, p. 02). No entanto, a comunicação compreende uma gama de aspetos como a fala, gestos, interpretações, compreensão, seja nas

organizações ou fora, a comunicação é a união entre emissor que emite uma mensagem e o receptor que recebe a informação.

De acordo com Clemen (2005, p. 15), "temos de saber diferenciar um ato de comunicação interpessoal (uma das atribuições gerenciais), por exemplo, de um processo de comunicação interna que atinge a toda Organização", é na base dela que se inicia a perceção do mundo, que se reflete nas atitudes, nos comportamentos e no modo de viver numa perspetiva compreensiva da comunicação acertada.

A comunicação organizacional é a cadeira que avalia como se processa todo o fenômeno comunicacional dentro das empresas. Compreende a comunicação formal, informal, interpessoal, administrativa, tecnológica, ou seja, toda forma de interação pessoal, todas as formas das pessoas interagirem. Desdobram-se em comunicação institucional, comunicação mercadológica, comunicação interna e comunicação administrativa.

Oliveira (2010) sublinha que nesse processo podem ser identificados os seguintes elementos: remetente (estabelece ligação entre o emissor e o receptor); mensagem (o que se pretende transmitir, código (sistema de sinais); repertório (tema da comunicação); veículo (canal por onde a mensagem passa do emissor para o receptor); destinatário (aquele que recebe a mensagem); ruído (caracterizado por tudo aquilo que afeta o canal, perturbando a perfeita captação da mensagem, por exemplo, falta de rede no celular); e retroinformação (resposta ou reação do receptor à mensagem, funciona como intercâmbio entre emissor e receptor, denominado *feedback*.

Torquia (2015) sublinha que a comunicação compreende elementos nomeadamente fontes, codificadores, descodificadores e receptores. Os elementos de comunicação influenciam no alcance de

objetivos e das metas organizacionais na base de equilíbrio da comunicação entre sectores funcionais da organização.

Marchiori (2014) reconhece que a comunicação interna facilita a formação e desenvolvimento de liderança na organização que promovem valores, práticas, produtos e serviços

A comunicação interna reveste de grande relevância na organização, quando os gestores pretenderem ter sucessos organizacional, devem direcionar as necessidades primárias para o público interno que, constitui prioridade (MARCHIORI, 1995 *apud* SILVA, 2003).

Para Nassar (1999 *apud* SILVA, 2003), a administração criteriosa proporciona mensagens coletivas, um carácter motivador, promissora e aglutinadora aos colaboradores de uma organização. Nesse sentido, a comunicação pela sua formalidade espelha as relações entre necessidades de informação e de interação com o público e objetivos estratégicos organizacionais.

Geralmente, a comunicação interna na organização não se sujeita ao formalismo excessivo que, demanda possibilidade e probabilidade de planificação rigorosa porque a comunicação interna manifesta-se por intermédio de relacionamentos interpessoais e da reciprocidade informativa para além fronteira comunicacional.

Beraldo (1996) entende que a comunicação interna compõe um fator estrategicamente concebida para o alcance do sucesso organizacional em virtude da sua elasticidade tridimensional designadamente fulcral para visualização dos resultados, humanização e harmonização do relacionamento laboral e indução à solidificação da identidade organizacional junto do público.

A tomada da dianteira pela comunicação interna como fator estratégico, expõe o processo de troca de informação entre duas ou

mais colaboradores dentro de uma organização, dado que sempre houve imperiosa necessidade de interação para garantir o exercício da influência, da integração e da informação que fluem na organização

Nesse sentido, o sentimento de privilegiar a comunicação interna torna-se indispensável para às organizações tomarem providências com vista a estabelecerem canais que viabilizam as relações ligeiras e límpidas da liderança da organização com público interno.

A percepção da relevância da Comunicação Interna no contexto hierárquico para, racionalizar às ferramentas da gestão estratégica na qualidade de fonte para o alcance da eficácia da organização, reflete-se na produção de metas e resultados, com isso, precisa capitalizar de forma infalível e oportuna para se estabelecer clima favorável e verídico.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CATEGORIA "OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO INTERNA"

Esta categoria visa entender a construção dos objetivos da Comunicação Interna, sobre o que versam, e destacar quais os mais comuns atendendo às diferentes perspetivas dos entrevistados.

A transmissão da informacao, valores e princípios, enquanto objetivo que se integra na Comunicação Interna, mostra claramente a intenção em conferir, normas orientadoras que, caracterizam o convívio organizacional.

Mediante os depoimentos prestados pelos C1, C3, C7, C8 e C10, as informações, os valores e os princípios constituem pilares estratégicos da acção da Comunicação Interna. A assunção da

interação como objetivo vital da Comunicação Interna, é conferida pelos entrevistados C2, C4, C5, C6, C7, C8, C9 e C10.

A motivação é amplamente percebida como objetivo indispensável. C1, C3, C5, C6, C7, C8 e C9, sublinham que a Comunicação Interna deve estar munida de recursos na motivação permanente dos colaboradores, e reforçam a narrativa de que a Comunicação Interna é uma fonte motivacional do palpitar e da existência dos mesmos".

O entendimento de que a subordinação deve estar acoplado com a estratégia da Empresa Água Tsenane, Moçambique, é compartilhada por C1, C2, C4, C6, C7, C8, C9 e C10. No entanto, C2 considera que boa liderança e gestão criteriosa determinam objetivos da Comunicação Interna, disseminados para todos os colaboradores.

A satisfação dos colaboradores, assenta-se nas boas práticas, onde certamente a comunicação satisfaz as necessidades e expetativas dos mesmos. Este posicionamento, de acordo com C8, mostra-se como uma visão da empresa Água Tsenane, Moçambique que engrandece a responsabilidade de carregar consigo todos os colaboradores.

Os entrevistados C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9 e C10 sustentam que a Comunicação Interna constitui um pilar basilar da contribuição para o robustecimento do espirito de conexão e pertença à empresa Água Tsenane, Moçambique. Segundo C6 é relevante, "os colaboradores assumirem que fazem parte integrante da empresa Água Tsenane, Moçambique, o peso corporativo, o que é que nos mobiliza, para que é que trabalhemos, o é que de bom fizemos, e o que temos de aperfeiçoar".

O estabelecimento dos objetivos consagra em grande escala um diagnóstico prévio, enaltecem os entrevistados C2 e C9 que, este faz o levantamento das necessidades e expetativa. Nesta perspetiva

C1, C2, C3, C6, C7, C9 e C10, indicam a transversalidade como recurso relevante na definição de objetivos para o desenvolvimento da Comunicação Interna, C5 e C9, tendo presente à transversalidade, acautelam o relacionamento estreito entre a Comunicação Interna, a gestão da empresa Água Tsenane, Moçambique e a gestão dos colaboradores, C3 considera "este trilátero (triângulo) inteiramente necessário".

Ruggiero (2002), Sublinha que para se ter qualidade na comunicação à organização deve considerar as diferenças de pessoa para pessoa. A comunicação a estágios aceitáveis considera que os colaboradores possuam competências apuradas, e a qualidade destas é que garante a melhor qualidade de comunicação, que também depende do momento da sua ocorrência.

Duterme (2008), entende igualmente duas formas de intervenção, para se ter qualidade na comunicação à organização designadamente:

I. Equivalente a uma aplicação a longo prazo, assente na concordância vinculativa dos colaboradores à organização, partilha de valores e criação de bem comum;

II. A forma de intervenção brinda-se com uma performance a curto prazo, orientada mais no dia a dia.

Categoria frequência dos objetivos da comunicação interna

O arrebatamento (entusiasmo) de objetivos, como alicerce de credibilidade comunicacional é largamente aceite por C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9 e C10. Nesse sentido, a construção dos

objetivos concorre para o alinhamento corporativo que, a empresa Água Tsenane, Moçambique traça, sem excluir a hipótese de preciosos ajustes, para se adequar em tempos de imperiosa necessidade, redimensionamento da Comunicação Interna, e prossegue C 9 o constrangimento de ajustar no seu dia a dia pode desfalecer a mesma.

Na criação dos objetivos, é salutar incluir os colaboradores no seu todo. C2, C3 e C7 apontam que, "é essencial que colaboradores e gestor topo contribuam, assumindo papel ativo para todos terem um domínio profundo e transversal da essência da Comunicação Interna durante a vigência corporativa". Por forma a tornar possível, principiar uma previsão proactiva de imperiosas necessidades, como avançam C2, C4, C8 e C10, e que se dotem com "projetos e necessidades que ocorrem, e que têm a ver com contextos da Comunicação Interna, com a adaptação às mudanças que os colaboradores são sujeitos durante as suas actividades".

Nesta oportunidade, pode se fazer referência de uma calendarização, apresentada por C2, C7 e C10, submetida a persistentes ajustamentos sem regularidade definida, como indicam C1, C3, C4, C6, C8 e C10 tratando-se assim de um processo permanente que leva C8 a inferir que "a Comunicação Interna deve ser permanente".

Finalmente, C3, explica que, independentemente dos objetivos, "a Comunicação Interna tem que consistir em iniciativas que se possam calcular de alguma forma, e mensurar, a relevância da informação posta a circular para o cumprimento escrupuloso das suas obrigações funcionais do dia a dia". De outro modo não tornaria possível estabelecer objetivos e, depois, perceber o efeito produzido junto dos colaboradores.

Às subcategorias harmonia de objetivos e processo permanente foi dada maior atenção por parte dos entrevistados.

Estabelecido sob objetivos calculáveis e avaliáveis, os entrevistados, colaboradores (C1, C3, C4, C6, C8 e C10), Caracterizam a Comunicação Interna na empresa Água Tsenane, Moçambique como fundamental para a implementação de regulamento interno, entre outros, de comunicação ao longo à atuação da mesma.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CATEGORIA "INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA"

A categoria em questão pretende listar os instrumentos utilizados pela empresa Água Tsenane, Moçambique inquirido, bem como os Estudantes, nesta matéria consideram indispensável para o êxito da Comunicação Interna. Visa ainda expor a relevância da predileta pronunciação entre os diferentes tipos de instrumentos. Antes de elencar cada um dos instrumentos referidos pelos entrevistados, há que salientar que importa acima de tudo cruzar os meios físicos e os digitais, assim relembram C1, C4, C6 e C10.

Os recursos físicos ou não digitais são implacavelmente mais apelativos relativamente aos digitais, claro que cada um desempenha uma função dimensional na organização, intercetam de modo distinto. C6 considera a tendência retroativo, os colaboradores prestam atenção à vitrina informativa.

Geralmente, a comunicação obedece a cadeia hierárquica da empresa Água Tsenane, Moçambique e, quer na direção ascendente quer no sentido descendente, tem sido absolutamente privilegiada a informação, C4 acrescenta que, a abertura constitui plataforma comunicativa mais privilegiada e segura para, informação preciosa durante o exercício corporativo.

O C5, percebe que o cumprimento escrupuloso das normas empresariais e observação criteriosa da informação, ajudam a

construção do caminho que se pretende trilhar. A aproximação na globalidade, habilitam a serem colaboradores competentes que, pela natureza estão submissos à vida regrada, a mesma representa como relevante regulador do espirito de pertença e unidade relativo ao ideal, pois que juntam colaboradores de todos os níveis sob liderança da empresa Água Tsenane, Moçambique.

A televisão é uma prática diária que, cada vez mais, a empresa Água Tsenane, Moçambique adotou. Considera C10 que é relevante para os colaboradores viverem informados no dia-a-dia "estarem a par e juntarem-se ainda mais ao propósito da sua profissão". Os entrevistados C3, C4 e C9, entendem que trata-se de uma estratégia interativa e resume a informação de contextos Local, Nacional e Internacional aos colaboradores.

A utilização de instrumentos, o C3 considera, sejam eles digitais ou não, deve se conformar como um processo de subsidiariedade, pois determinados instrumentos produzem maior efeito junto dos colaboradores, é alargado à totalidade da empresa Água Tsenane, Moçambique.

O boletim de informação Interna com informação diretiva interna, Normas de Execução Permanente, o lema da empresa, encontra-se patente na vitrina rente às instalações, explana e divulga acções a respeito da vida dos colaboradores e ainda algumas realizações de âmbito interno, que refletem oportunidades e privilégios.

Afiançou C8 que "praticamente a esmagadora minoria dos colaboradores consulta o seu boletim de informação interna " e isso considera-se como desperdiço de uma oportunidade para a Comunicação Interna alargar informação relevante.

O C4 destaca que a sensibilização para a Comunicação Interna, acontece no circuito corporativo, para a promoção e especialidade da informação que faz o dia a dia dos colaboradores.

O encontro constitui um instrumento essencial para a recepção da informação que orienta o dia a dia do colaborador, há sempre o sentimento de se tornar profissional pela informação transmitida, adianta C1 que "quem falta ao encontro perde oportunidade de se ver mais projetado, como colaborador mais informado".

A intersecção destes instrumentos viabiliza o envolvimento dos Estudantes na vida militar, extrapolando as suas limitações, existem instrumentos de excelência, como referem alguns entrevistados, que cada instrumento pode-se informar melhor para, o comprometimento empresarial, sem nenhuma sombra de dúvida, contudo é imperativo dimensionar e orientar os instrumentos para satisfazer a exigência do tempo.

Nas afeições manifestadas pelos entrevistados conferiu-se o papel que atribuem às novas tecnologias, particularmente pelas suas características de rapidez e de interatividade (PINHO, 2003; DUTERME, 2008). Entretanto, na imensidade de instrumentos que os entrevistados vincados, refletem-se visões criativas e varias, migrando de encontro ao que percebe Clampitt (2001) sobre a adaptação dos instrumentos aos objetivos do emissor, aos atributos da mensagem e às características do receptor.

De acordo C2 e C6, o pacto empresarial deve ser acrescido invocando aos valores corporativos, na dimensão em que as ações de Comunicação devem visar justamente o robustecimento do que é capital. No caso da empresa Água Tsenane, Moçambique, C4 avança que o lema "força humana, adjacente e de segurança", foi estabelecido pela Comunicação, precisamente para fortalecer aquilo que são os desígnios empresariais no cenário competitivo.

O respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos colaboradores conduz para a empresa água Tsenane, Moçambique a responsabilidade de cuidar pelos seus colaboradores. No entanto, o

relacionamento entre si e a empresa Água Tsenane, Moçambique robustecer, como indica C6, se houver atenção face a questões éticas e o cabal respeito pela igualdade de género. Impactam igualmente o pato da empresa Água Tsenane, Moçambique problemas externos à mesma que geram desmotivação.

O constante ajustamento dos instrumentos às necessidades, é um perpétuo desafio, que pode ser ganho com ânimo (C3 e C8). Neste processo de melhoria permanente, a solução depende da prática exemplar para, compreender as boas práticas e incrementar o desempenho (C5). Para os dois entrevistados colaboradores, interessa enaltecer a comunicação ascendente, sendo necessário "entendermos os problemas na base" (C3), o que pode ser pesquisado com o recurso "inquéritos de satisfação" (C9).

Como se pode depreender as categorias da empresa Água Tsenane, Moçambique prendidas em volta desta pesquisa, colaboradores bem como os participantes, as visões que se expressam sobre a lealdade são, por resultante bastante ricas e inúmeras, expedindo não para mensurações desconexas e instrumentais, mas antes para um trabalho transversal da Comunicação Interna em todas a globalidade empresarial e de um modo normal.

Nos depoimentos de C10, deseja-se "ir laborando distintos prismas, mas excitando sempre comunicar com o Estudante e mantê-lo sempre atento, de uma forma permanente", pois desta maneira, os colaboradores sentem que fazem parte da empresa Água Tsenane, Moçambique. Num plano micro, devem se recorrer encontros de concertação, designadamente a dinamização e motivação das mesmas através de ações de corpo construtivo (C7), pois isso consente "um efeito muito mais positivo na imagem, nos resultados finais que se pretende alcançar durante a atuação empresarial".

O entrevistado da observação de Comunicação Interna (C5), embora evoque os valores e a necessidade de adequar instrumentos, dá enfoque a três tipos de liderança que consentem fortalecer cometimento institucional: liderança imperfeita, prescindível e participativa. A primeira coloca responsabilidade nos colaboradores pois, "o gestor empresarial é incompleto e completa-se com a perfeição dos outros".

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CATEGORIA "ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO INTERNA"

Mediante G1 (gestor), Comunica-se com os colaboradores através das plataformas digitais e outras, mas tem usado encontros para interagir com os colaboradores, apresentando as informações utilitárias nomeadamente regulamento entre outras, e o G2 (gestor), alinha se no mesmo diapasão, dizendo que os encontros servem de veículo de contacto primário para transmissão da informação aos colaboradores.

Quanto ao alinhamento estratégico da comunicação interna, o G1, declinou, demonstrando indecisão de articula as informações baseada numa directiva referente à comunicação interna, mas faz cumprir as orientações segundo o regulamento interno estabelecido, e o G2 afirma que não tem nenhuma diretiva de comunicação interna, para estratégia definida e planificada com vista a transmitir informações.

Ainda, o G2 realçou que momentos há de se uniformizar a linguagem para concertar modalidades de interação com os colaboradores através de sectores, para transmissão de orientações entre outras, e tem se feedback através da presença dos mesmos no local de trabalho.

O G1 esclareceu que, desde que está em frente dos destinos da empresa Água Tsenane, Moçambique não se recorda ter participado em debate da concertação estratégica da comunicação, tendo-se pronunciado que, o foco assenta-se no alcance oportuno das metas e resultados.

O G2 entende que, nunca houve debate inerente à estratégia de Comunicação interna, apesar da concertação que vezes sem conta tem tido lugar na empresa Água Tsenane, Moçambique para harmonizar assuntos relativos à vida interna.

A plataforma para emissão da informação, o G1 recorre contacto primário com os colaboradores quando se justificar, num período que os mesmos não estejam em atividades, marca-se encontro para transmissão da orientação/informação.

Avança o G2, que não há política de comunicação interna que estabeleça a interação igualitária com os colaboradores, para melhor orientação na transmissão de informação.

O G1 repisou a fundamentação da réplica das ordens superiores que, fortalecem os valores corporativos nomeadamente respeito, empatia, espirito de proximidade, disciplina entre outros. A notoriedade da função de gestor, resplandece a visão de desenvolvimento empresarial e relacionamento empresa-público, reflete-se na promoção da imagem e reputação que se constrói no dia a dia.

Os valores principais que servem de guia para regulação da vida interna dos colaboradores, compreendem assiduidade, disciplina, honestidade, pontualidade, espirito de pertença, afiançou o G2. O retorno do acatamento dos valores corporativos consentem-se através dos resultados que, congregam o comportamento e atitudes dos colaboradores, tem sido surpresa no positivo, quando os colaboradores que extrapolam as metas traçadas.

O G1 assegurou que a empresa Água Tsenane, Moçambique conforma-se com a satisfação de exigências públicas, pela natureza de atividades que, incide no colaborador, desta maneira a empresa Água Tsenane, Moçambique expande a sua generosidade e boas práticas para sociedade civil.

A imagem da empresa Água Tsenane, Moçambique é tremendamente excelente, justificada por profissionalismo que descreve os mesmos como modelos de comportamento empresarial a seguir, qualquer irregularidade merece uma atenção especial, desta feita, se constrói-se no dia a dia (G2).

A estratégia de comunicação baseada numa diretiva da empresa Água Tsenane, Moçambique como a nossa suporta o equilíbrio de interação com o público, e o instrumento normativo serve de fonte de comunicação sadia (G2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que os colaboradores ora entrevistados na sua maioria esmagadora são fiéis à empresa Água Tsenane, Moçambique, pois que se manifestam estarem cometidos com a causa da sua existência, e recebem a informação de modo estruturante. A interação intra empresarial, constitui uma fonte de convivência e viabiliza troca de experiência construtiva.

O impacto da intra interação da empresa Água Tsenane, Moçambique resulta no atendimento de qualidade ao público, de forma que, a mesma ganha maior popularidade, que a confere confiança para apostar no investimento de grande escala. Neste sentido, a credibilização, a imagem, a reputação e a identidade estão presentes em momento da sua performance empresarial.

Os instrumentos de comunicação interna devem ser percebidos por todos os colaboradores de modo a enaltecer a imperiosidade da utilização dos mesmos em contexto empresarial, adequando ao momento vigente da interação empresarial.

A Estratégia de Comunicação Interna precisa de se aperfeiçoar, como pretexto de difundir os serviços da empresa Água Tsenane, Moçambique em outros quadrantes de interesse público, diante de uma competitividade apropriada para o crescimento criterioso e gradual no mercado cada vez mais renhido e escrupuloso.

REFERÊNCIAS

BERALDO, C. E. A. **Comunicação interna como fator estratégico nos processos de mudança**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**: o capital humano nas organizações. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.

CURVELLO, J. J. A. **Comunicação interna e cultura organizacional**. Brasilia: Editora Casas Das Musas, 20012.

DUTERME, C. **A Comunicação Interna na Empresa**: A Abordagem de Palo Alto e a Análise das Organizações. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

FOMBRUM, C. **Reputation**: Realizing Value from the Corporate Image. Cambridge: Harvard Business School Press, 2018.

MATOS, G. G. **Comunicação empresarial sem complicação**. Barueri: Editora Manole, 2014.

NÓRBREGA, H. M. F. A. **Comunicação interna da Policia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Clube de Autores, 2014.

RUGGIERO, A. P. **Qualidade na comunicação interna**. São Paulo: Editora RH, 2002.

MARCHIORI, M. **Comunicação é cultura e cultura é educação**: Comunicação empresarial. São Paulo: Editora Difusão, 1999.

SARMENTO, M. **Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada**. Lisboa: Universidade Lusíada, 2013.

URIBE, A. "O Valor da Imagem". *In*: LAMPREIA, J. M. **Gestão de Crise**: Uma perspetiva europeia. Lisboa: Huguin Editores, 2003.

CAPÍTULO 6

Factores de Sucesso em Pequenas e Médias Empresas Decorrentes de Políticas Contabilísticas: Estudo de Caso em Moçambique

FACTORES DE SUCESSO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DECORRENTES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM MOÇAMBIQUE

Amarildo Taquidir de Gussule

Clarinda Jacinta de Carvalho Horácio

Em Moçambique nos últimos anos, reconhece-se que o ambiente de negócios tem registado melhorias comparando com períodos anteriores, mesmo com a crise que se faz sentir um pouco por todo o país. Apesar disso, existem ainda limitações tais como: a falta de recursos financeiros, a fraca capacidade de gestão de negócios e exigência de inúmeros requisitos para o processo de criação e registo de empresas. Estes elementos constituem os principais obstáculos que as Pequenas e Médias Empresas (PME's), enfrentam no início da sua atividade (DNIC, 2008). Neste âmbito, as PME's desempenham um papel importante no contexto da economia moçambicana, na medida em que constituem o centro sustentável e contribuem para a geração de postos de trabalho, estimulam e disponibilizam produtos e serviços ao mercado, aumentando assim, a competitividade das empresas na economia.

Neste contexto, algumas das PME's que operam no mercado, umas são vistas como bem sucedidas e outras não, pelo que se torna importante identificar os fatores críticos de sucesso e dessa forma, controlar os fatores que minimizem o seu insucesso. Assim para Turner (2009), "os fatores críticos de sucesso são importantes para a satisfação do cliente, no planeamento, monitoria, controlo e atribuição dos recursos de modo que a economia cresça e se desenvolva" (p. 38). Neste sentido, olhando para a ideia deste autor, pode-se perceber que as PME's são as responsáveis pela maior parte

da produção a nível nacional e internacional dos países, daí que merecem cada vez mais reconhecimento por parte dos governos e dos órgãos empresariais. No entanto, as PME's produzem parte essencial dos bens e serviços necessários à sociedade e auxiliam as grandes empresas, assumindo um papel crucial na distribuição e fornecimento dos mesmos.

Apesar da grande relevância socioeconómica destas empresas, muitas delas tem fracassado, conforme Lanzani e Van (2002 *apud* FRANCO; HAASE, 2010). Deste modo, para evitar este fracasso, as PMEs tendem a seguir alguns factores como determinantes para o seu sucesso. Nesta ordem de ideias, Borges, Rodrigues e Rodrigues (2010), referem que a contabilidade desempenha um papel importante nas PME's, ela nasceu de uma necessidade de praticar, registar, de maneira mais perdurável do que a memória, certos factos da vida económica e financeira das entidades. Neste âmbito, pode-se referir que as Políticas, Normas e Princípios Contabilísticos constituem instrumentos importantes para regular a atividade das PME's em Moçambique, onde esta deve ser aplicada a todas entidades com fins lucrativos, com exceção dos sectores bancários e de seguros, sujeitas ao plano de contas específicos para instituições financeiras e seguradoras.

Ademais, as normas de contabilidade e do relato financeiro (NIRF) definem em relação as políticas contabilísticas, alterações nas estimativas dos contabilistas e erros. Estas normas pretendem realçar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras das entidades, e a sua comparabilidade com períodos contabilísticos anteriores, permitindo assim a sua análise (BORGES *et al*., 2010). Neste contexto, as políticas contabilísticas definem qual o tratamento que as Pequenas e médias empresas, devem dar as Demostrações financeiras, como no caso de balanço, demostração de resultados, demostrações de fluxo de caixa, mapa de origem e aplicação de fundos, entre outros e a sua elaboração deve estar em

conformidade com o plano geral de contabilidade e normas internacionais de relato financeiro, para além dos princípios de contabilidade geralmente aceites (PCGA).

Em Moçambique, o maior tecido empresarial é constituído por PME's, mas o que tem acontecido é muitas delas, não se mantêm no mercado e as que persistem deparam-se com grandes problemas de aplicação das políticas contabilísticas tais como, conversão cambial, moeda funcional e de apresentação, transações e saldos, ativos fixos e tangíveis, participação financeira, método da equivalência patrimonial, imparidade dos ativos, caixa e equivalentes de caixa, inventários, clientes e outras contas a receber, subsídios, benefício pós-emprego, créditos, provisões, distribuição dos dividendos, entre outros (RODRIGUES, 2015), no tocante ao próprio funcionamento do sistema de controlo interno, dentro das suas empresas. Neste contexto, infelizmente muitas entidades não elaboram as tais informações contabilísticas em sua administração de acordo com estas políticas e procedimentos contabilísticos, prejudicando desta forma a eficácia das decisões com destaque para as diversas áreas como a do controle das despesas, das receitas, *stocks*, entre outros. Assim, para que o empresário tenha segurança e sucesso nas suas decisões, a melhor via é apoiar-se nas informações contabilísticas produzidas de acordo com estas políticas, para dar razoável garantia de que toda a informação seja fiável e fidedigna.

Portanto, com o desenvolvimento económico e adoção do modelo de economia de mercado, as exigências sobre os sistemas, procedimentos e políticas contabilísticas começam a intensificar-se. Neste contexto, de acordo Rodrigues (2015), a normalização contabilística em Moçambique teve uma história recente tendo iniciado em 1984 onde foi aprovado o primeiro Plano Geral de Contabilidade (PGC), pela resolução de conselhos de Ministros n°13/84, de 14 de Dezembro. Em 1998 o PGC foi alterado pelo Diploma Ministerial n° 221/98, de 30 de Dezembro. Mais além em

2006 foi aprovado o novo PGC, através do Decreto 36/2006, de 21 de Setembro, tendo sido revogada a resolução 13/84, tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2007. Em 2009 foi publicado o Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, o qual aprova o sistema de contabilidade para o sector empresarial em Moçambique (SCE), aplicável a todas as unidades económicas consideradas de grandes ou médias empresas, com exceção para os que exercem o ramo bancário ou de seguro. De salientar que, neste período introduziu-se as alterações ao PGC pelo Decreto 36/2009, e que permanecem em vigor até hoje. Estas alterações vêm aplicar o sistema de normalização contabilísticas em Moçambique obrigando assim as PME's a sua devida aplicação, onde a contabilidade deve ser feita de acordo com os PCGA, aplicado as NIRF's considerada de uma política a ser seguida por estas empresas.

No entanto, apesar da existência das políticas contabilísticas acima descritas e a sua obrigatoriedade no seguimento das mesmas, nota-se ainda que encontramos muitas PME's moçambicanas com deficiência na aplicação das normas e princípios contabilísticos tanto no país em geral, bem como na cidade de Nampula, em particular. Assim, coloca-se a seguinte questão de reflexão: quais são os fatores de sucesso das PME's, decorrentes da Aplicação da Políticas Contabilistas no mercado de Nampula, caso da empresa Trevo, Lda.?

O artigo em alusão, pretende clarificar a introdução, em Moçambique, das normas internacionais na conjuntura contabilística, e a concretização das suas políticas contabilísticas, na sua eficiência e eficácia no sistema do controlo interno das mesmas, uma vez que estas empresas na maioria delas são entidades privadas e em constante desenvolvimento, onde se verifica maior fluxo de atendimento aos clientes. Para tal, o gestor das mesmas deve ter um domínio em *know-how* nesta área, uma vez que não é possível efetuar uma análise financeira ou gerir financeiramente uma empresa de forma eficiente e eficaz com dificuldades de interpretação da

informação contabilística. Por outro lado, este artigo, poderá trazer resultados para os diversos interessados na matéria, como é o caso das autoridades fiscais no país.

Neste contexto, muitas são as formas que podem levar a condenação das empresas, seus sócios e administradores por leis comerciais, civis e penais pelo facto de não manterem organizada a sua contabilidade, seja por que motivo for. Por exemplo, ao não levar a sério o tratamento da documentação relativa à transação operacional, fazer negócio fora do objeto social, misturar ou confundir bens particulares do sócio, proprietários ou acionistas da empresa, cometer desvios de aplicação, fraudes ou, até mesmo, efetuar contratação de um profissional não qualificado, as empresas podem ser induzidas a incorrer em procedimentos condenáveis por lei. Neste sentido, a contabilidade representa a alma da empresa, e nela ficam registados todos atos e factos referentes as diversas operações contabilísticas e transacionais da entidade no tocante ao seu dia a dia. A Falta de informação fiável e fidedigna, pode induzir ao erro a quem dispõe da responsabilidade de decidir, sabendo que muitas vezes, essas decisões determinam a sobrevivência destas mesmas empresas. Por outro lado, a maioria das empresas não sobrevive sem ultrapassar pelo menos uma crise que ameace a sua sobrevivência e é, por isso que as políticas aplicadas a contabilidade podem ser vistas como a medida mais básica de sucesso. Contudo, este pode não ser um indicador ótimo, visto que, existem várias empresas que fracassam, fora antes de estarem, bem-sucedidas mesmo aplicando estas políticas.

Nesta ordem de ideias, existem vários factores a ter em consideração para ser alcançado o sucesso das PME's. Para isto, é necessário que a empresa entre de forma eficaz e inteligente no mercado, para conseguirem alcançar vantagens competitivas no mesmo. Assim, muitos são os fatores que poderão contribuir para o sucesso das entidades.

No presente artigo se irá abordar as opções metodológicas que nortearam este estudo. Neste âmbito, ilustrar-se-á os passos e procedimentos adoptados para a pesquisa, portanto, resumindo falar-se-á em relação ao tipo de estudo, as técnicas de colecta de dados, os procedimentos usados para análise e interpretação de dados, entre outros. Nesta ordem de ideias, o método adoptado pela pesquisa, foi o indutivo. Neste âmbito, o objectivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Assim a indução é um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral para a busca do conhecimento que se pretende alcançar. Assim os pesquisadores pretendem saber sobre os factores de sucesso nas PME's, através da aplicação de políticas contabilísticas, um estudo realizado no mercado da cidade de Nampula, particularmente na empresa Trevo, Lda., de modo a perceber qual é o impacto destas políticas, enquanto factor de sucesso das PME's, para o caso particular de Nampula e, para o geral em relação ao país.

Portanto, para garantir que os objectivos levantados pelo artigo pesquisa a prior tenham resultados desejados, usou-se o paradigma positivista porque pretendeu-se trazer resultados em relação a como as pequenas e médias empresas aplicam as políticas contabilísticas, no seu dia a dia, ao longo das suas actividades. Como suporte no procedimento recorreu-se a entrevista, isto é, para além da revisão bibliográfica dos vários autores que abordam sobre o tema, com base no referencial teórico aplicou-se a técnica de entrevistas, através de um roteiro de perguntas, dirigidos para aferir as diferentes visões e opiniões dos principais actores que trabalham sobre o assunto do tema em estudo.

O estudo foi feito na empresa Trevo, Lda., localizada na Cidade de Nampula, de onde envolveu dois participantes principais, particularmente os gestores da empresa, a partir dos quais foram

colhidos os dados para a análise e a respectiva interpretação, nomeadamente o Gestor Financeiro e o Gestor de Marketing. De salientar que, por outro lado, os entrevistados foram funcionários ou gestores da empresa com largas experiências académicas e técnicas desenvolvidas fora e dentro da entidade e, pressupunha-se que os mesmos fossem conhecedores da questão em estudo. Os dados foram codificados a partir das seguintes siglas: GM (Gestor de Marketing) e GF (Gestor Financeiro).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conceito de Pequenas e Médias Empresas

Não existe uma definição universal do que é PME's, contudo a definição varia em função de número de funcionários e do financiamento fixado pelo Estado de acordo Hessels e Parker (2013). Num primeiro momento se verá a definição de alguns autores e noutras definições de instituições e organizações.

Segundo Hessels e Parker (2013), as PME's são entidades não controladas independente de n° funcionário que elas empregam entre 50 á 200 funcionários dependendo da sua dimensão. Relativamente à dimensão das empresas, elas podem ser classificadas em diferentes categorias, nomeadamente "Micro, Pequenas, Médias e Grandes" (p. 69). As PME's são organizações que se dedicam a actividade de diversa natureza e que combinam o capital, trabalho e meios produtivos para obter um bem ou serviços que se destinam a satisfazer as necessidades num determinado sector ou num mercado de consumidores. Neste sentido, para DNIC (2007), as pequenas e médias empresas caracterizam-se fundamentalmente, pela forte prontidão de enfrentar o risco e flexibilidade no mercado.

Nas PME's existe uma relação directa entre o gestor e a empresa, isto é, o mesmo é na maioria das vezes o próprio dono da empresa, e todas as decisões vitais sobre a organização e o funcionamento da mesma são da responsabilidade do mesmo, que pode ser conhecido também como o proprietário.

Neste contexto, a classificação de PME's não é unânime, pois varia de acordo com a dimensão do país, com a finalidade, com a participação efectiva das mesmas no mercado, podendo ser classificado quanto ao número de trabalhadores, volume de negócio, valor do capital social e valor dos activos (CHIAVENATO, 2001). Portanto, devido à sua estrutura, possuem algumas vantagens que se destacam, tais como: a capacidade de aproveitar os seus recursos humanos, a possibilidade de concentração dos produtos para que se tenha a maximização da competitividade de acordo com as tendências da demanda do mercado, a facilidade de adaptação às mudanças e oportunidades no mercado.

Conceito de Contabilidade

O estudo tem como base a teoria apresentada por Dalva (2005, p. 07), segundo a qual:

> A contabilidade não se limita a apresentação de contas ao fisco. Por outras palavras, a aplicação de princípios, regras e metodologias, não serve exclusivo, a relação entre a empresa e o Estado. Para além disso, há que salvaguardar a disponibilidade de informações relevantes, no plano interno, racionalizar as funções empresariais, valorizar a gestão, torná-la eficiente e dar lhe eficácia (DALVA, 2005, p. 07).

Nesta óptica, Borges *et al*. (2010), percebe a contabilidade como a ciência que regista, resume e interpreta os fenómenos que afectam as situações financeiras, patrimoniais e económicas de qualquer empresa. Ela surgiu nos primórdios da civilização, na época em que os homens primitivos representavam seus patrimónios (rebanhos, metais e outros), por meio de gravações e desenhos, observavam que a cara do animal desenhado era aquela que queriam controlar e o número de cabeças era a quantidade de animais existentes. Assim, a contabilidade primitiva visava facilmente suprir as limitações da memória humana, e também constituía um meio de prova entre os discordantes ou litígio. Os processos de registos inicialmente utilizados eram bastante simples, foram se generalizando, refinados e sistematizados naquilo que se designa por método contabilístico. Por outro lado, Rodrigues (2010) define a contabilidade como sendo uma ciência de natureza económica, cujo objeto é a realidade económica e financeira de qualquer entidade pública ou privada analisada em termos quantitativos e por método específico, com o fim de obter as informações indispensáveis à gestão dessa entidade, nomeadamente ao conhecimento da sua situação patrimonial e dos resultados obtidos e ao planeamento e controlo das suas atividades, organismo dotado de autonomia financeira que concreta e combina fatores de produção, mediante certos custos, e que obtêm determinados proveitos pela venda de bens e serviços.

Como se pode depreender, os autores convergem de vários pontos comuns. As políticas contabilísticas são os princípios básicos que servem de fonte de inspiração para a elaboração de regras específicas, para celebração de convenções pelo Estado ou Governo, de acordo com o Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, que regula o sistema de contabilidade para o Sector Empresarial em Moçambique, ao decidir se uma política específica deve ou não ser divulgada, "a gerência considerará se a divulgação ajudará os utentes na compreensão do modo pelo qual as transacções e os

acontecimentos estão reflectidos no desempenho e na posição financeira relatada" (p. 04).

O autor explica ainda que, a gerência deve seleccionar e aplicar políticas contabilísticas a fim de que as demonstrações financeiras se conformem com todas as exigências de cada norma internacional de contabilidade aplicável no país. Neste sentido, quando não haja nenhuma exigência específica a gerência deve desenvolver políticas para assegurar que as demonstrações financeiras proporcionem informações que sejam relevantes para as necessidades de tomada decisão, dos utentes e fiável de tal modo que elas representem fidedignamente os resultados e a posição financeira da empresa.

Na perspectiva de Brito (1990), uma entidade deve alterar uma política contabilística se a alteração for exigida por uma norma, resultar da informação nas demonstrações financeiras mais fiável e relevantes sobre os efeitos das transacções, outros acontecimentos ou condições na posição financeira e no desempenho financeiros ou fluxos de caixa da entidade. Neste contexto, as alterações nas políticas contabilísticas não incluem a aplicação de uma política contabilística para um tipo de transacção ou acontecimento que não ocorreu anteriormente ou era imaterial.

Para Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) citado no decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, refere que ao "decidir se uma política contabilística específica deve ou não ser divulgada, a gerência considerará se a divulgação ajudará aos utentes na compreensão do modo pelo qual as transacções e os acontecimentos estão reflectidos no desempenho e na posição financeira relatada" (76). Estes conceitos são valiosos e encorajam aos empresários a decidir sobre a estimativa do activo e passivo, na medida que mostra a situação financeira da empresa de forma real e fiável. Assim, é de notar que todas estas abordagens das políticas contabilísticas trazidas por estes autores, tem aspectos em comum, a saber qualquer

alteração na estimativa contabilística, deve estar escriturada de um activo, que resulta da avaliação do presente estado das obrigações e benefícios futuros esperados associados aos activos e passivos.

Estas ideias entram em consonância com as palavras do João (2015), pela qual nós partilhamos que, na alteração de políticas contabilísticas apenas deve ocorrer "se ela for exigida por uma norma, interpretação ou resultar da prestação de informação mais relevante e fiável sobre os efeitos das transacções outros acontecimentos ou condições na posição financeira do desempenho financeiro e fluxos de caixa da entidade" (p. 05).

Evolução da Contabilidade

A contabilidade representa uma das ciências mais antigas, reconhecidas na história da humanidade, onde o homem, com o desenvolvimento da capacidade do pensar começou a ter necessidade de controlar aquilo que estava em sua volta, e que se mostrava útil no seu dia a dia. É nesta ordem de ideias que Borges *et al*. (2010), afirma que "a história da contabilidade e a história da civilização são caminhos paralelos" (p. 27). No entanto, etimologicamente, contabilidade vem de conta e, esta por sua vez, de computo, originária do latim computum, que significa cálculo, contagem (BORGES *et al*., 2006).

Evolução da Normalização Contabilística em Moçambique

A evolução do sistema de normalização contabilística em Moçambique teve várias fases. Nesta perspectiva, de acordo com Rodrigues (2015), ela partiu do período entre 1975 e a 1987, a

independência de Moçambique ocorreu em 25 de Junho de 1975, e o Governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), estabeleceu um Estado uni partidário baseado em princípios Marxistas. No entanto, logo após a independência Moçambicana, o país foi assolado por uma guerra civil entre o partido no poder (Frelimo) e a Revolução Nacional de Moçambique (Renamo). Neste período a economia era centralizada e o investimento directo estrangeiro era quase inexistente. As grandes empresas que operavam no país foram nacionalizadas. Ademais, prosseguiu-se o período entre 1987 a actualidade. Neste, ocorreu a transição de uma economia planificada para uma economia capitalista de mercado a qual teve a sua génese na adesão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial em 1984, tendo sido introduzido o programa de reabilitação económica (PRE). Foi o início de processo de privatizações ao longo de todo o país e se começa a receber o investimento estrangeiro. Ainda nesta perspectiva, PGC (1986, citado em Rodrigues, 2015), afirma que a normalização contabilística em Moçambique, teve uma história recente tendo iniciado em 1984 e de seguida teve a seguinte evolução:

Em 1984 foi aprovado o primeiro Plano Geral de Contabilidade (PGC), pela resolução de conselhos de Ministros n°13/84, de 14 de Dezembro. Neste contexto, 14 anos mais tarde, precisamente em 1998 O PGC foi alterado pelo Diploma Ministerial n° 221/98, de 30 de Dezembro. Já em 2006 foi aprovado o novo PGC, através do Decreto 36/2006, de 21 de Setembro, tendo sido revogada a resolução 13/84, tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2007. Por fim, em 2009 foi publicado o Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro o qual aprova o sistema de contabilidade para o sector empresarial em Moçambique (SCE), aplicável a todas as unidades económicas consideradas grandes, médias ou pequenas empresas, com excepção aos que exercem o ramo bancário ou de seguros. De salientar que, neste período introduziu-se as alterações ao PGC pelo

Decreto 36/2006, e que permanecem em vigor até hoje. Passando o PGC, para Pequenas Empresas (PE), a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Políticas Contabilísticas

Antes de se trazer o conceito de políticas contabilistas, importa abordamos política na sua definição geral. Onde, Miranda (2009), define como sendo a ciência da governação de um Estado ou nação e também uma arte de negociação para compatibilizar os interesses. O autor salienta que a política de trabalho de uma empresa, é definida pela visão, missão, valores e compromissos com os clientes. Já políticas contabilísticas de acordo Rodrigues (2009), "são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas por uma entidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras" (p. 97). Noutra perspetiva, Relvas (2009), aborda as políticas contabilísticas como aquelas que devem ser aplicadas no balanço de abertura e em todos os períodos apresentados nas suas primeiras demonstrações financeiras, preparadas de acordo com Plano Geral de Contabilidade (PGC-NIRF). Ainda Relvas (2009, p. 74) refere que:

> Na ausência de uma norma que se aplica especificamente a uma determinada transação, outro acontecimento ou condição, o órgão de gestão deverá usar o seu julgamento desenvolver e aplicar uma política contabilística que resulte da informação que seja por um lado relevante para as necessidades dos utilizadores tomarem decisões económicas e por outro lado fiável de tal forma que as demonstrações financeiras representem fidedignamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade; reflitam a substância económica

> das transações de outros acontecimentos e condições, não apenas a sua forma legal; sejam neutras, isto é livre de quaisquer influências; sejam prudentes estejam completas em todos os aspetos materiais (RELVAS, 2009, p. 74).

Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas podem ser vistas como um conjunto de normas, regras e procedimentos contabilísticos aplicáveis ao sector empresarial ou outro, de um determinado contexto ou ambiente (nesse caso a um país), de modo a regular as suas actividades, com o fim do controlo patrimonial destas mesmas entidades. Neste âmbito, Farinha e Cascais (2015), referem que na elaboração das demonstrações financeiras existem políticas contabilísticas que estão ao longo do exercício e carecem de reconhecimento, apresentação e sua divulgação. Ademais, Farinha e Cascais (2015), descreve as principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

a) Conversão Cambial

Estes podem ser representados pela Moeda Funcional e de Apresentação, onde as demonstrações financeiras apresentam na empresa em cada ano, deve ser elaborada em conformidade com a moeda moçambicana, nesse caso o Metical, ou a moeda em vigor onde se desenvolve a actividade. Por outro lado, temos as Transacções e Saldos, ou seja, a transacção em moeda diferente do Metical, como o caso do Dólar americano (USD), Rand, Euro, ou outra moeda estrangeira, que deverá ser convertida na moeda

funcional utilizada as taxas de câmbio a data das transacções. Os Ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transacções bem como da conversação pela taxa câmbio a data do balanço dos activos e dos passivos monetários, são reconhecidas nas demonstrações dos resultados na rúbrica de gastos ou rendimentos financeiros.

b) Activos fixos e tangíveis

Dando seguimento, para o João (2015), os activos fixos e tangíveis "são recursos detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamentos a outros, ou para fins administrativos" (p. 67), que neste caso esperam que sejam usados num período superior a um ano (bens com carácter duradouro). Neste âmbito, o autor explica ainda que, os activos fixos e tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados a data da constituição da empresa devem ser registados com base em avaliação patrimonial, efetuada em cada ano. No entanto, os encargos com as reparação e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos activos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens do activo fixo tangível e depreciado durante o período de duração das mesmas (vida útil do bem).

Neste contexto, os gastos de depreciação são calculados sobre o valor da aquisição ou avaliado, pelo método de quotas constantes com base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor de acordo com o Decreto Regulamentar n° 25/2009, que permite a depreciação do activo durante sua vida

estimada e regula em relação as taxas a aplicar sobre os bens ao longo dos períodos ou de acordo com o nível de uso do mesmo.

Os valores residuais as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados se for apropriado, a data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões do consumo dos activos. Nesta ordem de ideias, Borges *et al*. (2003), referem que "as alterações as vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente" (p. 472). Mais adiante explica ainda que, sempre que existam indícios da perda do valor dos activos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável e, se este for inferior ao valor escriturado então a empresa reconhece uma perda por imparidade que regista na rúbrica imparidade de investimento depreciáveis/amortizáveis (perdas por imparidade).

c) Participação Financeira Método da Equivalência Patrimonial

Na perspectiva de Rodrigues (2015), a empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado ao controlo directo ou indirecto de votos. A existência e o efeito de direitos de votos potenciais que sejam correctamente convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a empresa detém sobre uma entidade. Neste contexto, os investimentos em subsidiárias são apresentados pelos valores resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Assim, o excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da empresa nos activos identificados e adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzidos são das perdas acumuladas de imparidade.

d) Imparidade dos Activos

Segundo Rodrigues (2015), sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e em caso afirmativo regista a respectiva perda por imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável é maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Assim para Borges *et al*. (2010), perda por imparidade é o "excedente da quantia escriturada de um activo, ou de uma entidade geradora de caixa, em relação a sua quantia recuperável" (p. 692). Nesta perspectiva, a quantia recuperável representa a mais alta dentre o valor de um activo ou unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso. Assim, o valor do uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que se espere que surjam do uso contínuo de um activo ou unidade geradora de caixa e da sua alienação no fim da sua vida útil.

e) Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro (moedas metálicas e notas de Banco de curso legal), depósitos bancários, cheques provenientes de vendas e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade até um ano, desde que possam ser desmobilizados num período inferior a 3 dias e sem penalização. Por outro lado, temos os descobertos bancários quando estes existam (COELHO, SIQUEIRA; LINS, 2008). Estes

descobertos bancários são apresentados no balanço, no lado do passivo corrente, na rúbrica de financiamentos obtidos e são considerados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

f) Inventários

Para Borges *et al*. (2006), os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas actividades internas de manutenção e conservação dos bens materiais e imateriais da entidade. Neste contexto, são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição o qual inclui todas as despesas suportadas com compra transportes e impostos não dedutíveis. Assim, os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado, Rodrigues (2015), onde os inventários são valorados ao preço médio ponderado do custo actual do bem no mercado e as existências em *stock* no armazém. Por outro lado, existem outros métodos que podem ser aplicados, como é o caso do First In, First Out (FIFO), ou seja o primeiro que entra é o primeiro que sai, que valoriza o stock, através do custo mais antigo em armazém; o Last In, First Out (LIFO), ou seja o último que entra é o primeiro que sai, onde os custos das existências são valorados ao preço mais recente do mercado; o custo específico, aplicados maioritariamente em bens específicos ou aqueles considerados de luxo, em que cada item possui o seu custo específico. Por fim, estes são os métodos mais usuais no cálculo do custo dos inventários vendidos ou materiais consumidos.

Objectivos de Políticas Contabilísticas

Segundo Ilídio (2013), o objectivo das políticas contabilísticas é de prescrever os critérios para a selecção e

alterações das mesmas, bem como no tratamento contabilístico e a divulgação das alterações nas políticas e correcções de erros. Neste sentido, estas normas destinam-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade, e a sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Os requisitos de divulgação relativos às políticas contabilísticas, excepto aqueles que digam respeito as alterações destas políticas, são estabelecidos nas Normas de Contabilidade e do Relato Financeiro (NCRF) que evidencia a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeira (DFs). Neste sentido, estas Normas devem ser aplicados na selecção e aplicação de políticas contabilísticas, na contabilização de alterações das tais políticas e alterações nas estimativas contabilísticas e correcções de erros do período anterior. Como se pode notar, o autor descreve como objectivo das políticas contabilísticas, o seu uso no desenvolvimento das actividades das PME,s em Moçambique, mas no entanto, para a concretização destes objectivos depende na sua essência da relevância fidedigna da informação financeira da empresa.

RESULTADOS

Os resultados encontrados nesta pesquisa são frutos dos dados constatados no trabalho de campo. A interpretação envolve a atribuição de significado à tal análise. Nesta ordem de ideia, a presente pesquisa foi organizada em categorias que por sua vez subdivididas em subcategorias, que surgiram através das questões lançadas aos participantes do estudo, na empresa Trevo, Lda., que por sua vez foram comentadas a seguir:

Políticas contabilísticas aplicadas na empresa Trevo, Lda.

Com esta categoria pretendia-se saber, quais as políticas contabilísticas que a empresa Trevo, Lda., usa, onde foram colocadas as seguintes questões, nomeadamente, que políticas contabilísticas são aplicadas na empresa e quais destas políticas, que por força da lei, devem ser cumpridas. Outra questão foi de mencionar algumas políticas que são usadas dias após dia no tocante a produção da informação financeira da mesma. No entanto, outra das questões andou em torno do seguinte: de acordo com a sua experiência profissional, como tem constatado a questão do cumprimento das decisões sobre a apresentação, divulgação destas políticas contabilísticas? qual é o contributo que as políticas contabilísticas trazem na gestão da empresa? e por último, considera a contabilidade como fonte de informação na sua empresa? Porque?

No tocante a primeira questão colocada, sobre as políticas contabilísticas aplicadas na empresa, o nosso entrevistado disse que uma das políticas usadas são as demonstrações financeiras, visto que a mesma se revela de extrema importância para os utilizadores internos, e outros utilizadores, base fundamental para as decisões de distribuição de quota-parte, conhecimento geral da empresa, decisões de financiamento e, por último para as decisões de investimento. De seguida, apresenta-se o depoimento do nosso entrevistado, ao afirmar que "bem não é fácil alcançar as políticas, mas alcançar através de algumas estratégias operacional, devido o fluxo de caixa, alguns índices de rentabilidade da nossa empresa, o que se pode notar são muito baixas ou elevadas" (GF). Mais adiante, o mesmo acrescentou dizendo que "a falta de capital de giro, oscilações da receita, desconhecimento do negócio e falta de credibilidade constituem grandes dos obstáculos no desenvolvimento de negócio, pois são obstáculos que não podem ser removidos em curto espaço de tempo, para além das operações de

crédito bancário contemplam taxas de serviços e juros extremamente elevados que inviabilizam e desencorajam a captação de recursos dessa natureza" (GF). Olhando para as reflexões do nosso entrevistado, Relvas (2010, p. 74) refere que:

> O órgão de gestão deverá usar o seu julgamento desenvolver e aplicar uma política contabilística que resulte da informação que seja por um lado relevante para as necessidades dos utilizadores tomarem decisões económicas e por outro lado fiável de tal forma que as demonstrações financeiras representem fidedignamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade; reflitam a substância económica das transações de outros acontecimentos e condições, não apenas a sua forma legal; sejam neutras, isto é livre de quaisquer influências; sejam prudentes estejam completas em todos os aspetos materiais (RELVAS, 2010, p. 74).

Portanto, pode-se depreender que, a empresa para analisar as suas políticas avalia através dos índices de rentabilidade, análise de sensibilidade e a efetivação de um cuidadoso exame a todos os parâmetros essenciais das políticas contabilísticas, sobretudo nos *inputs* e *outputs*, com vista a determinar as variáveis críticas e sensíveis para o desenvolvimento do negócio.

Políticas contabilísticas que por força da lei devem ser cumpridas

Nesta subcategoria, foi analisada aspetos relacionados com as políticas, que por força da lei devem ser cumpridas, deste o início da atividade da empresa, tendo em vista que as mesmas ajudam a

exatidão da informação financeira, e ao controlo do fisco. Entretanto, no tocante a questão exposta, o nosso entrevistado, explicou que a empresa consegue enfrentar vários desafios ao nível do mercado observando no seu quotidiano, as políticas internas emanadas pelo Governo moçambicano, em particular e as internacionais, em geral. O entrevistado revelou ainda que "toda política carece ser mensurada, apresentada e divulgada, dependo do ramo da atividade ou tipo de contabilidade que empresa utiliza…" (GF), e foi mais longe ao afirmar que "tudo que é por força da lei deve ser cumprida, independemente do tipo de atividade assim, nós cumprimos as leis nesta empresa, preenchemos todos livros comerciais, pagamos impostos ao governo…" (GF), e ainda realçou que "…nesta empresa, sendo uma sociedade comercial, devo manter, organizada e aplicar as políticas de modo que os nossos sócios, os interessados da informação financeira, consigam ter acompanhamento da nossa informação financeira, em tempo útil" (GF) e, é de salientar que "neste departamento, envolvem duas equipes, uma que faz o lançamento dos dados e outros dois que faz análise da informação" (GF).

Olhando as reflecções acima apresentadas pelo nosso entrevistado, João (2015), refere que, as principais políticas contabilísticas tendo em conta a normalização contabilísticas aplicadas em Moçambique deve ser realizada de acordo com a exigência da norma que vem da aplicação de uma política plasmada como lei. Neste contexto, a mesma deve ser feita com base no Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro que aprova o sistema de contabilidade para o sector empresarial em Moçambique (SCE), aplicável a todas as unidades económicas consideradas grandes ou médias empresas, com exceção dos que exercem o ramo bancários ou seguros.

Ademais, tendo em conta as respostas acimas apresentadas, podemos perceber que a empresa Trevo, Lda., no desenvolvimento

das suas atividades, cumpre com as políticas estabelecidas pela lei (Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro), pois fazem a sua escrituração contabilística regularmente, para além de efetuar pagamento ao Estado dos Impostos devidos.

Políticas usadas para a elaboração da informação financeira da empresa

Quanto a questão, colocada sobre as políticas usadas pela empresa para a elaboração da informação financeira, o nosso entrevistado primeiro explicou que elas são políticas de provisões que lhes permitem a elaboração dos seus planos de atividade e a formulação de regras de ação sobre futuro, no concernente às vendas, compras, investimentos, política da conta caixa e equivalentes de caixa, impostos sobre o rendimento, clientes ou contas a receber, empréstimo bancários e segurança social. Nesta ordem de ideias coletou-se as seguintes reflexões por parte do nosso entrevistado, "…investimento onde consigo notar sobre o capital investido, enquanto tempo terei o retorno do valor capitalizado…" (G F), por outro lado, afirmou que "clientes e letras a receber nesta conta permite-me identificar quais são os nossos clientes qual ou valor o que nós temos com os nossos clientes" (G.F). Neste âmbito, na visão doutro gestor da empresa, derrogou sobre "imposto de Rendimento (IRPC), permite o cálculo mensal e cálculo anual, depende do volume de despesa que gastamos, comparando com as receitas líquidas durante um período" (GM).

Assim, indo mais adiante, abordou-se sobre a política de reconhecimento de impostos indiretos com especial enfoque para o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), que geralmente de acordo com Borges *et al*. (2010), este tipo de imposto é suportado pelo consumidor final do bem ou serviço, e as empresas representam

simplesmente meros agentes tributários, que fazem a devida canalização do mesmo a Autoridade Tributária do país. Neste âmbito, o nosso entrevistado afirmou o seguinte, "geralmente esta política faz menção do cálculo mensal em que quando as despesas do mês são superiores em relação as receitas logo, temos IVA a recuperar, ou reportamos no mês seguinte uma vez que esta instituição possui uma contabilidade organizada. E quando o valor das receitas são superiores a despesas mensal então temos IVA a pagar da diferença entre despesas e receitas" (GF).

Mais adiante, o mesmo respondeu que "conta caixa nos facilita saber qual o valor que nós dispomos, o que é usado para compra do algum material de escritório" (GF), e por outro lado, o outro gestor realçou que "…as políticas contabilísticas são para serem cumpridas de acordo com o PGC-NIRF, elas nos fornecem informações viáveis, ajudam-nos a elaborar os dados estatísticos com menor erro, controlo por parte de fisco, mostram-me a realidade financeira desta empresa..." (GM). Neste contexto, para Rodrigues (2009), as políticas contabilísticas são representadas operacionalmente por imposto de rendimento, clientes, empréstimos bancários, clientes títulos a receber, caixa equivalente a caixa, fornecedores conversão cambial e elas devem ser aplicadas em todos momentos da empresa, sem exceções, com o risco da falta do seu cumprimento, se incorrer as sanções previstas por lei, de um determinado país.

Fazendo uma análise do exposto acima, podemos perceber de que para a empresa Trevo, Lda., constituem políticas contabilísticas as relacionadas às vendas, compras, investimentos, políticas da conta caixa e equivalentes de caixa, impostos sobre o rendimento e consumo (impostos diretos e indiretos), clientes ou contas a receber, empréstimo bancários e segurança social, como as mais destacadas pelos gestores desta entidade.

Cumprimento das decisões sobre a apresentação, divulgação das políticas contabilísticas

Na questão sobre a apresentação, divulgação das políticas contabilísticas o nosso entrevistado disse o seguinte, "bem no meu ponto de vista apenas como gestor financeiro cumprimos na totalidade, fizemos o reconhecimento, apresentação e divulgação" (GF). Mais adiante refletiu que no ato do reconhecimento tem a ver com as políticas usadas naquele mês, a seguir se faz a análise exaustiva, por causa de alguns dos nossos sócios para o qual a apresentação carece de todas as contas que tiveram movimentação durante o mês. No entanto, a seguir são elaborados o balanço de abertura, mapas demonstrações de resultados e análise, aplicação de resultados, onde neste processo, é possível verificar a realidade financeira da empresa, em termos das obrigações, verifica-se também a situação económica da mesma, em que muita das vezes são usados a análise dos principais rácios económicos e financeiros de modo a aferir a situação da empresa.

Neste contexto, para Ilídio (2013), os objetivos da política contabilística é de prescrever os critérios para a seleção e alterações das mesmas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação das alterações nestas políticas e, no entanto, a possível correção dos erros que devem ser identificados. Por outro lado, Araújo e Assaf (2004), derrogam ao afirmar que a norma se destina a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações Financeiras de uma entidade, e sua comparabilidade ao longo do tempo e com as demonstrações financeiras de outras entidades. Entretanto, como se pode perceber, a empresa Trevo, Lda., cumpre integralmente com as normas legalmente estabelecidas pois, faz a divulgação e a implementação das políticas contabilísticas no exercício das suas atividades.

Contributo das políticas contabilísticas na gestão da empresa

No tocante a questão sobre o contributo das políticas contabilísticas na gestão da empresa Trevo Lda., o depoimento do nosso entrevistado sublinha que, "a empresa utiliza as políticas contabilísticas previstas no PGC e possui uma contabilidade organizada, o que permite a qualquer momento analisar a situação financeira da empresa" (GF), não só, como também, "esta empresa seleciona as suas políticas de forma consistente" (GM). Nesta ordem de ideias, segundo Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, uma entidade deve selecionar e aplicar uma política contabilística de forma consistente para transações, outros acontecimentos e condições similares, exceto se uma norma exigir ou permitir a categorização de itens.

Ainda o nosso entrevistado referiu que "logicamente essas políticas contabilísticas contribuem de maneira eficiente eficaz não só para empresa, mas também para a sociedade, se o estado moçambicano, se não implementasse com leis significa cada um faria que lhe apetece então a sociedade sofreria mais…" (GM). Por essa razão, Kaufmann (1995), refere que, uma política contabilística específica das PME's deve ser "tratada de forma crítica e com muito cuidado, sobretudo quando o ambiente de negócio em geral não seja favorável. Porém, só é uma boa política especial das PME's, quando ela produz efeitos positivos na empresa e na sociedade" (p. 89). Por outro lado, as políticas contabilistas contribuem para o controlo por parte do fisco, mostram a realidade financeira da empresa e permite com que a mesma cresça e se desenvolva (COELHO *et al*., 2008). Por essa razão, Kaufmann (2005 *apud* IPEME, 2015) refere que, uma política adequada de facilitação, das pequenas e médias empresas podem contribuir grandemente para o desenvolvimento do país nos aspetos económicos, sociais e sociopolíticos.

Se tomar-se em conta os depoimentos acima, de certa forma, pode-se compreender que as políticas contabilísticas aplicadas na empresa Trevo, Lda., dum modo geral contribuem no fornecimento de informações financeiras fiáveis e fidedignas a entidade, que possibilitam aos gestores da mesma e os demais interessados na tomada de decisões para o bem desta mesma organização.

A contabilidade como fonte de informação na empresa

No concernente a questão colocada sobre a contabilidade como fonte de informação na empresa, o nosso entrevistado foi bem explícito ao afirmar que "sem a contabilidade a empresa não sobrevive, ela é alma da empresa, na medida em que regista informações, me fornece a situação real, sobre a posição financeira desta empresa a qualquer momento; ajuda-me a tomar decisões sobre os movimentos efetuados durante ao dia, bem como o fluxo de caixa; ajuda-me a posicionar quantas entradas em termos de vendas de mercadorias, qual é o stock de mercadorias existente em armazém" (GF). Ainda o nosso entrevistado foi mais adiante respondendo "neste departamento financeiro trabalhamos em dois grupos, os que fazem lançamento dos dados, e outros apenas faz a verificação de dados lançado de modo a evitar maior número de erro, pois, sozinho não seria possível obter bons resultados" (GF), "assim para além da análise financeira da empresa, ela identifica que tipo de critérios valorimétricos irei usar se é FIFO, LIFO ou Custo Médio Ponderado…" (GF). Neste contexto, Jacinto (1990), realça a contabilidade como sendo o estudo do património, suas variações, pelos efeitos das atividades desenvolvidas pela empresa. Para que a contabilidade seja eficaz no desempenho das várias funções é necessário que toda a informação financeira possua determinadas características qualitativas e quantitativas.

Portanto, podemos depreender que a contabilidade sendo o sector chave principal de qualquer direção duma PME, lá encontramos o registo da informação financeira e, é neste departamento que conseguimos verificar quais são os nossos clientes, devedores, quais são os duvidosos, lá faz-se análise dos recebimentos e fecho de conta caixa, ou seja o fecho do movimento diário. No entanto, é na Informação contabilística onde consegue-se analisar a informação financeira da empresa, respeitante aos custos associados ao investimento a rendibilidade esperada do investimento, o período de recuperação deste mesmo investimento e por último, determinar o fluxo de caixa. Por fim, o nosso entrevistado afirmou que "a tomada decisões de financiamento é importante para estrutura financeira da empresa, porque mostra-me a capacidade de empresa fazer face aos encargos correntes dos empréstimos obtidos, os custos associados ao financiamento, a eventual necessidade de financiar potenciais investimentos e por fim a necessidade de a empresa equilibrar com a tesouraria, e estas decisões só serão possíveis, com base na informação fornecida pela contabilidade…" (GF).

Factores de sucesso de empresa Trevo, Lda.

Com esta categoria pretendia-se saber sobre os fatores de sucesso da Trevo, Lda., onde foram colocadas as seguintes questões: departamento de marketing tem sido o sector chave na área de negócio dos empresários; fale a cerca dele; mencione alguns fatores de sucesso que influencia no desempenho da empresa; como faz com que a empresa alcance sucessos, tendo em conta os desafios do mercado; o contributo dos fatores de sucesso e o impacto do uso das políticas contabilísticas enquanto fator de sucesso nas PME's, na Empresa Trevo, Lda.

Descrição do departamento de Marketing da empresa

Da questão colocada sobre o departamento de Marketing da empresa o nosso entrevistado argumentou da seguinte forma: "o departamento de Marketing, desta empresa, não é fácil, pois tento procurar e desenhar algumas estratégia para o funcionamento, através do mercado, a procura sobre as oportunidades, fraquezas e ameaças, os riscos que advir durante a fase de negócio, por outro lado, os investimentos internos e externos, através de vários canais e desenhar algumas políticas estratégicas para o funcionamento sobre as oportunidades, fraquezas pontos fortes e pontos fracos, e sobre os riscos que possam advir durante a vida da empresa" (GM). Mais adiante, acrescentou, "o marketing desta direção são os nossos clientes, são clientes que nos fazem sobreviver…devemos acarinhá-los com bom gosto para que estejam satisfeitos…e sobretudo, modos de comunicação" (GM).

No entanto, Robbins (2007), refere que que toda a "comunicação é útil para fornecer o *feedback* aos gestores, informá-los sobre o progresso em relação as metas e relatar problemas que estejam ocorrendo" (234). Neste contexto, alguns investigadores têm reconhecido que algumas das características fundamentais do empresário são a capacidade de procurar/encontrar oportunidades e/ou nichos de mercado (apesar de escassos recursos), capacidade para aprender com os erros e para lidar com a ambiguidade e a incerteza, capacidade de inovar e de tomar riscos pessoais e individuais, e com fortes lacunas internas (DORNELAS, 2005). Deste modo para se ter sucesso é preciso uma boa organização dos departamentos, como é o caso de *Marketing* porque o mesmo é responsável pela monitoria dos clientes, compradores dos produtos e serviços da empresa, e estes representam a alma do negócio. Assim, Kofman (2004), afirma que "o conceito de sucesso vai além

do alcance dos resultados tangíveis desenhados para um negócio ou organização" (p. 08).

Factores de sucesso influenciam no desempenho da empresa

Com esta subcategoria pretendia-se saber como a empresa consegue ter sucesso, a nível do mercado, uma vez que no momento do seu início as PME's enfrentam vários desafios. Para o feito, foi colocada a questão relacionada a como se posiciona a empresa tendo em conta os desafios. No tocante a esta questão, o nosso entrevistado respondeu que existem vários factores que podem influenciar no ambiente do negócio, para sucesso e insucesso do mesmo. Neste contexto, para além da estrutura organizacional da empresa que deve estar bem estruturada e a correta aplicação das políticas contabilísticas, realçou também que "o fator de compra a nível de mercado e as taxas de impostos são muito elevado, onde, qualquer um que abre a sua empresa nunca deve ter pensamento pessimista, mas sim deve ser otimista…" (GM). Assim o mesmo foi mais longe ao afirmar que, "o sucesso depende de atendimento dos nossos clientes e como expomos os nossos produtos a nível do mercado local, procurar novas estratégias e melhorar negócios sustentáveis, ter boa estrutura orgânica, incentivar a formação e a reciclagem do meu pessoal na empresa…" (GM). Mais adiante, respondeu dizendo, "a análise e o estudo do mercado faz com que agente conheça quais são nossos potenciais compradores e que tipo de produto mais frequentes que os nossos clientes necessitam, tipo de canais a usar para que consigamos satisfazer os mesmos…''(GM). O entrevistado acrescenta ainda que "acesso de crédito no país, é muito moroso e complexo, para além da rede de infraestruturas e a formação do capital humano" (GF). O entrevistado referiu-se ainda a questão de burocracia e corrupção no sistema de negócio em Moçambique, tem

provocado insucesso para o empresariado nacional, como se apresenta o depoimento do mesmo a seguir, "a corrupção é um mal que afeta ao empresariado nacional, pois retrai os investimentos para o país, cria vantagens injustas para alguns, reduz as perspetivas para o desenvolvimento económico e social…" (GM).

Nesta ordem de ideias, Tonelas (2007) refere que, existem vários fatores que influenciam o ambiente de negócios em Moçambique, tais como os macroeconómicos, os ligados ao mercado financeiro e de crédito, os ligados a governação, os ligados a indústria e comércio, os ligados a infra-estruturas e serviços, os de ordem legal e os ligados a mão-de-obra. Desta feita, pode-se notar que o sucesso não somente depende da correta aplicação das políticas contabilísticas, mas também de como expomos os nossos produtos, até ao recebimento dos mesmos, através de vários canais etapas que nos dedicamos, conhecendo bem os clientes, fazendo promoção dos mesmos, até a entrega aos clientes.

Das respostas acima, depreende-se que o sucesso de uma empresa depende da formação académica dos colaboradores, o nível de cada empresa bem como das condições internas e externas da mesma. De acordo com Chiavenato (2001), os fatores de sucesso relacionados com as PME's tradicionalmente enunciados na literatura são fatores macroeconómicos, fatores políticos, estratégias de marketing, os recursos financeiros, os recursos tecnológicos, o acesso a informação, o apoio do governo e o plano de negócios. Neste âmbito, de acordo com o Teixeira (2005), "a empresa é influenciada pelas forças do ambiente que a rodeia (sociedade em geral, acionistas, concorrência, etc.), mas afeta também esse mesmo ambiente (força laboral, os clientes, entre outros)" (p. 45). Por outro lado, a aplicação de políticas contabilísticas dentro duma empresa, revela-se de fulcral importância para o seu sucesso, e deve ser rigorosamente observada, principalmente no contexto moçambicano.

Posição da empresa tendo em conta os desafios

A seguir foi feita a questão que pretendia saber como é que a empresa consegue superar os desafios. No tocante a esta questão, o nosso entrevistado respondeu nos seguintes termos:

> os direitos aduaneiros e as taxas de imposto são elevados, sobretudo, porque quando se importar um produto pagamos, e ainda depois da venda também pagamos o IVA; no nosso entender, o IVA devia ser pago no momento de importação das mercadorias; para melhorar negócio tendo conta as políticas do governo devo procurar novas estratégias para melhorar o negócio e torná-lo sustentável, incentivar o meu pessoal no trabalho, reduzir as despesas, manter-me informado do nível do desenvolvimento do mercado nacional e internacional, evitar investimentos de grandes riscos […] (GM).

Ainda, o nosso entrevistado apresentou o seu sentimento a respeito das taxas como a seguir demonstra: "a política do governo não ajuda para os empresários devido à elevada taxa de juros aplicada pelos bancos comerciais, as taxas de imposto são elevadas. E em tudo isso, as pequenas e médias empresas são sacrificadas, enquanto as grandes empresas que entram em Moçambique são isentadas, daí que nós reduzimos as nossas importações". Como se pode depreender, sobre a questão levantada e na visão do nosso entrevistado, a empresa reduziu as suas importações, devido às elevadas taxas de mercadorias, facto que contribui para a redução do volume dos seus negócios. Segundo Mason e Harrisom (2006 *apud* BENZING, 2009), a tomada de decisão do empresário e a evolução do negócio são também influenciadas pelo meio envolvente, este é

um dos fatores importante de sucesso das PME's, já que o insucesso pode ser influenciado por razões económicas, geográficas, culturais e políticas.

Contributo dos factores de sucesso

No que se refere questão sobre o contributo dos fatores de sucesso para as PME's, o nosso entrevistado sublinhou o seguinte: "os fatores de sucesso, como são os casos de fornecedores, clientes, concorrentes, agenciais reguladoras, outras organizações, fatores legais, fatores sociais, económicos, demográficos, políticos, tecnológicos e culturais e outros, contribuem positivamente para um ambiente de negócio favorável" (GM). Mais adiante, mesmo referiu que "os clientes constituem fator também fundamental para o sucesso das PMEs, em particular e na economia moçambicana, em geral". Por outro lado, realçou o contributo das políticas contabilísticas no alinhamento da gestão das empresas, onde a sua aplicação deve ser feita de acordo com os procedimentos e obrigatoriedades previstas na lei, de modo a salvaguardar os interesses dos empresários, em particular e do país, no geral.

Impacto de uso das políticas contabilísticas enquanto fator de sucesso das PME's

No tocante a esta subcategoria, relacionado com o impacto de políticas contabilísticas enquanto fator de sucesso das PME's o nosso entrevistado respondeu da seguinte maneira: "bem no meu ponto de vista os aspeto económico e social tem um impacto positivo porque soube a renda, no concernente ao pagamento dos impostos, poder de compra, no aspetos sociais temos a redução do emprego, o

que significa reduz o número de desemprego no pais visto que nos contribuímos para o desenvolvimento económico" (GM). Nesta ordem de ideias, mais diante o mesmo salientou que "as políticas contabilísticas tem um impacto positivo, na parte da decisão da informação financeira aos nossos interessados, como é o caso nos nossos sócio, onde em cada ano, se apurarmos o lucro o valor é distribuído pelos sócios e outra parte vai para reserva…" (GM), a ainda afirmou que "aplicação das políticas contabilísticas vai depender do sucesso da empresa, porque não podemos ter uma boa política sem que hajam os nossos clientes, fornecedores, estes constituem o principal factor principal no ambiente de negócio".

Neste contexto, esta abordagem é parafraseada por Porter (1980), onde as empresas são consideradas competitivas e capazes de obter o crescimento sustentável quando funcionam num bom equilíbrio de forças, designadas por cinco forças de Porter, a força da rivalidade entre empresas, a força da entrada de novos competidores, a força da entrada de novos produtos ou de produtos substitutos, a força dos fornecedores e a dos compradores (por exemplo, utilizadores, distribuidores, clientes e consumidores. No entanto, das respostas acima, pode-se perceber que o uso das políticas contabilísticas enquanto fator de sucesso das PME's, apresenta um impacto positivo nas as demonstrações financeiras, para tomada decisão aos diversos utentes, que necessitam desta informação, tanto de dentro como fora da empresa, salvaguardando desta forma dados relevantes, fiáveis e fidedignos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com estudos realizados na empresa Trevo, Lda., apurou-se que esta é uma sociedade familiar que exerce o comércio geral. Os dados colhidos junto dos entrevistados permitiram

perceber que a empresa Trevo, Lda., é de origem familiar, que possui uma espiritualidade, crenças e valores próprios. Com efeito, o carácter familiar da empresa determina o modelo de gestão específica a esse tipo de organização em relação ao que recomenda a literatura especializada, dado que, além dos objetivos empresariais, as necessidades familiares devem também ser atendidas.

Da análise feita dos dados coletados, pode-se aferir que, a empresa para efetuar as suas políticas avalia os índices de rentabilidade, análise de sensibilidade e a efetivação de um cuidadoso exame a todos os parâmetros essenciais das políticas contabilísticas, sobretudo nos *inputs* e *outputs*, com vista a determinar as variáveis críticas e sensíveis para o desenvolvimento do negócio.

Pode-se concluir ainda que a empresa Trevo, Lda., no desenvolvimento das suas atividades, cumpre com as políticas estabelecidas pela lei, nomeadamente o Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, pois fazem a sua escrituração contabilística regularmente, para além de efetuar pagamento ao Estado dos Impostos devidos.

Por outro lado, notou-se que para a empresa Trevo, Lda., constituem políticas contabilísticas aos processos relacionados com às vendas, compras, investimentos, políticas da conta caixa e equivalente de caixa, impostos sobre o rendimento, clientes ou contas a receber, empréstimos bancários e segurança social. No entanto, notou-se também que a empresa em alusão, cumpre integralmente com as normas legalmente estabelecidas pois, nela faz-se a divulgação e a implementação das políticas contabilísticas no exercício das suas atividades.

Se tomarmos em conta os resultados dos dados, pode-se concluir que as políticas contabilísticas aplicadas na empresa Trevo, Lda., dum modo geral contribuem no fornecimento de informações

financeiras da empresa, que possibilitam aos gestores da mesma e os demais interessados na tomada de decisões viáveis e fidedignas. Portanto, a contabilidade revelou-se de um sector chave e principal de qualquer direção duma empresa, lá encontra-se o registo da informação contabilística e, é neste departamento que se consegue verificar também os registos relacionamento os clientes, devedores e credores. Por outro lado, neste setor, faz-se a análise dos recebimentos e fecho de contas e reconhece-se os movimentos operacionais do dia a dia.

De igual modo, conclui-se que o sucesso não somente depende da correta aplicação das políticas contabilística, mas também da forma como é exposto os produtos e serviços desde a sua exposição, venda, até ao recebimento por parte dos clientes ou compradores, através de vários canais etapas que se dedica, conhecendo bem os clientes, fazendo promoção destes mesmos produtos e serviços, até a entrega aos referidos clientes, compradores ou consumidores.

Por fim, percebeu-se também, que o uso das políticas contabilísticas enquanto fator de sucesso das PME's, apresenta um impacto positivo nas demonstrações financeiras, que serve como informação para o processo de tomada decisão, aos diversos utentes dentro e fora da empresa salvaguardando desta forma dados relevantes, fiáveis e fidedignos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. P.; ASSAF, A. **Introdução á contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

BORGES, A.; RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R. **Elementos da contabilidade Geral**. Lisboa: Editora Atlas, 2010.

BORGES, A.; RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R. **Elementos de contabilidade geral**. Lisboa: Editora Áreas, 2003.

BORGES, A.; RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R. **Elementos de contabilidade geral**. Lisboa: Editora Áreas, 2006.

BRITO, D.; FERREIRA, P. **Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial**. Maputo: Plural Editores, 1990.

CHIAVENATO, I. **Administração**: teoria, processos e prática. São Paulo: Editora Elsevier, 2001.

COELHO, C. U. F.; SIQUEIRA, J. R. M.; LINS, L. S. **Fundamentos de contabilidade**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2008.

DALVA, B. **Plano geral de contabilidade comentado**. Maputo: Moçambique Editora, 2005.

DNIC - Direcção Nacional de Identificação Civil. (2008). **Estratégias para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas em Moçambique**. Maputo: DNIC, 2008. Disponível em: <www.mic.gov.mz>. Acesso em: 23/02/2024.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em Negócios. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

FARINHA, J. P.; CASCAIS, D. **Plano Geral de Contabilidade Normas Internacionais de Relato Financeiro**. Maputo: Editora Minerva, 2015.

FRANCO, C.; HAASE, M. **Fatores do fracasso das pequenas e médias empresas**. Harare: Universidade do Zimbabwe, 2010.

HESSELS, J.; PARKER, S. C. **Constrains, internalization and growth**: a cross country analysis of European. London: Elsevier, 2013.

ILÍDIO, S. M. **Políticas contabilísticas aplicada as empresas**: Casos e reflexões. Lisboa: Porto Editores, 2013.

IPEME - Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas. **IPME moçambicana**. Maputo: IPEME, 2015.

JOÃO, B. **Sistema de controlo Interno financeiro**. Lisboa: Editora Áreas, 2015.

KAUFMANN, F. **Enabling environment for the private sector–GTZ Program**: economic reform and market systems development in Mozambique in promoting the business and investment climate. Maputo: Moçambique GTZ, 2005.

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade. **Sistema de contabilidade para o setor empresarial em Moçambique**. Maputo: INN Editores, 2010.

PGC - Plano Geral de Contabilidade. **Plano de contas para o sector empresarial e Moçambique**. Maputo: Diname Edições, 1986.

PGC.; NIRF. **Sistema de contabilidade para o sector empresarial e Moçambique**. Maputo: Plural Editores, 2010.

PORTER, M. **Estratégias comparativas genéricas de Porter**: Novos paradigmas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

RELVAS, M. **Sistema de contabilidade para o sector empresarial em Moçambique**. Maputo: Plural Editores, 2009.

RELVAS, M. **Sistema de contabilidade para o sector empresarial em Moçambique**. Maputo: Plural Editores, 2010.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Editora Pearson, 2007.

RODRIGUES, J. M. **Sistema de normalização de contabilidade**. Maputo: Plural Editores, 2010.

RODRIGUES, J. M. **Sistema de normalização de contabilidade**. Maputo: Plural Editores, 2015.

TEIXEIRA, S. **Gestão estratégica**. Lisboa: Editora Escolar, 2005.

TURNER, J. **Fatores crítico de sucesso para empresas**. Lisboa: Editora Sílabo, 2009.

CAPÍTULO 7

Educação Ambiental e Desenvolvimento Local: Percepção dos Alunos de uma Escola Secundária em Moçambique

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA SECUNDÁRIA EM MOÇAMBIQUE

Jaime Ernesto Naene

Carlos José Domingos Alface

A educação ambiental vinculada ao desenvolvimento local pode efetivamente permitir ao indivíduo e a coletividade construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Para tanto, a comunidade educativa tem um papel fundamental na concretização dos objetivos previamente referenciados.

A vila do Búzi, embora sem a categoria de município é beneficiária de alguns projetos em andamento, tais como Empresa Chinesa de produção e processamento de arroz, projeto promissor de produção de gás em fase prospecção, projetos de intervenção social promovidos pelas ONGs etc., além da biodiversidade como o rio que atravessa a Vila, uma extensa e rica floresta etc., que de certa forma impulsiona a economia local. No entanto, acreditamos que o crescimento econômico - local esperado, pode estar em causa quando não for tomado em conta questões de educação ambiental, tais como, poluição, lixo, desflorestamento, erosão pluvial, impacto ambiental por conta dos desastres naturais, e outros aspectos que abarcam todos os seus níveis, cuja operacionalização é garantida na maior parte pela comunidade educativa. Nesta senda, é fundamental avaliar se as comunidades educativas desempenham o seu papel e em particular a Escola Secundária do Búzi.

Um estudo realizado por Trinchão, Santos e Santos (2022), intitulado "Diálogos entre a Educação do Campo e o Desenvolvimento Local e Sustentável", cujo objetivo foi de mostrar a relevância da cultura e da identidade campesina, a partir de uma educação que permita acessibilidade ao conhecimento do entorno e possibilite modificar esse entorno de forma construtiva. A partir da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, chegou – se a conclusão de que é fundamental que seja realizado nas escolas do campo um trabalho acerca do desenvolvimento local e sustentável e de suas preocupações ambientais, dado que a educação tem a função de formar cidadãos conscientes a respeito do meio ambiente; isso possibilitará a compreensão de que o ser humano interfere e transforma o meio.

À vista disto, a presente pesquisa, objetiva avaliar a educação ambiental no entorno escolar e seu apoio no desenvolvimento local. Foi concebido como objetivo específico, conferir as ações dos atores de processo educativo, no que concerne a prática da educação ambiental; distinguir as práticas escolares de educação ambiental e a sua ligação com o desenvolvimento local; conceber como as práticas pedagógicas dos atores do processo de ensino e aprendizagem integram as políticas públicas de educação ambiental, tendo em vista ao desenvolvimento local. Para a materialização, teve como objeto de estudo alunos que concluíram o 1º ciclo na escola secundária do Búzi no ano de 2022, cuja amostra é feita de 191 participantes.

Entretanto, a melhoria das práticas escolares em termos de estratégias metodológicas ativas que relacionem os conteúdos com a prática social, pode possibilitar aos educandos exercitarem sua cidadania a partir de ações crítico-construtivas nas comunidades em que estão inseridos.

MARCO DE REFERÊNCIA

Educação ambiental e o desenvolvimento local

Pode ser verdade pensar em um modelo de desenvolvimento que não seja elaborado por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, visto que estas marginalizam comunidades direta ou indiretamente afetadas por suas políticas macroeconômicas. Essa forma tradicional de desenvolvimento ignora outros objetivos sociais, econômicos e políticos e incentiva de acordo com Santos (2012), a participação democrática nas decisões, a distribuição por igual dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. Ainda,

> O debate sobre a promoção de um modelo de desenvolvimento social que considera o potencial local e que se preocupa com a sustentabilidade não é recente. Desde meados do século XX, economistas, intelectuais e ativistas, destacadamente os ambientalistas, discutem, promovem eventos e comunicam o esgotamento do modelo tradicional (TEÓRIO; LIMA, 2018, p. 06).

Se o tipo de desenvolvimento capitalista não nos é propício, outro tipo de desenvolvimento deve ser pensado. Nessa linha, o conceito de desenvolvimento local merece a nossa atenção:

> O desenvolvimento local pode ser entendido como um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a

> encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p. 72).

Neste conceito, as indicações de esforço local, parcerias e mobilizações são expressões sinalizadoras da participação nesse tipo de desenvolvimento que traz a ênfase nos processos de preservação ambiental e de sustentabilidade.

O desenvolvimento local, portanto, é "a organização de uma comunidade em torno de um plano de desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva de construção social" (ROZAS, 2002, p. 03). Isso significa que as questões que envolvem a comunidade para além do crescimento econômico, incluem aspectos amplos, como a qualidade de vida, a diversidade cultural e a recuperação e a preservação do meio ambiente.

A compreensão de desenvolvimento local e sustentável implica num processo educativo dos sujeitos que integram a comunidade, a fim de que reconheçam e de que valorizem a cultura local, suas capacidades e seu potencial. Sendo assim, "a forma de abordagem educacional e estímulo ao pensamento crítico são elementos de grande importância na concepção de uma sociedade que aspira por um modelo de desenvolvimento potencialmente sustentável" (OLIVEIRA, 2015, p. 80). Nessa direção, a educação escolar é fundamental, haja vista que as práticas escolares devem possibilitar aos sujeitos, no seu processo formativo, a leitura crítica da realidade, de tal modo que eles não apenas participem, mas que sejam capazes de gerir individual e coletivamente o processo de desenvolvimento social, cultural e ambiental da localidade.

É sabido que os problemas ambientais são uma preocupação comum de praticamente todas as nações do mundo. A desmedida extração dos recursos naturais da Terra e o inadequado uso desses recursos, impulsionados, sobretudo, a partir da revolução industrial, coloca a vida em risco de extinção. Tal situação tem originado mobilizações dos mais diversos setores sociais quanto à discussão acerca das profundas contradições humanas, como a questão desenvolvimentista versus a degradação do meio ambiente.

A educação ambiental, portanto, emerge como um meio de mobilização individual e coletiva em busca de mudanças culturais e sociais, articuladas entre si. Nessa perspectiva, o Estado deve elaborar e desenvolver políticas públicas de educação ambiental num trabalho conjunto com a sociedade, e não apenas posicionar-se como instância regulatória dessas políticas. Essa ação conjunta tem início com a discussão acerca dos problemas e das necessidades de determinadas comunidades, cujos sujeitos que as integram participam ativamente do processo de debate e dos encaminhamentos que conduzirão o Estado a tomar as decisões adequadas à resolução dos problemas apresentados. Para que essa ação efetivamente ocorra, faz-se necessário que o Estado, num exercício democrático, desenvolva uma capacidade operacional que permita aos cidadãos compreender e tomar parte, legitimamente, desse processo.

Essa compreensão requer que o Estado desenvolva com a sociedade civil um processo dialético, que permita a construção de uma educação ambiental enquanto política pública, que assegure o envolvimento dos diversos sujeitos sociais presentes na educação formal, não formal e informal, reconhecendo-os como capazes de gerir os ambientes onde estão inseridos, recuperando-os e/ou preservando-os a partir de condições que viabilizem atitudes educativas que denotem o consumo responsável, a seleção de resíduos e o reaproveitamento. Mas, para a materialização desse

processo, as esferas governamentais precisam diminuir as distâncias que existem entre elas e a população, fazendo-se presentes, articulando, promovendo e avaliando ações.

Ao se considerar a educação como condição para a emancipação do sujeito e para a sua inserção social de forma crítica, a educação se efetiva como um direito universal básico e um bem social público. Sendo assim, a instituição escolar, a partir da sua função social e política, precisa desenvolver uma educação democrática e com a qualidade, que possibilite aos sujeitos que a integram a compreensão e a transformação da sua própria realidade. Ao desenvolver a sua função social, a escola possibilita as condições para que os educandos compreendam a sua realidade, reconheçam o que a determina e como o sentido social das suas ações pode transformar essa realidade. Quanto à função política, a escola se compromete com uma ação educativa emancipatória, ou seja, organizar conteúdos significativos e meios democráticos de aprendizagem, permitindo que o educando compreenda não apenas a sociedade da qual faz parte, mas também a sociedade mais ampla e os seus determinantes políticos, econômicos e culturais. O compromisso dessa ação educativa, como afirma Rodrigues (2003), é, assim, o compromisso com a vida de cidadania, de formar o educando para a vida política, para participar dos processos decisórios da sociedade. Desse modo, a educação ambiental a ser desenvolvida no espaço escolar pode ser compreendida como:

> Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas

> públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p. 22).

No contexto da formação para a cidadania, é indispensável o planejamento e o desenvolvimento de uma educação voltada para o meio ambiente, que se traduza num compromisso com mudanças de valores e comportamentos, e com a assunção de atitudes que melhorem a relação do homem com a natureza e que promovam a recuperação e a preservação do meio ambiente.

> Assim, cabe também às instituições escolares o desenvolvimento de ações que concorram para a recuperação e para a preservação do meio ambiente, a partir de atividades escolares e extraescolares. Desse modo, fortalecer a relação da escola com a comunidade do seu entorno, além de uma necessidade, é uma questão de coerência, haja vista que a escola faz parte, integra a comunidade, assim como os seus educandos, professores e funcionários. Favorecer o desenvolvimento local implica promover ações em territórios que possibilitem o protagonismo dos sujeitos locais, na discussão das necessidades e na participação na tomada de decisões (TENÓRIO; LIMA, 2018, p. 10).

Ainda, para Tenório e Lima (2018),

> São tarefas da escola: compreender onde e como vivem os seus educandos e suas famílias, como é estruturada a comunidade onde está situada a escola, quem são os seus sujeitos, como é a dinâmica do seu cotidiano. A escola não pode receber diariamente os

> seus educandos e fechar as suas portas para o que está além dos seus muros. Da mesma forma, não se pode chamar de significativo um conteúdo escolar que ignore as vidas das pessoas que o discutem, um conteúdo que não tem serventia para os educandos quando estes saem do espaço escolar. Enfim, um conteúdo que não esteja voltado para a prática social. É tarefa, também, da escola debater com a comunidade as questões que estão e as que não estão ao seu alcance, assim como discutir formas de reivindicar do poder público aquilo que ultrapassa os seus limites. A comunidade escolar organizada amplia a sua força e, criando uma rotina de discussão e de análise das suas problemáticas, cria formas de compreender como funciona, por exemplo, a arrecadação do dinheiro público e sua distribuição, evoluindo para o entendimento do que significa uma política pública, seu surgimento, sua implementação, seu acompanhamento e sua avaliação (TENÓRIO; LIMA, 2018, p. 11).

Quando se fala em educação, pensa-se em formas de ensino, de aprendizagens, de compartilhamento de saberes, informações, nos diversos espaços sociais, como família, clubes, igrejas, sindicatos etc.

Educação ambiental no entorno escolar

Ao se falar em educação escolar, a referência se desloca para uma especificidade de educação cuja instituição desenvolve uma educação sistematizada e intencional.

As atividades de educação ambiental desenvolvidas no âmbito escolar são, em geral, desprovidas de um planejamento que

considere a realidade institucional nas suas concretas possibilidades e necessidades. É comum assistirmos aos esforços de professores, gestores, educandos e pais, no sentido de implementar ações que sensibilizem para a necessidade da coleta seletiva do lixo, para o uso adequado da água, para o cuidado com as plantas, para o reaproveitamento de alimentos, para a reutilização de objetos etc. Entretanto, essas ações sofrem, rapidamente, o seu esgotamento, devido à falta de condições e de instrumentos que possibilitem a sua continuidade e evolução (TENÓRIO; LIMA, 2018).

> As condições administrativas, como de pessoal e financeira, para viabilizar as ações são reduzidas e temporárias, ficando a cargo de alguns professores e de seus educandos a manutenção, ainda que precária, de algumas atividades que aludem à educação ambiental. O referido esgotamento é resultado, também, da ausência de uma maior qualificação dos agentes da escola, destacadamente dos professores e gestores. Desse modo, perdem-se oportunidades de envolver as crianças com as questões ambientais e da natureza, cujo vínculo se forma ao longo da vida; cada etapa da vida "se caracteriza por desenvolvimentos e descobertas específicos que vão determinar os padrões de relacionamento entre a criança e o mundo que a cerca" (FREIRE, 2013 *apud* TENÓRIO; LIMA, 2018, p. 12).

As especificidades da educação ambiental para o desenvolvimento local tornam-se um desafio para os agentes da escola, que devem ter a competência para mediar as questões ambientais entre as atividades escolares, a comunidade e as políticas públicas de educação ambiental. Ainda,

> É a escola que deve discutir, elaborar, executar e avaliar o seu projeto educativo, visando atender aos anseios dos seus educandos. Esse processo é condição para a instauração de uma forma democrática de organização do trabalho pedagógico escolar no qual as relações cooperativas de todos que integram a comunidade escolar fortalecem as responsabilidades com o projeto político-pedagógico, compreendido como "um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação da sua intencionalidade" (FAZENDA, 1995, p. 13).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pelas características, entendemos que a pesquisa abarca a abordagem qualitativa e quantitativa. E, é exploratória e descritiva quanto aos objetivos. Conforme Gil (2007), é exploratória porque tem como efeito possibilitar maior familiaridade com o problema, por forma a torná-lo mais compreensível ou a construir hipóteses. É descritiva, pois, permite a "descrição de aspectos de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...] e têm por objetivo estudar as características de um grupo [...]" (GIL, 1988, p. 44).

Para o levantamento de dados deu – se prioridade a pesquisa bibliográfica. Ela foi efetuada em material publicado em livros, revistas científicas, artigos acadêmicos, dissertações e entre outros, como alicerce à pesquisa. Quando citamos Cervo; Bervian (2002), conferiu-se de que a pesquisa bibliográfica procura esclarecer um problema com base em referências teóricas publicadas em documentos.

A pesquisa bibliográfica foi precedida por uma entrevista através de um questionário com alunos que concluíram o primeiro ciclo do ensino secundário. Para tanto, foi embasado os autores Marconi e Lakatos (2003), que afirmam que uma entrevista tem como objetivo chave a coleta de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. Não menos importante, a entrevista buscou levantar dados sobre a percepção dos alunos acerca da educação ambiental no entorno de seu processo de aprendizagem e a ligação com o desenvolvimento local. Para compor a amostra da pesquisa foi concebido o critério de seleção que integra alunos que concluíram o I Ciclo do ensino secundário (8ª, 9ª e 10ª classes), e que continuam a frequentar o II Ciclo na Escola Secundária do Búzi. Por isso, o universo populacional veio a ser de 375.

Com base na população alvo, com 5% de erro, 95% de intervalo de confiança e 1,96 de escore (z) correspondente, foi possível determinar a amostra da pesquisa que veio a ser representativa em um número de 191 participantes. Para calcular a amostra foi usado a fórmula na Figura 1.

Figura 1 - Fórmula para cálculo da amostra para uma população finita

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p\,(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p\,(1-p)}{e^2 N}\right)}$$

Nota: Onde: N = tamanho da população; e = margem de erro (porcentagem no formato decimal); z = escore z.

Fonte: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator>.

O ciclo de coleta de dados termina com a análise documental. A ser assim, foram analisados o Plano Curricular do Ensino Secundário por forma a conferir a metodologia proposta de abordagem sobre cenários de educação ambiental e sua ligação com o desenvolvimento local, tendo como base as políticas públicas.

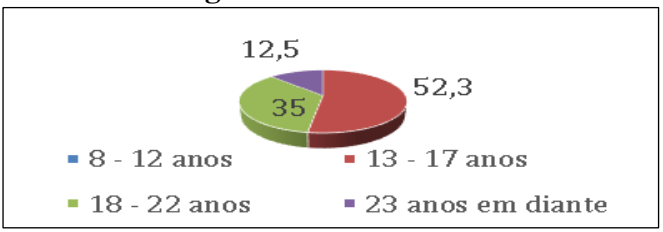
Com base num conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza meios sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, foi feito a análise de conteúdo do plano curricular e dos programas selecionados para o efeito. Aproveitou-se também da análise estatística para trabalhar as perguntas que não dispensam comparação numérica, que inclusive permitiram construir categorias, viabilizando chegar as possíveis considerações relevantes (ALFACE; NAENE, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil da amostra

Sexo: Dos participantes da entrevista 51,8% são homens enquanto 48,1% são mulheres, em uma amostra de 191. Este resultado indica que a diferença de gênero na participação em pesquisa não foi elevada, mas há um relativo aumento da opinião masculino.

Figura 2 - Faixa etária

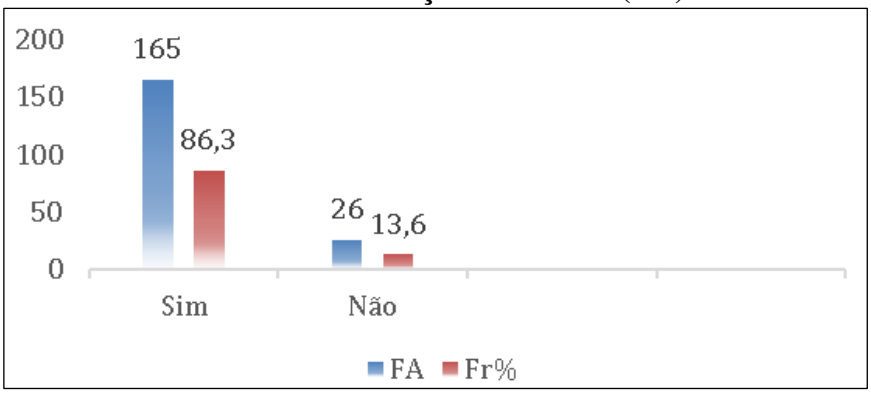


Fonte: Elaboração própria.

O perfil faixa etária (Figura 2), evidencia mais participação de alunos com idade compreendida entre 13 e 17 anos (52,3%) e menos participação para alunos com idade acima de 23 anos (12,5%). Não menos importante a faixa dos 18 a 22 anos compreende os 35%. Isto significa que da nossa pesquisa a maior parte das opiniões está em 53,2%.

Conhecimento dos alunos sobre EA

Figura 3 - Q1: Você, já ouviu falar sobre educação ambiental (EA)

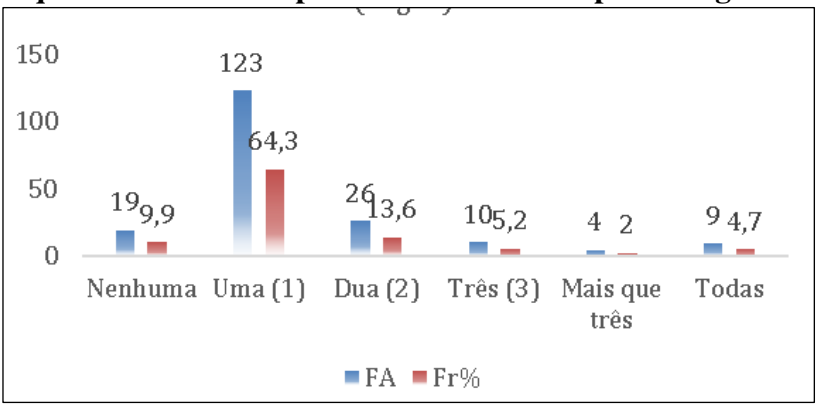


Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 3, aferimos que, a maioria dos entrevistados (86,6) já ouviu falar de educação ambiental (EA), enquanto a minoria (13,6%) não. Este resultado pode ser evidência de algum conhecimento da parte dos alunos na matéria de educação ambiental.

A média de disciplinas que trata de EA na instituição

Figura 4 - Q2: Na sua escola, qual é a média de disciplinas que trata de EA no processo de ensino e aprendizagem?

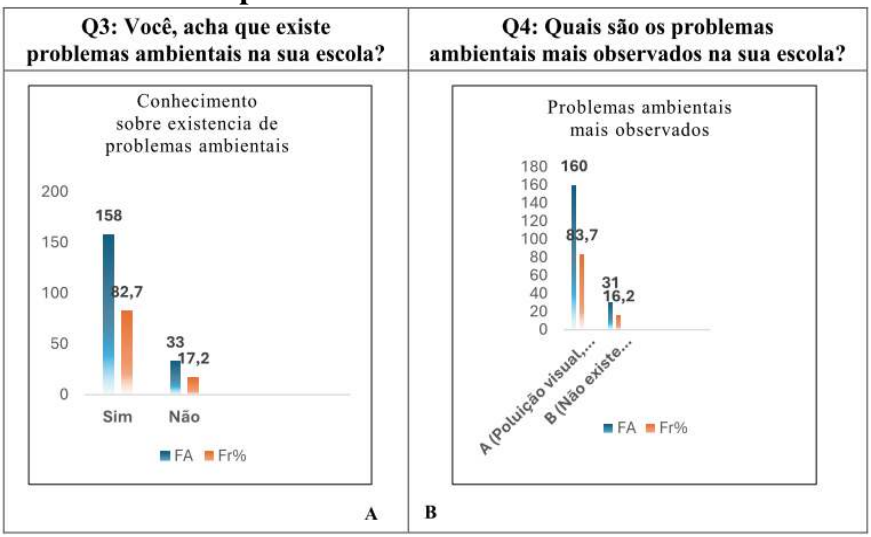


Fonte: Elaboração própria.

Os dados evidenciam que a maioria (64,3%) afirma ser uma (1) a média de disciplina que trata de educação ambiental, enquanto a minoria (2%) afirma que a média é de três (3) disciplinas. Este resultado pode indicar ao nível da instituição, o menor interesse no ensino e aprendizagem sobre educação (EA). Garlet (2010), em seu estudo sobre *Percepção ambiental de alunos do Ensino fundamental no Município de Nova Palma, RS*, discute e entende que o tema Educação Ambienta (EA), deve estar nos diversos conteúdos curriculares tratados em sala de aula, para que se possa alcançar os objetivos desejados. Nesta senda, no contexto de ensino e aprendizagem sobre EA, deve ser responsabilidade do professor em qualquer disciplina curricular.

Conhecimento sobre existência de problemas ambientais na escola e os principais mais observados

Figura 5 – Conhecimentos acerca de problemas ambientais na escola



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 5A dá-nos a informação de que 82,7% afirmam que há existência de problemas ambientais ao nível da escola, enquanto 17,2% não. Este resultado pode ser um estímulo por forma a chamar a atenção à sociedade estuda.

Entretanto, a verdade anterior veio a ser conferida (Figura 5B) quando muito (83,7%) indicam os principais problemas notáveis ao nível da escola (poluição visual, das águas, sonora, do ar, problema de resíduos sólidos, entre outros), o que pode significar que há necessidade de intervenção por forma a se buscar soluções

mais elaboradas para assegurar efetivamente o desenvolvimento local. Portanto,

> As especificidades da educação ambiental para o desenvolvimento local tornam-se um desafio para os agentes da escola, que devem ter a competência para mediar as questões ambientais entre as atividades escolares, a comunidade e as políticas públicas de educação ambiental. É a escola que deve discutir, elaborar, executar e avaliar o seu projeto educativo, visando atender aos anseios dos seus educandos (TENÓRIO; LIMA, 2018. p. 12).

Em contrapartida, poucos (16,2%) são unânimes em afirmar que não existe problemas ambientais que possam ser indicados.

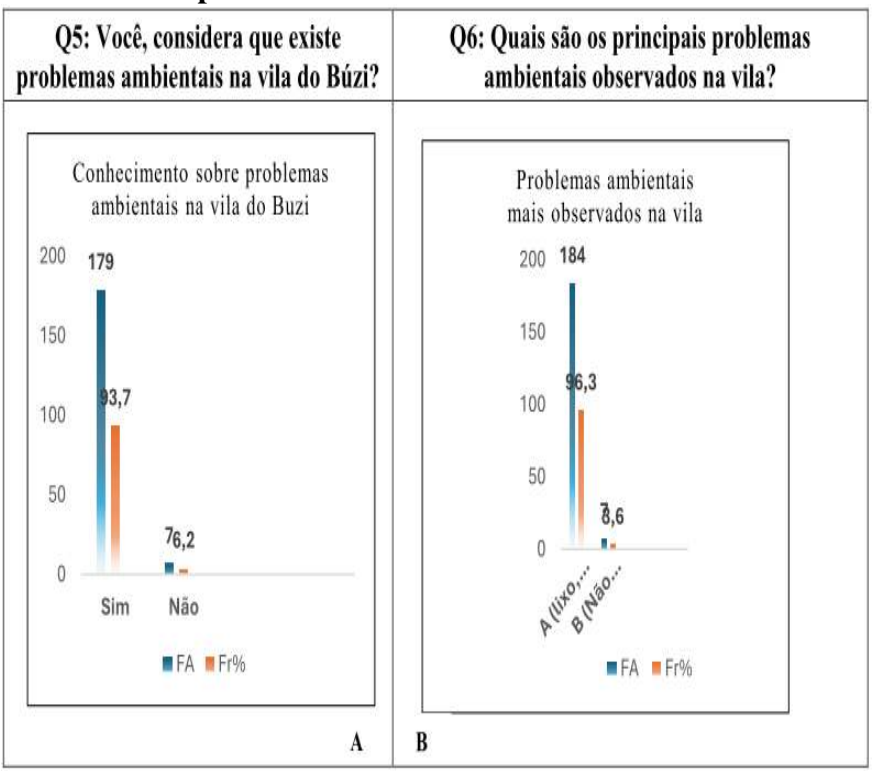
Conhecimento sobre existência de problemas ambientais na vila do Búzi e os principais mais observados

Ao nível da vila (Figura 6A) é considerado pela maioria (93,7%) a existência de problemas ambientais, enquanto a minoria (6,2%), não. Este resultado pode ser um estímulo mais estendido para priorizar os problemas ambientais e para um desenvolvimento local sustentável.

A ser assim (Figura 6B), a minoria (3,6%) não considera que existe problemas ambientais ao nível da vila, mas muitos (96,3%) indicaram o problema de lixo, desmatamento, queimada, poluição de ar, das águas e entre outros como sendo os mais evidentes. Entretanto, o resultado pode ser um indicativo para uma intervenção mais estendida, e de certa forma para garantir um desenvolvimento local sustentável. De acordo com Miranda (2008), os jovens

constituem o público – alvo mais promissor no processo de Educação Ambiental, pois sua consciência ambiental pode ser internalizada de maneira mais bem sucedida do que em adultos já formados e com comportamento enraizados. Ainda, podem representar as gerações futuras e serem multiplicadores eficazes, por forma a garantir a análise crítica das questões ambientais e sociais na comunidade.

Figura 6 - Conhecimentos acerca de problemas ambientais na Vila de Búzi



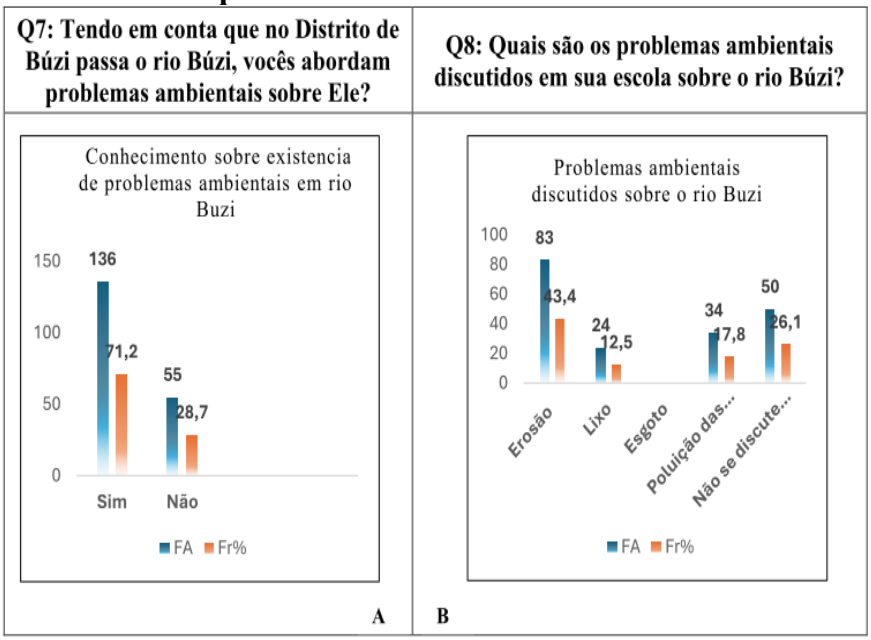
Fonte: Elaboração própria.

Conhecimento sobre existência de problemas ambientais no Rio Búzi e os principais mais discutidos

Com base na Figura 7A está claro que a maioria (71,2%) afirma abordar-se problemas ambientais sobre rio Búzi no processo de ensino e aprendizagem. Isso, vai de acordo com o PCESG (2013), que constata na política geral, um dos objetivos no Sistema Nacional de Educação (SNE) de harmonia com a lei nº 6/92, a traduzir-se em educação para o desenvolvimento económico e social, que consiste em educar a criança, o jovem e o adulto para o respeito e preservação do ambiente e do ecossistema. Por isso quanto ao estudo de impactos ambientais, é de lei a escola transmitir este conhecimento como forma de cumprir com o seu dever em transformar mentes por forma a preservar pelos problemas causados ao nível do rio porque contribui de certo modo para desenvolvimento local.

Em contrapartida, o pronunciamento da maioria (71,2%), pode indicar que essa abordagem é específica e que esteja provavelmente vinculada as aulas da disciplina de Geografia. Por isso, na identificação dos problemas mais discutidos (Figura 7B) muitos (43,4%) apontam a erosão, enquanto o lixo é indicado como sendo o problema pouco discutido (12,5%). Neste contexto, possivelmente os professores de geografia apoiam – se nas questões de transversalidade para trazer essa abordagem aos alunos. E mesmo assim, de acordo com o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), os temas transversais traduzem um conjunto de questões que preocupam a sociedade que, pela sua natureza social, não pertencem a uma área ou disciplina.

Figura 7 – Conhecimentos acerca de problemas ambientais no Rio Búzi



Fonte: Elaboração própria.

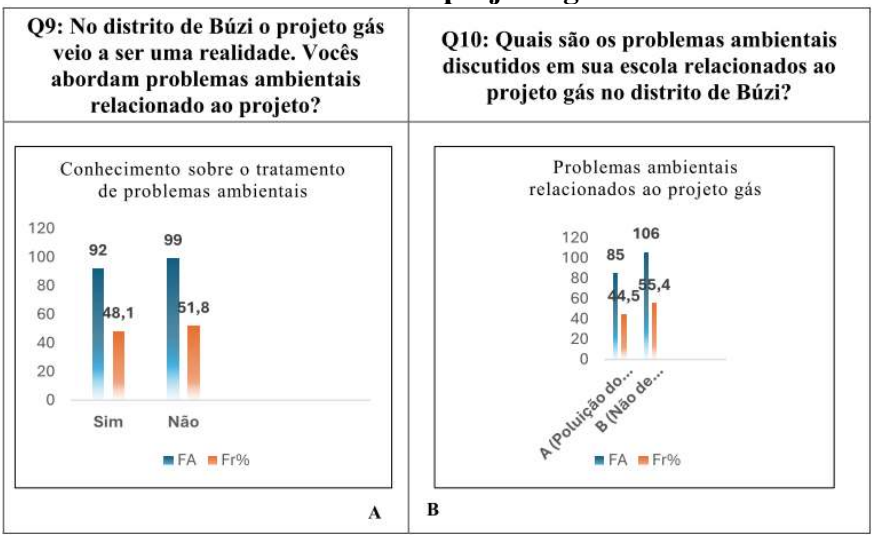
Tudo indica que as questões ambientais sobre o rio Búzi são tratadas tendo em conta o vínculo com uma determinada disciplina curricular, o que também põe em causa o desenvolvimento local de forma sustentável.

Conhecimento sobre abordagem de problemas ambientais relacionados a projeto gás em Búzi e os principais tipos

A abordagem sobre os problemas ambientais associados ao projeto gás em Búzi (Figura 8A) não foi conferido pela maioria

(51,8%), mas sim, pela minoria (48,1%). Isto pode significar que a questão de abordagem de temas transversais não está associada a educação ambiental (EA).

Figura 8 – Conhecimentos de problemas ambientais acerca de projetos gás em Búzi



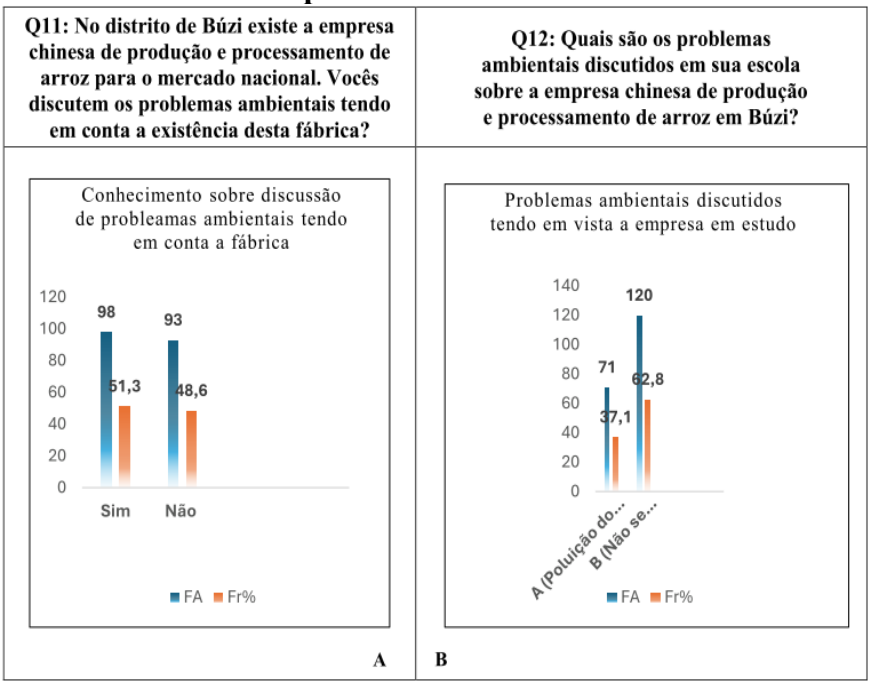
Fonte: Elaboralçao própria.

Nesta senda (Figura 8B), muitos (55,4%) afirmam não se discutir problemas ambientais relacionados ao projeto gás na vila do Búzi, contrário à minoria (44,5%) que indica a discussão sobre a poluição de ar, do solo e das águas. O resultado pode ser indício de que os professores ao tratarem de temas transversais não encontram brecha para associar questões ambientais associados a empresa em alusão, isto porque, conforme o PCESG (2013), o tratamento dos temas transversais mobiliza toda a comunidade escolar, instituições ou organizações ligadas aos temas acima referidos e a comunidade em geral a comprometerem-se coletivamente na formação dos

jovens. A leccionação destes temas exige ainda que se faça uma reflexão conjunta dos conteúdos a serem leccionados em cada um dos temas e as respectivas estratégias. Estas deverão privilegiar a discussão, a possibilidade de confrontar, argumentar e propor mudanças.

Conhecimento sobre abordagem de problemas ambientais com a relação à empresa chinesa de produção e processamento de arroz em Búzi, e os tipos respectivos

Figura 9 - Conhecimentos acerca de problemas ambientais e processamento de arroz em Búzi



Fonte: Elaboração própria.

Em relação a impactos ambientais causados pela empresa chinesa de produção e processamento de arroz ao nível da vila do Búzi (Figura 9A), afirma – se não se discutir conforme a maioria (51,3%), mas a minoria contradiz (48,6%). Este resultado, pode mais uma vez ser uma alerta de fracasso no tratamento de temas transversais, porque eles é que abrem essa oportunidade quando de forma oportuna é possível associar estudos ambientais tendo em conta a existência da empresa.

À vista do exposto (Figura 9B), a maioria (62,8%) não identificou os possíveis problemas ambientais que poderiam ser discutidos, enquanto a minoria (37,1%) sim. A não identificação dos possíveis problemas ambientais pode ser um facto de que os alunos não têm fundamento, ou seja, está evidente de que os alunos carecem de evidências. Ora, a educação ambiental a ser desenvolvida no espaço escolar deve ser compreendida como:

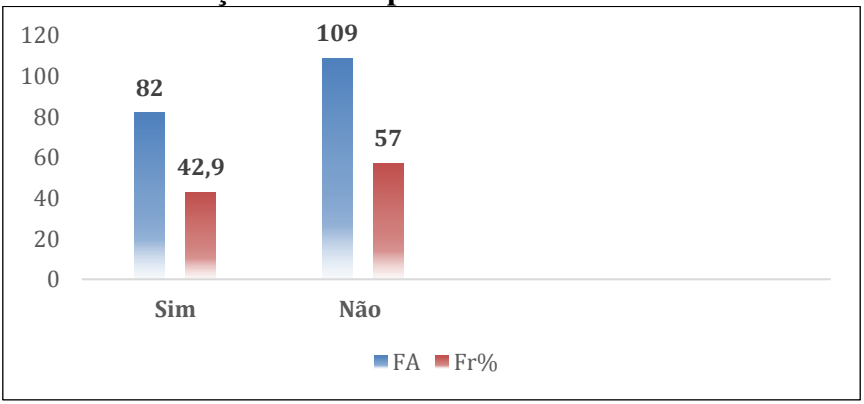
> Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p. 22).

O exposto, permite a compreensão de que a escola tem a responsabilidade de moldar os educandos apoiando – se nas políticas educacionais que o currículo escolar estabelece. Em torno disso, a escola deve ser criativa o suficiente para garantir sua intervenção nas questões ambientais relacionadas com as empresas instalada ao nível

da vila do Búzi, que de certo modo contribuem na poluição do meio ambiente. Fazendo isso, estará garantido o desenvolvimento local e sustentável.

Conhecimento sobre projetos locais de intervenção, desenvolvidos pela escola e relacionados com impacto ambiental

Figura 10 - Q13: Será que a escola desenvolve projetos de intervenção sobre impacto ambiental a nível local



Fonte: Elaboração própria.

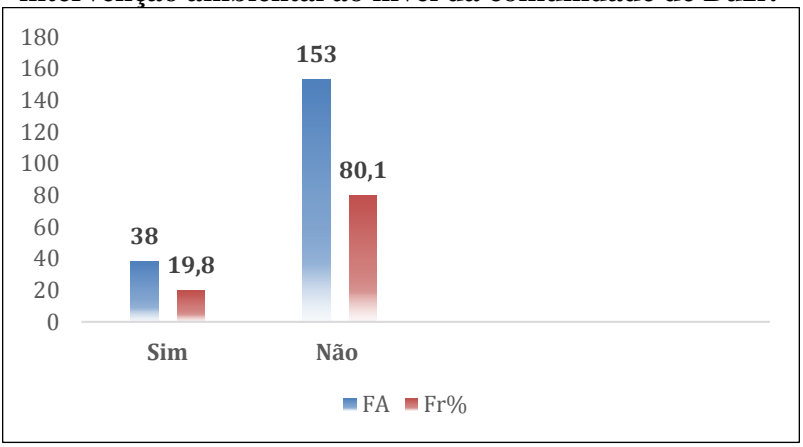
A escola (Figura 10) não desenvolve projetos locais de intervenção (57%), e isto pode significar que está em causa a associação entre as políticas locais de desenvolvimento e a escola como uma entidade aprovada para o efeito. O Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), ao propor a Integração de Conteúdos de Interesse Local, frisa entre outras formas, que poderá ser através de desenvolvimento de projetos específicos de interesse comunitário orientados pelo professor integrando, para além de alunos e pessoas da comunidade com o objetivo de desenvolver

atividades de carácter prático que tenham relevância socioeconómica.

A afirmação da minoria (42,9%) pode estar relacionada com projetos de intervenção comunitária aplicados pelas organizações não governamentais (ONGs), em que a comunidade escolar tem sido um dos seus focos, o que não permite dar mérito em termos de iniciativa à instituição educativa em alusão.

Conhecimento sobre participação dos alunos em projetos de intervenção na comunidade local?

Figura 11 - Q14: Você já participou em projetos de intervenção ambiental ao nível da comunidade de Búzi?



Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa (Figura 11) também confirma que a maioria (80,1%) nunca participa em projetos de intervenção ambiental ao

nível da comunidade do Búzi. Isso pode significar que existe a falta de plano de intervenção ambiental por parte da escola. Mas,

> É a escola que deve discutir, elaborar, executar e avaliar o seu projeto educativo, visando atender aos anseios dos seus educandos. Esse processo é condição para a instauração de uma forma democrática de organização do trabalho pedagógico escolar no qual as relações cooperativas de todos que integram a comunidade escolar fortalecem as responsabilidades com o projeto político-pedagógico, compreendido como "um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação da sua intencionalidade" (FAZENDA, 1995, p. 13).

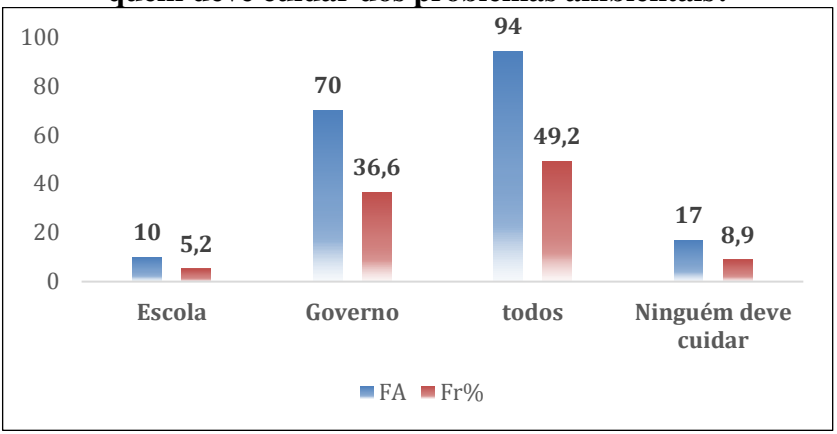
A confirmação da minoria (19,8%) pode ser um indicador dos que já fizeram parte dos projetos de intervenção comunitária desenvolvidos na vila do Búzi, pelas ONGs.

Opinião sobre o cuidado pelos problemas ambientais

A opinião de muitos (49,2%), confere que todos devem cuidar dos problemas ambientais e não a escola como afirma a minoria (5,2%). Educar que todos devem cuidar do meio ambiente é garantir que cada um faça a sua parte, assim como é passar a ideia de que a responsabilidade é de todos, mas, a escola tem um papel fundamental. Nisso, o estudo de Santana, Lima e Santos (2013), titulado "Práticas de educação ambiental projeto: escola e comunidade cuidando do meio ambiente", cujo objetivo era analisar uma proposta de EA desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil Berenice Campos, pertencente à rede municipal de ensino de

Aracaju, buscando identificar mudanças no cotidiano escolar dos alunos da referida escola. O estudo concluiu que, se queremos construir uma consciência de preservação do meio ambiente, a escola tem um importante papel a desempenhar na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Figura 12 - Q15: Na sua opinião, quem deve cuidar dos problemas ambientais?



Fonte: Elaboração própria.

E, havendo atitudes passadas pela escola pode garantir mais mentalidades críticas e permitir o entendimento de que todos temos que obviamente fazer parte do cuidado ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa, permitiu a avaliação de educação ambiental no entorno escolar e seu apoio no

desenvolvimento local. A partir da análise e discussão dos resultados, se constatou que os alunos já ouviram falar de educação ambiental - EA (86,6%), mas com a média de uma (1) disciplina que trata do assunto (64,3); a nível da escola há sérios problemas ambientais (82,7%), como a poluição visual, das águas, sonora, do ar, problema de resíduos sólidos, entre outros (83,7%). Ainda, estes problemas são extensivos a vila (93,7%), por ser evidente a presença de lixo, os problemas de desmatamento, queimada, poluição de ar, das águas e entre outros (96,3%).

Com relação a "conferir as ações dos atores de processo educativo no que concerne a prática da educação ambiental", se constatou que são tratados os problemas ambientais sobre rio Búzi no processo educativo (71,2%), unicamente a cerca de erosão (43,4%); não discorre sobre os impactos ambientais associados ao projeto gás em Búzi (51,8%), assim como não discorre sobre impactos ambientais causados pela empresa chinesa de produção e processamento de arroz na vila (51,3%). Ainda, a escola não desenvolve projetos locais de intervenção (57%), e não há participação de alunos em projetos de intervenção ambiental ao nível da comunidade estudada (80,1%).

Com relação a "distinguir as práticas escolares de educação ambiental e a sua ligação com o desenvolvimento local", e "conceber como as práticas pedagógicas dos atores do processo de ensino e aprendizagem integram as políticas públicas de educação ambiental, tendo em vista o desenvolvimento local", não foram encontrados dados relevantes para demonstrar, de forma que o procedimento continuasse. A ser assim, é consensual que todos devem cuidar dos problemas ambientais (49,2%), tendo em conta que a escola é responsável pela formação de ambientalistas.

Dada a importância do estudo, se sugere que as políticas públicas de desenvolvimento local estejam associadas a comunidade escolar, e que por sua vez haja um estímulo a todos níveis por forma

que os atores do processo educativo pratiquem ações ambientais sustentáveis e que impulsionam o desenvolvimento em alusão.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia cientifica**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2022.

FAZENDA, I. C. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Editora Papirus, 1995.

GARLET, G. P. "Destructive and protective roles of cytokines in periodontitis: a re-appraisal from host defense and tissue destruction viewpoints". **Journal of Dental Research**, vol. 89, n. 12, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

JESUS, P. "Desenvolvimento Local". *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Vaz, 2003.

LAYRARGUES, P. P. "A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação". *In*: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINED - Ministério da Educação e Cultura. **Plano Curricular do Ensino Secundário Geral**. Maputo: UEM, 2013. Disponível em: <www.eln.co.mz>. Acesso em: 23/12/2023.

MIRANDA, A. M. "Percepção ambiental: O despertar para o conhecimento científico através de uma horta educativa". **Anais do I Encontro de Educação do Colégio Gonçalves Dias**. Nova Iguaçu: EEGD, 2008.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ROZAS, G. "Pobreza y desarrollo local". **Excerpta**, n. 7, 2002.

SANTANA, E. S. *et al*. "Práticas de educação ambiental projeto: escola e comunidade cuidando do meio ambiente". **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**, vol. 1, n. 2, 2013.

SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

SURVEY MONKEY. Calculadora de tamanho de amostra. **Survey Monkey** [2023]. Disponível em: <www.surveymonkey.com>. Acesso em: 23/12/2023.

TENÓRIO, M.; LIMA, I. S. "Desenvolvimento e Educação: das práticas escolares da Educação Ambiental ao desenvolvimento local". **Educação em Foco**, vol. 21, n. 33, 2018.

TRINCHÃO, G. M. C.; SANTOS, D. M.; SANTOS, N. F. C. "Diálogos entre a Educação do Campo e o desenvolvimento local e sustentável". **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, vol. 3, n. 5, 2022.

CAPÍTULO 8

Ondas de Mudança:
O Poder das Palestras Sobre Conservação
Marinha em Escolas Secundárias de Moçambique

ONDAS DE MUDANÇA: O PODER DAS PALESTRAS SOBRE CONSERVAÇÃO MARINHA EM ESCOLAS SECUNDÁRIAS DE MOÇAMBIQUE

Albino Cândido Zacarias

Sónia Esperança Gemo

Jaime Ernesto Naene

Moisés António Palma

Carlos José Domingos Alface

O Dia Mundial do Oceano, celebrado em 8 de junho, é uma data dedicada à promoção da conscientização sobre a importância dos oceanos e à mobilização de ações globais para sua conservação. Na cidade da Beira, Moçambique, uma série de atividades educativas é organizada por empresas que actuam no mar para marcar esta ocasião, incluindo palestras em escolas locais. Estas palestras têm como objetivo educar os estudantes sobre a importância dos ecossistemas marinhos, os desafios enfrentados pelos oceanos e as ações que podem ser tomadas para protegê-los.

A educação ambiental nas escolas é reconhecida como um componente vital na formação de uma cidadania ambientalmente consciente e proativa. Ao fornecer conhecimentos sobre a biodiversidade marinha e os impactos da poluição, estas palestras buscam instilar valores de conservação e responsabilidade ambiental nos jovens (TILBURY, 1995; RICKINSON, 2001).

O presente estudo pretende avaliar a eficácia dessas palestras em aumentar o conhecimento dos estudantes sobre questões ambientais e em influenciar suas atitudes e comportamentos em

relação à conservação dos oceanos. Na Escola Secundária de Marrocanhe, serão exploradas a clareza e relevância das informações apresentadas, o nível de engajamento dos alunos e a aplicação prática do que foi aprendido.

A literatura destaca a importância das intervenções educativas no desenvolvimento de atitudes e comportamentos sustentáveis (Ardoin et al., 2013; Stevenson et al., 2014). Este artigo contribuirá para essa discussão, fornecendo uma análise detalhada das atividades educativas realizadas na Beira e seu impacto sobre os estudantes.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

A educação ambiental desempenha um papel crucial na formação de atitudes e comportamentos sustentáveis desde a infância (PALMER, 1998). As escolas são ambientes ideais para a implementação de programas educativos que promovem a conscientização sobre questões ambientais, como a conservação dos oceanos.

Segundo Bandura (1977), a teoria da aprendizagem social sugere que as crianças aprendem comportamentos observando e imitando modelos. Palestras interativas e atividades práticas em escolas podem fornecer esses modelos positivos, incentivando os alunos a adotar comportamentos ambientalmente responsáveis.

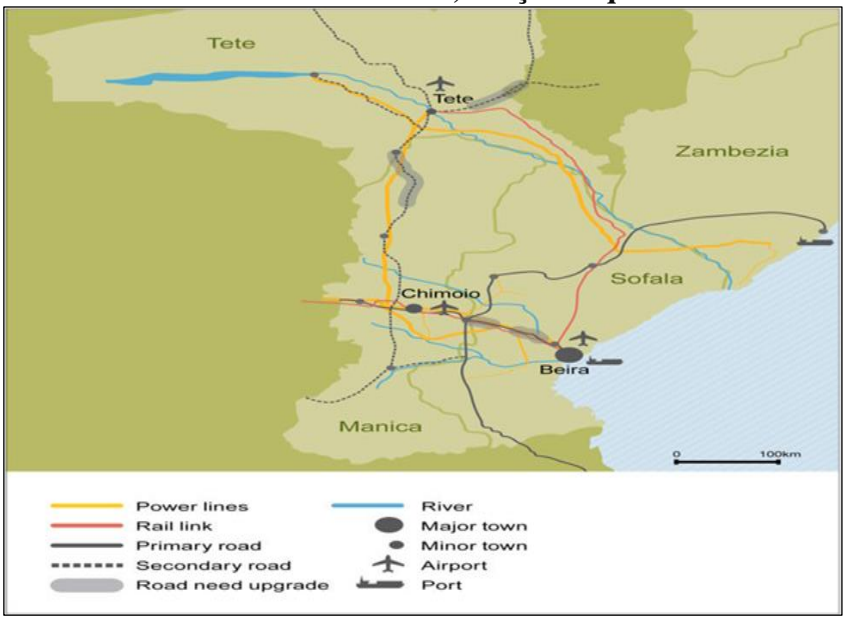
A abordagem pedagógica de John Dewey (1938), centrada na experiência e na interação ativa dos estudantes, é fundamental para a educação ambiental eficaz. Dewey defendia que a aprendizagem deve ser relevante e conectada às experiências reais dos alunos, o que pode ser alcançado através de palestras que discutem problemas locais de poluição marinha e práticas de conservação.

Estudos mostram que programas de educação ambiental em escolas podem ter efeitos duradouros na conscientização e no comportamento dos estudantes (STEVENSON *et al*., 2014). A integração de conteúdos sobre sustentabilidade nos currículos escolares é essencial para desenvolver uma cidadania ambientalmente consciente e proativa (ARDOIN *et al*., 2013).

METODOLOGIA

Área de estudo

Figura 1 - Localização geográfica da cidade da Beira, Moçambique



Fonte: Envisioning BAGC in geographical space.

A cidade da Beira está situada na província de Sofala, em Moçambique, ao longo da costa leste do país, banhada pelo Oceano Índico. Especificamente, suas coordenadas geográficas são aproximadamente 19°50' de latitude sul e 34°50' de longitude leste. Localizada na desembocadura do rio Púnguè, a Beira abriga um porto significativo no Oceano Índico.

Descrição das atividades

A palestra na Escola Secundária de Marrocanhe foi conduzida por educadores ambientais de várias instituições, incluindo os de Instituto Nacional de Inspecção do Pescado (INIP), IP – Delegação de Sofafa, e abordaram temas como biodiversidade marinha, poluição dos oceanos e práticas sustentáveis. As sessões incluíram atividades interativas e materiais didáticos.

Amostra

A amostra consistiu de 50 estudantes do nível básico (10ª Classe) do ensino secundário geral, concretamente na Escola Secundária de Marrocanhe, selecionados aleatoriamente. A seleção garantiu a inclusão de diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento prévio sobre os oceanos.

Ferramentas de coleta de dados

- Questionário estruturado: aplicado depois da palestra para avaliar o conhecimento prévio dos alunos e o impacto da palestra;

- Ficha de observação participante: utilizada durante a palestra para observar a participação dos alunos, a eficácia dos métodos de ensino e o nível do engajamento.

Técnicas de análise

- Análise quantitativa (análise estatística): os dados dos questionários foram analisados para identificar mudanças significativas no conhecimento e nas atitudes dos estudantes;
- Análise qualitativa (análise de conteúdo): a observação foi categorizada tematicamente para avaliar a eficácia da palestra e o nível de engajamento dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do estudo de caso: "Planeta Oceano – Os marés estão mudando"

A palestra destacou o dia mundial dos Oceanos criado em 1992 durante a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, e é celebrado anualmente em 8 de junho. A celebração visa chamar a atenção para a importância dos mares e oceanos, bem como para as ameaças que eles enfrentam.

Figura 2 - Imagem captada durante a realização de palestra



Fonte:Arquivo pessoal (2024).

Pontos discutidos na palestra

Os oceanos desempenham um papel fundamental para o equilíbrio ecológico do planeta e para a economia global. Eles são essenciais para a nossa sobrevivência, fornecendo recursos marinhos usados na alimentação, comércio, medicina, turismo e lazer. A produção de cerca de 70% do oxigênio que respiramos é atribuída aos oceanos, que também regulam o clima e fornecem riquezas naturais, como petróleo, diamantes e minerais, além de energia elétrica (NOAA, 2019).

Importância dos oceanos (ponto 1): os oceanos são cruciais para a produção de oxigênio e a regulação do clima. Eles também fornecem recursos econômicos valiosos, como petróleo e minerais, e são fontes de biodiversidade. A produção de oxigênio pelos oceanos ocorre principalmente através da fotossíntese realizada pelo fitoplâncton, que é fundamental para a manutenção da vida na Terra (FALKOWSKI, 2012).

Principais ameaças (ponto 2): os oceanos enfrentam várias ameaças, incluindo poluição, destruição de habitats, aquecimento global, sobrepesca e introdução de espécies invasoras. Estas ameaças colocam em risco a biodiversidade marinha, afetando mais de 236 mil espécies (HALPERN *et al*., 2015).

Destruição de habitats marinhos (ponto 3): destruição dos habitats marinhos pode ser causada por atividades humanas como o corte de manguezais, extração de recursos naturais, dragagem e construção de infraestruturas como hidrelétricas e portos. Esses processos resultam na perda de biodiversidade e na degradação dos ecossistemas marinhos (BARBIER *et al*., 2011).

Figura 3 - Imagem referente a destruição de habitats marinhos



Fonte: Arquivo própria

Aquecimento global (ponto 4): o aquecimento global provoca mudanças climáticas que afetam a vida marinha, como o

aumento da temperatura e do nível do mar, além do aumento da frequência e intensidade de tempestades tropicais. O derretimento das geleiras contribui para o aumento do nível do mar, ameaçando as áreas costeiras (IPCC, 2019).

Figura 4 - Impacto de aquecimento global para os mares



Fonte: Arquivo próprio.

Sobrepesca (ponto5): a sobrepesca é a exploração excessiva de espécies marinhas com alto valor econômico, como carapau, camarão, lagosta e caranguejo. Essa prática reduz drasticamente as populações dessas espécies, ameaçando sua sustentabilidade a longo prazo (PAULY *et al*., 2002).

Conclusão: as ameaças aos oceanos têm impactos profundos na biodiversidade marinha e nos serviços ecossistêmicos que eles fornecem. A celebração do Dia Mundial dos Oceanos é uma oportunidade para aumentar a conscientização sobre essas questões e promover ações para a conservação dos oceanos.

Figura 5 - Foto família após a palestra
(Esc. Sec. De Marrocanhe, Cidade da Beira)



Fonte: Arquivo próprio.

DAS ENTREVISTAS

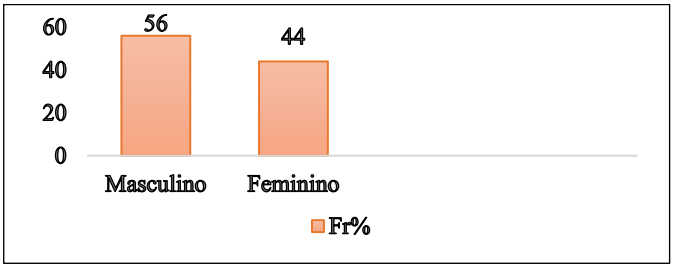
Gênero

O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos alunos por gênero. A análise de gênero em estudos de educação ambiental é crucial para entender as dinâmicas de participação e engajamento entre diferentes grupos.

A análise de gênero é fundamental para garantir que os programas educativos sejam inclusivos e eficazes para todos os

estudantes. Estudos demonstram que meninos e meninas podem ter diferentes níveis de interesse e engajamento em questões ambientais. Segundo Tindall, Davies, e Mauboulès (2003), as meninas tendem a mostrar maior preocupação e engajamento em práticas ambientais do que os meninos, o que pode influenciar a eficácia das intervenções educativas.

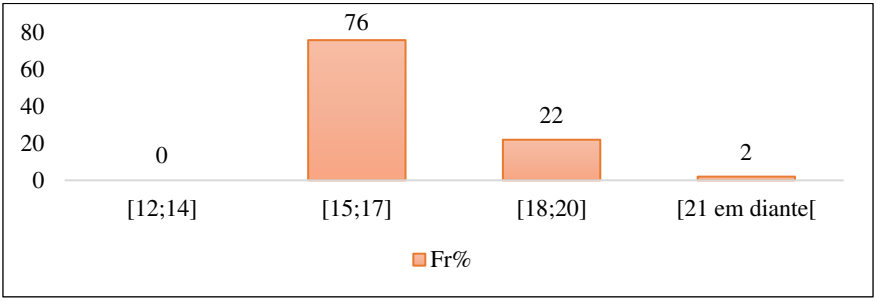
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaboração própria.

Faixa etária

Gráfico 2 - Faixa etária



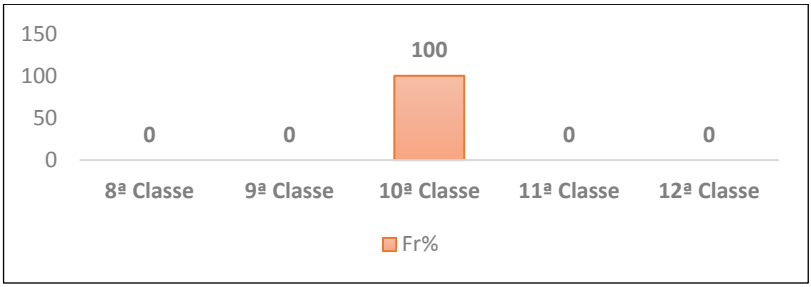
Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos alunos por faixa etária, um aspecto fundamental para a análise da efetividade das intervenções educativas em conservação marinha.

A idade dos alunos é um fator crítico na educação ambiental, pois influencia diretamente suas capacidades cognitivas, interesses e níveis de engajamento. Segundo Palmer (1998), as intervenções educativas devem ser adaptadas às diferentes faixas etárias para maximizar a eficácia do aprendizado. Crianças mais novas podem se beneficiar de atividades mais lúdicas e visuais, enquanto adolescentes e jovens adultos podem se engajar melhor com discussões e análises críticas de questões ambientais.

Anos de Escolaridade

Gráfico 3 - Anos de escolaridade



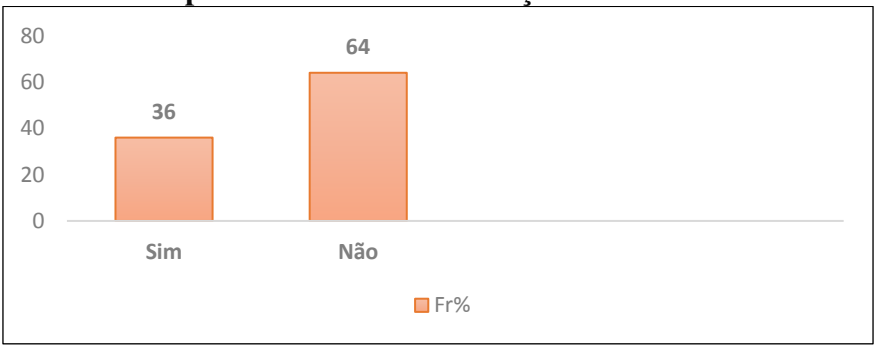
Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 3 mostra a distribuição dos alunos de acordo com a classe escolar, onde 100% dos alunos entrevistados pertencem à 10ª classe. Esta concentração pode ter implicações significativas para a interpretação dos resultados e a aplicação das intervenções educativas.

A concentração de alunos na 10ª classe sugere que as iniciativas educativas foram direcionadas a um grupo específico de idade e nível educacional. Estudos indicam que a efetividade da educação ambiental pode variar significativamente com a idade e o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos (PALMER, 1998). A 10ª classe geralmente corresponde a adolescentes com idade entre 15 e 16 anos, um período crítico para o desenvolvimento de valores e comportamentos ambientais

PARTICIPAÇÃO ANTERIOR EM PALESTRAS SOBRE CONSERVAÇÃO MARINHA

Gráfico 4 - - Participação anterior em palestras sobre conservação marinha



Fonte: Elaboração própria.

A participação anterior dos alunos em palestras sobre conservação marinha pode influenciar significativamente o nível de conhecimento e engajamento deles durante novas sessões educativas. Estudos mostram que a exposição repetida a conteúdos educativos aumenta a retenção de informações e a conscientização ambiental (ARDOIN *et al*., 2013).

Importância de aprender sobre a conservação dos oceanos na escola

Gráfico 5 - Importância de aprender sobre a conservação dos oceanos na escola



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos alunos reconhece a importância de aprender sobre a conservação dos oceanos na escola. Isso está alinhado com a literatura que destaca a educação ambiental como fundamental para a formação de uma cidadania ecológica consciente (PALMER, 1998).

Informações novas e interessantes: a palestra forneceu ou não?

Os resultados indicam que a maioria dos alunos considerou as informações fornecidas pela palestra novas e interessantes. Segundo Bandura (1977), conteúdos inovadores e relevantes são essenciais para captar a atenção e promover a aprendizagem efetiva.

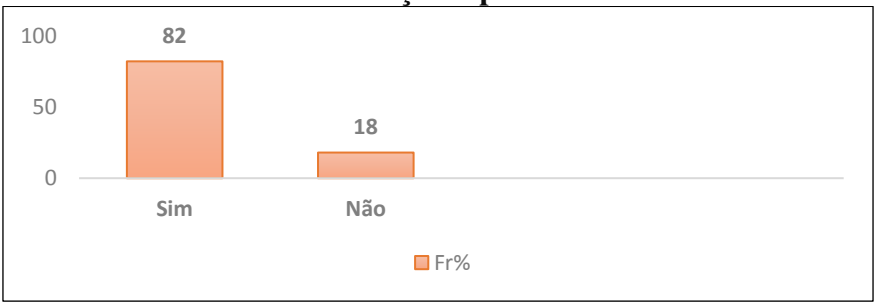
Gráfico 6 - Informações novas e interessantes fornecidas pela palestra



Fonte: Elaboração própria.

Facilidade de compreensão das informações apresentadas

Gráfico 7 - Facilidade de compreensão das informações apresentadas



Fonte: Elaboração própria.

Os alunos relataram que as informações apresentadas foram fáceis de entender. Este resultado apoia a abordagem pedagógica de John Dewey (1938), que defende a importância da clareza e da relevância do conteúdo educativo para a aprendizagem efetiva.

Motivação para proteger o ambiente marinho após a palestra

A palestra motivou a maioria dos alunos a proteger o ambiente marinho. Isso corrobora com estudos que indicam que intervenções educativas aumentam a motivação e o engajamento em práticas ambientais sustentáveis (STEVENSON *et al*., 2014).

Gráfico 8 - Motivação para proteger o ambiente marinho após a palestra

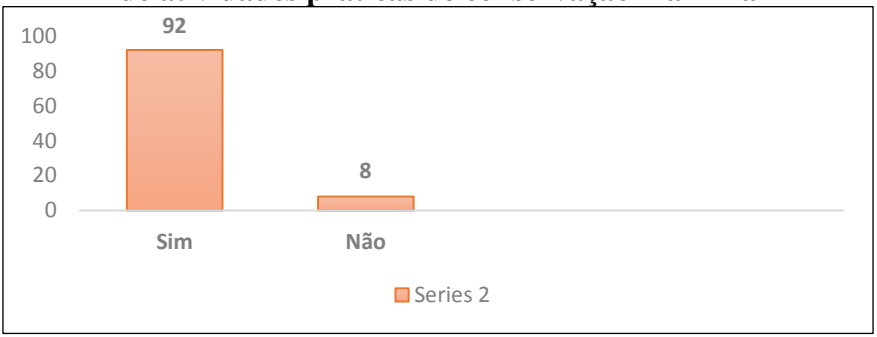


Fonte: Elaboração própria.

Interesse em participar de atividades práticas de conservação marinha

Os alunos mostraram interesse significativo em participar de atividades práticas, como limpeza de praias e plantio de mangais. A aprendizagem experiencial, conforme sugerido por Dewey (1938), é essencial para a internalização dos conceitos e para a formação de hábitos sustentáveis.

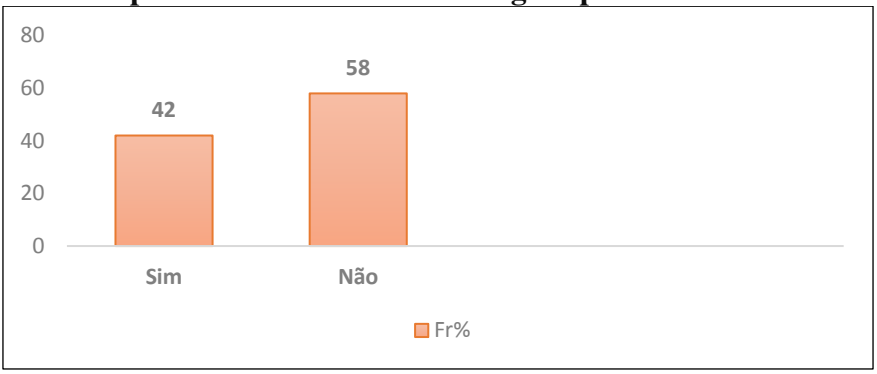
Gráfico 9 - Interesse em participar de atividades práticas de conservação marinha



Fonte: Elaboração própria.

Discussão do conteúdo da palestra com família ou amigos após o evento

Gráfico 10 - Discussão do conteúdo da palestra com família ou amigos após o evento



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 10 apresenta dados sobre a discussão do conteúdo da palestra sobre conservação marinha com familiares ou amigos

após o evento. Este é um indicador importante do impacto e da eficácia das palestras educativas, pois a disseminação de informações fora do ambiente escolar sugere internalização e valorização dos conhecimentos adquiridos.

A literatura sobre educação ambiental frequentemente enfatiza a importância da discussão e da reflexão como componentes críticos do processo de aprendizagem. Segundo Vygotsky (1978), a aprendizagem é um processo social que ocorre através da interação com os outros. Quando os alunos discutem o que aprenderam com familiares e amigos, estão reforçando e aprofundando seu entendimento do conteúdo, além de influenciar as atitudes e comportamentos daqueles ao seu redor.

A pesquisa de Stevenson *et al*. (2014) sugere que o envolvimento da família nas atividades de educação ambiental pode reforçar os valores e atitudes aprendidos pelos alunos. Quando os alunos levam o conhecimento para casa, eles têm o potencial de influenciar as práticas e comportamentos ambientais de sua família, criando um ambiente mais propício à conservação ambiental.

DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Informações gerais

A palestra foi realizada em 04.06.2024 na Escola Secundária de Marocanhe, contando com a participação de 50 estudantes da 10ª classe, com duração de 45 minutos. Estudos sugerem que a duração ideal de atividades educativas em ambientes escolares deve ser suficiente para cobrir os tópicos principais sem sobrecarregar os estudantes (STEVENSON *et al*., 2014). Além disso, o envolvimento de estudantes em diferentes faixas etárias e classes escolares pode

proporcionar uma visão ampla sobre a percepção e o impacto das atividades educativas (PALMER, 1998).

Participação

Tabela 1 - Participação

Categoria	Opções	Seleção
Nível de atenção dos alunos	Alto	X
	Médio	
	Baixo	
Número de perguntas feitas	0-5	X
	6-10	
	> 10	
Participação em atividades interativas	Alta	
	Média	
	Baixa	
	Não se aplica	X

Fonte: Elaboração própria.

A participação dos estudantes foi marcada por um nível alto de atenção, embora o número de perguntas feitas tenha sido baixo (0-5). Bandura (1977) destaca que o nível de atenção é um indicador crucial para a efetividade do aprendizado. A ausência de perguntas pode ser interpretada como um indicativo de clareza das informações ou, alternativamente, como uma falta de engajamento interativo, sugerindo uma oportunidade para melhoria na metodologia de ensino (DEWEY, 1938).

Conteúdo da Palestra

Tabela 2 - Conteúdo da Palestra

Categoria	Opções	Seleção
Clareza das informações apresentadas	Muito clara	X
	Clara	
	Pouco clara	
Relevância dos tópicos discutidos para os alunos	Muito relevante	X
	Relevante	
	Pouco relevante	

Fonte: Elaboração própria.

A clareza das informações foi considerada muito clara, assim como a relevância dos tópicos. A clareza da comunicação é essencial para a compreensão efetiva dos estudantes (RICKINSON, 2001), e a relevância dos tópicos discutidos é crucial para manter o interesse e a motivação dos alunos (TILBURY, 1995).

Recursos utilizados

Não foram utilizados recursos audiovisuais, e a efetividade dos recursos foi considerada eficaz. O uso de recursos audiovisuais pode aumentar a compreensão e retenção de informações (STEVENSON *et al*., 2014), e sua ausência pode ter contribuído para a avaliação de clareza muito fraca.

Tabela 3 - Dados sobre recursos utilizados

Categoria	Opções	Seleção
Uso de recursos audiovisuais	Sim	
	Não	X
Efetividade dos recursos utilizados	Muito eficaz	
	Eficaz	X
	Pouco eficaz	

Fonte: Elaboração própria.

Interação e compreensão

Tabela 4 - Interação e compreensão

Categoria	Opções	Seleção
Compreensão aparente dos alunos sobre o tema discutido	Alta	X
	Média	
	Baixa	
Interação entre palestrantes e estudantes	Muito boa	
	Boa	X
	Fraca	

Fonte: Elaboração própria.

A compreensão aparente foi alta, e a interação entre palestrantes e estudantes foi considerada boa. A interação efetiva é fundamental para o aprendizado ativo e engajado, conforme discutido por Dewey (1938).

Infraestrutura

Tabela 5 - Dados sobre infraestrutura

Categoria	Opções	Seleção
Adequação do local	Muito adequado	
	Adequado	X
	Pouco adequado	
Conforto e acessibilidade do espaço	Muito confortável	
	Confortável	X
	Pouco confortável	

Fonte: Elaboração própria.

A infraestrutura foi avaliada como adequada e confortável. A adequação do ambiente físico é importante para a eficácia das atividades educacionais (ARDOIN *et al*., 2013).

Observações adicionais

Os estudantes mostraram um comportamento positivo, porém a falta de interação através de perguntas sugere a necessidade de estratégias mais envolventes (BANDURA, 1977). A inclusão de recursos audiovisuais e atividades interativas pode aumentar a eficácia das palestras futuras (STEVENSON *et al*., 2014).

Tabela 6 - Dados sobre observações adicionais

Item	Descrição
Comportamento notável dos estudantes	Os estudantes demonstraram curiosidade e respeito durante a palestra, mas houve pouca interação com perguntas.
Sugestões para futuras palestras	Incluir mais atividades interativas e uso de recursos audiovisuais para melhorar a clareza e engajamento dos alunos.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de palestras educativas sobre a conservação dos oceanos nas escolas da cidade da Beira mostrou-se uma estratégia eficaz para aumentar o conhecimento ambiental dos estudantes e incentivar comportamentos sustentáveis. A análise dos resultados revelou que a maioria dos alunos considerou as informações apresentadas novas e interessantes, o que indica a eficácia do conteúdo e da abordagem pedagógica adotada. Além disso, a motivação dos alunos para proteger o ambiente marinho e o interesse em participar de atividades práticas refletem a relevância e o impacto positivo das palestras.

A inclusão de conteúdos claros e relevantes, alinhados com métodos de ensino interativos, contribuiu significativamente para a compreensão e retenção das informações pelos alunos. A análise de gênero e faixa etária reforçou a necessidade de adaptar as intervenções educativas às características específicas dos diferentes grupos, garantindo a inclusividade e eficácia do programa.

Apesar dos resultados positivos, foram identificadas áreas para melhoria, como o aumento do uso de recursos audiovisuais para enriquecer a apresentação e fomentar maior interação entre palestrantes e estudantes. Essas melhorias podem potencializar ainda mais os efeitos das atividades educativas, promovendo uma cidadania ambientalmente consciente e proativa.

Em suma, este estudo reforça a importância da educação ambiental nas escolas como uma ferramenta crucial para a conservação marinha e sugere que a continuidade e expansão dessas iniciativas podem contribuir significativamente para a proteção dos oceanos em Moçambique.

REFERÊNCIAS

ARDOIN, N. M. *et al*. "An exploration of future trends in environmental education research". **Environmental Education Research**, vol. 19, n. 4, 2013.

BANDURA, A. **Social Learning Theory**. New York: Prentice Hall, 1977.

BARBIER, E. B. *et al*. "The value of estuarine and coastal ecosystem services". **Ecological Monographs**, vol. 81, n. 2, 2011.

DEWEY, J. **Experience and Education**. London: Kappa Delta Pi, 1938.

FALKOWSKI, P. G. "Ocean Science: The power of plankton". **Nature**, vol. 483, 2012.

HALPERN, B. S. *et al*. "Spatial and temporal changes in cumulative human impacts on the world's ocean". **Nature Communications**, vol. 6, n. 1, 2015.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate**. New York: IPCC, 2019.

NOAA - National Oceanic and Atmospheric Administration. **Why should we care about the ocean?** Washington: NOAA, 2019.

PALMER, J. A. **Environmental Education in the 21st Century**: Theory, Practice, Progress and Promise. London: Routledge, 1998.

PAULY, D. *et al*. "Towards sustainability in world fisheries". **Nature**, vol. 418, 2002.

RICKINSON, M. "Learners and learning in environmental education: A critical review of the evidence". **Environmental Education Research**, vol. 7, n. 3, 2001.

STEVENSON, R. B. *et al*. **International Handbook of Research on Environmental Education**. London: Routledge, 2014.

TILBURY, D. "Environmental education for sustainability: Defining the new focus of environmental education in the 1990s". **Environmental Education Research**, vol. 1, n. 2, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society**: The Development of Higher Psychological Processes. New York: Harvard University Press, 1978.

CAPÍTULO 9

Afectividade do Professor no
Processo de Ensino-Aprendizagem:
Estudo de Escola Básica de Cerâmica em Moçambique

AFECTIVIDADE DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: ESTUDO DE ESCOLA BÁSICA DE CERÂMICA EM MOÇAMBIQUE

Felicidade Janete Arlindo Cherenga

Fenias Sabino Mutuque

Nos seres humanos, a afectividade representa uma das características presentes no decorrer do seu desenvolvimento. Assim, todas relações sociais ocorrem em virtude das manifestações afectivas, que desempenham um papel fundamental no processo de construção do conhecimento vinculado aos interesses e necessidades individuais.

A afectividade envolve várias manifestações como sentimentos e emoções, que em uma sala de aula serão norteadores de todo o processo de ensino aprendizagem. Onde o professor e aluno devem interagir mutuamente compartilhando suas experiências que ajudarão na consolidação das matérias estudadas.

Desta forma, a dimensão da afectividade deve ser vista como um factor fundamental na aprendizagem e no estabelecimento de elos sociais sólidos e maduros. Contudo, isso não implica aludir que existe uma resposta pronta capaz de esgotar o conceito de afectividade no relacionamento entre o professor e o aluno. Para Dantas (1993 *apud* PEREIRA, 2010), a afectividade se faz presente em todas as etapas do desenvolvimento infantil e o indivíduo estabelece diversas maneiras de lidar com cada nova exigência. Para uma criança pequena, o colo e o afago são significativos e fazem bem para uma determinada ocasião; para uma criança maior, as palavras de carinho, incentivo, conforto e encorajamento já trazem marcas diferenciadas; para um adolescente ou jovem, o respeito, o

entendimento, o diálogo favorecerão uma relação saudável e de constante aprendizado.

Dito de outra forma, procurar uma resposta pronta para a afectividade no relacionamento entre professor e aluno seria ilusório e desnecessário, porque as situações vivenciadas em uma sala de aula reúnem tantas especificidades como ensino, aprendizagem, relacionamentos interpessoais resultando num inter-jogo de afectividade, valores, diferenças, de acordo com Silva (2019), exige também muito de sensibilidade e intuição do professor para fazer a leitura precisa do que está ocorrendo no momento exacto.

Porém, quando se fala em proporcionar uma relação professor e aluno baseada no afecto, de modo algum, deve-se confundir aqui afecto com permissividade. Pelo contrário, Silva (2013), diz que a acção do professor deve impor limites e possibilidades aos alunos, fazendo com que estes percebam o professor como alguém que, além de lhe transmitir conhecimentos e preocuparem-se com a apropriação dos mesmos, compromete-se com a acção que realiza, percebendo o aluno como um ser importante, dotado de ideias, sentimentos, emoções e expressões.

Todo professor que deseja fazer chegar sua prática pedagógica deve buscar desenvolver actividades que envolvam os alunos de forma integrada, ou seja, deve orientar sua prática para que desenvolva a expressividade, a emoção, a personalidade e o pensamento criativo. Nisto, Freire (2011) compreende que "como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista […]" (p. 146).

Destarte, com esta pesquisa evidencia-se como na relação professor-aluno a afectividade pode-se tornar um factor que contribui para a riqueza da intenção levando ao respeito às diferenças

no que diz respeito a conhecimento prévio, tempo de cada aluno e as disciplinas estudadas.

Quando aos objectivos, o artigo procura de forma geral compreender o contributo da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica de Cerâmica. E forma específica, (i) identificar os factores que contribuem para afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem; (ii) descrever acções de gestão da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem; (iii) aferir estratégias usadas para gestão da afectividade no processo de ensino-aprendizagem.

CONCEITUALIZAÇÃO

Em geral, entende-se por afectividade como sendo o conjunto de factos que fazem parte da vida afectiva caracterizados pela sua associação ao prazer, à dor, à alegria ou à perda. Segundo Moreno (2010), a afectividade desempenha um papel crucial na aprendizagem e é ela que desencadeia e orienta a actividade da criança.

No entendimento de Vygotsky (1998), a afectividade "é um elemento cultural que faz com que tenha peculiaridades de acordo com cada cultura" (p. 42). Elemento importante em todas as etapas da vida da pessoa, a afectividade tem relevância fundamental no processo de ensino aprendizagem no que diz respeito à motivação, avaliação e relação-professor e aluno.

Abbagnano (1998),sublinha que a palavra afectividade designa o conjunto de actos ou de atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a protecção, o apego, a gratidão, a ternura, etc. que, podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa "preocupa-se com" ou "cuida de" outra

pessoa ou em que esta responde, positivamente, aos cuidados ou a preocupação de que foi objecto.

Com base nessas posições, entende-se claramente que o individuo pode transformar-se em um ser humano capaz ou não de enfrentar de forma positiva os problemas durante toda a sua vida dependendo da afectividade recebida ou não recebida durante o convívio social, profissional entre outros seguimentos.

A AFECTIVIDADE ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Tendo em conta que a afectividade na relação professor e aluno ocorrem em decorrência de interacções sucessivas, são a partir dessas relações que ambos adquirem novas formas de pensar e agir e, dessa forma constrói-se novos conhecimentos. Assim, a afectividade faz parte de todo o indivíduo como uma fonte geradora de energia e força.

De acordo com Silva (2019), o adulto que constrói uma boa relação afectiva consegue adquirir segurança e equilíbrio com maior facilidade, passando a ter interesse pela realidade e com isso passa a realizar com maior habilidade uma leitura do contexto que está inserido apresentando uma melhor compreensão e um melhor desenvolvimento intelectual.

Existe uma ligação entre o desenvolvimento afectivo e o intelectual, sendo que a área intelectual apresenta as formas de cada etapa da afectividade, controla a actividade pessoal na esfera das acções, da vontade, da memória, de pensamento, na instintiva complementando o equilíbrio e harmonia da personalidade. Nesta linha de ideia, Vygostski (1998), baseando-se na importância das interacções sociais, traz a ideia que a aprendizagem ocorre a partir da intensa relação social entre os indivíduos.

O processo de ensino e aprendizagem e a afectividade fazem parte de um mesmo círculo, e ambos devem caminhar juntos, havendo uma relação interpessoal entre o professor e o aluno, onde o papel da afectividade vem a ser ponto crucial nesta relação. Segundo Cunha (2012), a nossa interacção não é feitura de um livro sobre a história da educação, mas observar como a escola foi alicerçada sobre pilares que não promovem um ensino democrático, afectivo e acessível a todos, com reflexos na cultura que se estabeleceu na relação professor e aluno.

Figueiredo e Sales (2016) referem que as escolas infelizmente ainda têm um modelo repressor e indiferente, as relações entre os professores e os alunos são bastante restritas, os conteúdos vazios, baseado em repasses, o respeito mútuo tem sido deixado de lado, as emoções são relevadas e ouvir o outro se torna perda de tempo.

A escola como um todo (professores, gestores, alunos etc.), tem papel fundamental no estímulo ao desenvolvimento e na formação do educando, buscando metodologias que ajudem os educandos a se tornarem mais seguros e preparados para os desafios que a vida traz no meio familiar, escolar e profissional, ao chegar a escola o aluno traz consigo suas bagagens afectivas e emocionais envolvidas em sua vivência.

Vygotsky (1998), ao destacar a importância das interacções sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interacção entre as pessoas.

Portanto, a aprendizagem está ligada à afectividade, já que ocorre essa interacção social, não sendo um processo que afecta apenas o cognitivo do educando. Quando há interacção e mediação em sala de aula, se constrói o conhecimento, a partir desta relação o

educando passa a ter autonomia e todas as suas experiências vão fazer parte de sua história, influenciando directamente no processo de ensino e aprendizagem. Através destas experiências, desta troca de saberes vividas em sala de aula entre o professor e o aluno, o afecto se torna constante em trocas positivas de conhecimento, autonomia, capacidade e confiança para os alunos tomarem determinadas decisões.

A Afectividade e a Construção do Conhecimento

Nesta secção aborda-se de forma aprofundada o conceito da afectividade elucidando o seu grande valor na construção do conhecimento. E no cerne dessa questão centra-se a relação de carinho ou cuidado que se tem com alguém íntimo ou querido.

Como vem se vincando, a afectividade exprime-se no clima de empatia, paixão, de ternura, da compreensão para consigo mesmo, para com os outros e para com o conhecimento dos conteúdos. A afectividade dinamiza as interacções sociais, as trocas, a busca, os resultados. Facilita a comunicação, toca os participantes, promove a união. O clima afectivo prende totalmente, envolve plenamente, multiplica as potencialidades. Em função disto, Ramos (2011), refere que tentar estudar a importância das nossas emoções para o desenvolvimento do conhecimento é compreender o processo psicológico da relação existente entre os aspectos cognitivos e afectivos os quais exercem influência decisiva no nosso interesse em querer aprender.

Segundo Porto (2007), "Piaget foi um dos teóricos que se aplicou ao estudo do aspecto cognitivo, o qual descobriu as chamadas estruturas de cognição, hoje reconhecidas por um número significativo de pesquisadores e estudiosos" (p. 47). Tais estruturas

constituem a nossa inteligência que tem influência na afectividade. Essas estruturas organizam o tempo, o espaço, a causalidade, isto é, transformam as informações em entidades significativas.

Para buscar compreender a conceituação da afectividade e a sua importância no processo de aprendizagem, é importante distinguir afectividade de suas manifestações, diferenciando-se da emoção, dos sentimentos e das paixões, pois pelo entendimento dos estudos analisados, a afectividade não se apresenta propriamente em uma classificação dos fenómenos afectivos, mas, simplesmente, de um grupamento desses mesmos fenómenos.

> As emoções seriam os fenómenos afectivos mais elementares e mais independentes, de carácter quase sempre hereditário ou congénito, pois podem ser observadas em muitas espécies animais e no próprio homem antes do nascimento. Já os sentimentos seriam fenómenos afectivos mais complexos e menos puros, porque sempre estariam relacionados a elementos representativos. Finalmente as paixões seriam os fenómenos afectivos de maior complexidade, porque compreenderiam grande variedade de outros processos da vida psíquica, tanto os de natureza puramente representativa (ideias, concepções) como os de natureza activa (actos, realizações, etc.) (BONOW, 2011, p. 35).

Em outras palavras, a afectividade é um termo utilizado para identificar um domínio funcional mais abrangente, no qual aparecem diferentes manifestações: desde as primeiras, basicamente orgânicas, até as diferenciadas como, as emoções, os sentimentos e as paixões. Isso mostra que a afectividade é composta por emoções, sentimentos e paixões; as duas últimas correspondem ao período de evolução da criança, quando vão surgindo os elementos simbólicos.

Tratando dos fenómenos afectivos, Bonow (2011), esclarece que a psicologia moderna faz distinção dos fenómenos afectivos com os fenómenos da sensibilidade. Este está relacionado com as sensações dolorosas que são diferentes dos sentimentos de dor ou desprazer. Não quer dizer que as sensações dolorosas não venham acompanhadas de um sentimento dolorido. Um exemplo disso é quando algo, como uma queimadura, um corte, etc. provoca uma sensação dolorosa e a pessoa pode sentir a dor (sentimento de dor ou desprazer) com intensidade diferente podendo até sentir satisfação em ser queimada naquele ponto.

Em outro âmbito de abordagem da emoção, por exemplo, em termos de conhecimento ou de adaptação física ao ambiente, Teles (2004) elucida que," nós não nos relacionamos apenas com o meio de forma directa" (p. 142). Para o autor ligamo-nos com as coisas do ambiente afectivamente, emocionalmente. Com frequência, as coisas, as pessoas, as atitudes que nos cercam têm sua coloração afectiva, mesmo que não percebemos em plano consciente. Essas coisas, pessoas e atitudes provocam em nós maiores ou menores reacções emocionais.

Conceitualmente, afectividade é a mistura dos sentimentos, que dão o colorido especial a conduta de cada um, nas nossas vidas e no desenvolvimento da aprendizagem. Os nossos afectos se expressam em nossos desejos, sonhos, fantasias, expectativas, palavras, gestos, no que aprendemos e pensamos sobre as coisas. É o que nos faz viver.

Ademais, a afectividade chega apresentar de forma esquematizada as três características e propriedades dos fenómenos afectivos, elementos a qual se baseiam na "teoria tridimensional" de Guilherme Wundt. Para Wundt (*apud* RAMOS, 2011), a primeira é a tonalidade afectiva ou colorido afectivo, consiste na bipolaridade do prazer-desprazer que envolve, necessariamente, qualquer forma de actividade psíquica consciente ou inconsciente. A segunda

característica é a tonicidade, acompanha qualquer processo de natureza mental e que se gradua ao longo de uma escala cujo extremo máximo é a exaltação e cujo extremo mínimo é a depressão. E a última característica é a intensidade, consiste no grau quantitativo da energia mental que também se distribui ao longo de uma escala cujo extremo positivo ou máximo é a excitação, e o extremo negativo ou mínimo é a inibição.

METODOLOGIA

Para a prossecução dos objectivos recorreu-se a abordagem qualitativa, dado que o estudo visa compreender a dimensão da efectividade na relação professor-aluno e sua contribuição para a consolidação do processo de aprendizagem na Escola Básica de Cerâmica. De acordo com Chizzotti (2008), a pesquisa qualitativa responde às questões particulares em ciências sociais, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, como a subjectividade dos sujeitos envolvidos.

Face a abordagem qualitativa o estudo adoptou caracter exploratório, por garantir maior proximidade entre a pesquisadora e o objecto de estudo. Segundo Gil (2009), a pesquisa exploratória "visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses" (p. 16). Assim, envolveu levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, neste caso concreto a efectividade entre professor e aluno na Escola Básica de Cerâmica. Nas entrevistas semi-estruturadas fizeram parte 15 pessoas, sendo 1 gestor, 4 professores e 10 alunos desta escola. A escolha dos participantes prende-se ao facto de constituírem os principais alvos de todo processo de ensino-aprendizagem, razão

pela qual acredita-se que a participação destes ajudou no alcance dos objectivos traçados.

Quanto às técnicas de recolha de dados para além da entrevista, recorreu-se a observação participante e análise de documental. Vale salientar que para a efectivação da entrevista realizou-se o guião de entrevista, que constavam perguntas abertas, com intuito de proporcionar mais abertura durante a conversação entre a pesquisadora e os entrevistados. Por sua vez, a observação foi útil por possibilitar colectar de dados, documentar e entender, por meio do olhar atento. Quem colabora com essa ideia é Gil (2009), quando refere que a observação "representa uma técnica de investigação baseada no olhar atento a um número limitado de estímulos com o propósito de obter informações úteis sobre o fenómeno pesquisado" (p. 121). Assim, a observação foi participante, que consistiu num olhar atento nas salas de aulas da Escola Básica de Cerâmica de modo a percepcionar-se como se efectiva a dimensão da afectividade entre os professores e alunos durante o PEA. Com a análise documental foi possível obter alguns dados ou informações nos documentos (tais como fichas de avaliação de desempenho dos professores, onde constam alguns itens sobre a relação professor-aluno) a serem fornecidos pela direcção da Escola Básica de Cerâmica, que incidiram sobre o grau de afectividade que os professores proporcionam aos alunos no PEA. Como refere Cellard (2008), a análise documental é o "momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do contexto" (p. 303).

Para a análise dos dados obtidos recorreu-se à análise de conteúdos, codificação, classificação e triangulação. Fez-se o uso da análise de conteúdos por ser uma técnica muito utilizada na análise de dados qualitativos e, é compreendida como técnica de pesquisa

cujo objectivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento.

No processo de codificação foram atribuídos códigos a cada grupo de intervenientes ou classes dos constituintes dos participantes da pesquisa de modo a facilitar a organização das respectivas respostas e posterior tabulação das principais ideias de cada grupo. Deste modo usou-se a sigla "GE" para identificar os Gestores de Escola. E "P1…4" representando Professor 1 a 4, e "A1…10" para identificar Aluno 1 a 10. Para Lakatos e Marconi (2012), codificação é a operação técnica segundo a qual os dados são categorizados.

Na classificação organizou-se as ideias dos entrevistados de modo a retirar as informações não necessárias para a pesquisa fornecidas pelos grupos alvos no momento da conversa bilateral com intuito de extrair apenas o essencial para o estudo.

Outra técnica utilizada foi a triangulação, que consistiu na associação de várias outras técnicas (observação directa, entrevista e analise documental) para o apuramento das informações. Na triangulação, as informações provenientes de diferentes fontes ou ângulos podem ser empregadas para corroborar, aprofundar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de obtenção dos resultados decorreu envolvendo três alvos: gestor de escola, professores e alunos. Por isso, a discussão dos resultados foi feita com base nos resultados apresentados pelos entrevistados.

Sobre o contributo da afectividade do professor no PEA, procurou-se saber se a afectividade do professor contribui no processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica de Cerâmica? Se

sim, qual é o contributo da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica de Cerâmica? Se não, porquê?

Para essas questões os participantes referiram o seguinte:

> Sim. O contributo é de despertar o interesse dos alunos no PEA, na medida em que o aluno percebe o afecto, o carinho e a preocupação do professor para com o aluno, e desperta neles interesse pelo PEA (GE).
>
> Sim, ajuda porque o aluno entende com facilidade a matéria por causa do carinho do professor (P1).
>
> Sim. Os alunos já têm autoconfiança e vejo na assimilação das aulas, a maneira como fazem os exercícios, na leitura há mais desenvolvimento, e a sua forma de pensar e de agir com relação a educação mudou bastante (P2).
>
> Sim, ajuda bastante porque eles ficam mais abertos para falar livremente o que pensam (P3).
>
> Sim. A afectividade chega a lhes beneficiar havendo abertura entre eles mesmo com o professor (P4).

De facto, quando os professores mostram-se carinhosos para os seus alunos quer na sala de aula, quer no recinto escolar, como resultado disso estabelece-se uma forte relação entre eles, que passa ser um elemento bastante profícuo capaz de propiciar um bom ambiente de ensino e aprendizagem. Porque os alunos passam a ser mais interactivos, partilhando suas experiências com os seus professores, e também entre eles mesmos, o que dificilmente se observa quando não há afectividade do professor.

E é preciso lembrar que a falta de afectividade por parte do professor pode minar todo ambiente de ensino e aprendizagem, deixando os alunos mais tímidos e menos interactivos. Por isso, o afecto do professor deve se fazer sentir em todos os alunos, sem propiciar exclusão alguma. Como salienta Costa (2021), o afecto tem por si só um potencial revigorante na sua essência, e pode ser significativo pelas relações que se estabelecem e se desenvolvem entre os intervenientes. O professor deve assumir uma posição de facilitador e de mediador da aprendizagem, porém a relação que estabelece com os alunos é determinante e essencial para que o clima que se vive no ambiente educativo seja um contributo para o campo afectivo.

Como forma de elucidar a questão procurou-se saber juntos dos alunos se o afecto do professor é importante na sala de aula? Se sim, qual é a importância? E se não, porquê? Diante disso, os alunos responderam nos seguintes termos:

> Sim. O afecto do professor incentiva o aluno a se dedicar mais nos estudos (A1).
>
> Sim, é importante porque ajuda muito, em particular em alunos fracos (A2).
>
> Sim, o afecto do professor encoraja os alunos e aprendem mais (A3).
>
> Sim, através do afecto o ambiente na sala fica harmonioso (A4).
>
> Sim, o afecto do professor facilita a comunicação entre professor e aluno (A5).
>
> Sim, porque há boa interacção (A6).
>
> Sim, o afecto permite a troca de ideias (A7).

> O afecto do professor é importante porque motiva o aluno, facilitando assim a compreensão da matéria (A8).
>
> O afecto possibilita a aprendizagem (A9).
>
> A importância que existe é que se um professor não ter afecto com os seus alunos de facto que os alunos não irão aprender nada, mas se o professor ensinar com paciência, amor e carinho será diferente (A10).

Portanto, as diferentes concepções dos alunos sobre a importância do afecto do professor evidenciam que a afectividade chega a ser importante para os alunos, pois para eles o incentivo e dedicação por parte deles surge na medida em que os professores mediam as suas aulas sempre em estreita harmonia com os alunos.

Ademais, o afecto do professor possibilita a comunicação, que é o elo de ligação entre o professor e aluno, por isso ela deve ser sempre aperfeiçoada através da forma como os dois protagonistas da aula actuam.

Dessa forma, ficou mais que compreensível que a afectividade do professor é a força motriz para o bom relacionamento dos alunos e professores durante todo processo de ensino e aprendizagem. É através dessa afectividade que os alunos vão ganhando confiança e auto-estima e começam a engajar-se nas matérias dadas pelos professores. Por isso, quando o professor não tem afecto com os seus alunos, claramente estes não aprendem de forma significativa o que ele transmite.

Por sua vez, questionou-se ao gestor de escola se tem empreendido acções de gestão da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem? Se sim, quais são as acções de gestão da afectividade do professor no PEA nesta escola? E se não, porquê? Alinhando-se a questão, o entrevistado indicou que:

> Sim. E as acções são: primeira acção, apoio psicossocial aos alunos; segundo, sensibilização para que os alunos desistentes regressem as aulas; terceiro, apoio com material didáctico e outros, de acordo com a situação de cada aluno (GE).

Essas três formas de acções mencionadas pelo gestor da escola entrevistado constituem uma das principais formas de manter os alunos no recinto escolar, não só, como também procurando que estes alunos se dediquem o suficiente para terem um bom aproveitamento pedagógico. No entanto, pode parecer não ter relação alguma com a afectividade por parte do professor, mas tem. Porque, o gestor (director e o seu adjunto) é a primeira figura que representa a escola, assim sendo, na medida em que ele torna-se mais próximo dos alunos, há consequentemente abertura para se estabelecer relações afectivas, entre eles, e também com os professores e qualquer outro colaborador desse estabelecimento de ensino.

Por isso, o apoio psicossocial, a sensibilização e a ajuda aos alunos através de entrega de material escolar pode ter os alunos no ambiente escolar, o que deve ser percepcionado não só pelos gestores da escola, como também pelos professores já que lhes incumbe a tarefa de oferecer um bom processo de ensino e aprendizagem aos alunos. Dito de outra forma, alguns alunos acabam abandonando a escola, ou não terminam certa classe de um lado por falta de estímulo e materiais escolares, e do outro lado, por falta desse estímulo condicionado pela falta de afectividade por parte dos professores.

Quanto aos factores que contribuem para a afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem, o gestor de escola aludiu o seguinte:

> Primeiro é fazer com que o aluno saiba ler e escrever na medida em que a situação social do aluno não contribui para a aprendizagem; Um bom ambiente de trabalho pode contribuir para a afectividade do professor (GE).

Na visão do gestor o aprendizado do aluno e o bom ambiente de trabalho constituem factores que ajudam na afectividade do professor. Assim, esses dois elementos se mesclam e acabam impulsionando a força motriz no professor propiciando nele mais afeição para com os seus alunos.

Mas é preciso compreender que todo esse processo deve ser flexibilizado mediante o diálogo que deve existir entre todos intervenientes do processo de ensino e aprendizagem, sobretudo pelo professor e alunos. Quem corrobora com essa visão é Gonsalves (2015), a afectividade está baseada "no diálogo, quando se muda a emoção, as coordenações comportamentais e a linguagem também mudam. O entrelaçamento do linguajar com o emocionar se organiza na convivência, adquirindo uma estabilidade que gera consensualidade" (p. 41).

Nesta relação dialógica, o professor deve sentir seu profissionalismo, que também é um factor que contribui para um bom relacionamento entre ele e os seus alunos, uma vez que isso ocorre devido a integralização de ambos e a exploração do sentimentalismo como também através da delimitação do espaço de cada um. Assim, e como apontam Diniz e Silva (2011), o principal factor da afectividade é o profissionalismo do professor. Saber que ele é professor e que tem a missão de mediar os conteúdos de forma harmoniosa.

Contudo, mais do que conhecer os factores que contribuem para a existência da efectividade na Escola Básica de Cerâmica, distrito de Nicoadala, foi preciso saber que estratégias são usadas

pelos professores para gestão da afectividade no processo de ensino-aprendizagem.

> Demostro de forma positiva, motivando, elogiando e agindo carinhosamente com todos os alunos, para que acreditem neles próprios (P1).
>
> A forma pela qual evidencio a afectividade é elogiando o aluno e corrigindo com empatia quando necessário (P2).
>
> Sendo carinhosa com os alunos, sendo simpática e bondosa com eles, sendo compreensiva em diversas ocasiões e mostrando sempre um sorriso no rosto para deixar o aluno mais confortável (P3).
>
> Através da compreensão, simpatia, sorriso, ouvindo os seus problemas e ajudando a resolver certos problemas (P4).

A ilação que se pode tirar desses posicionamentos é o facto da motivação, elogio e carinho dos professores para com os seus alunos constituírem elementos fundamentais para a existência da afectividade na sala de aula. Pois, como os professores apontaram quando os alunos sentem-se motivados, elogiados e acarinhados acabam tendo a autoconfiança, ou seja, passam a acreditar mais neles. E isso obviamente contribui de forma directa para o aprimoramento do conhecimento, eles assimilam de forma natural, pelo facto de se sentirem confortados para poder expressar-se na sala de aula. Como aponta Ramos (2011), ao aludir que a afectividade exprime-se no clima de empatia, paixão, de ternura, da compreensão para consigo mesmo, para com os outros e para com o conhecimento dos conteúdos. A afectividade dinamiza as interacções sociais, as trocas, a busca, os resultados. Ademais, facilita a comunicação, toca

os participantes, promove a união. O clima afectivo prende totalmente, envolve plenamente, multiplica as potencialidades.

Um outro aspecto a considerar no estabelecimento da efectividade é a capacidade de escuta e ajuda na resolução de alguns problemas que os alunos enfrentam, quer na sala de aula, quer na sua vida particular. Mas isso não acontecerá se não existir uma relação afectiva entre os protagonistas (professor e aluno) do processo de ensino e aprendizagem.

CONCLUSÕES

O presente estudo procurava compreender "o contributo da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica de Cerâmica", e concluiu-se que a aprendizagem está ligada a afectividade, já que ocorre através da interacção social, não sendo um processo que afecta apenas o cognitivo do educando. Assim, quando há interacção e mediação em sala de aula, se constrói o conhecimento, a partir desta relação o educando passa a ter autonomia e todas as suas experiências vão fazer parte de sua história, influenciando directamente no processo de ensino e aprendizagem. Através destas experiências, desta troca de saberes vividas em sala de aula entre o professor e o aluno, o afecto se torna constante em trocas positivas de conhecimento, autonomia, capacidade e confiança para os alunos tomarem determinadas decisões.

No que diz respeito aos factores que contribuem para afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem, constatou-se com base nas informações obtidas que impulsionam a afectividade são: a existência de um bom ambiente de trabalho para

os professores e o profissionalismo por parte deste, e a dedicação dos próprios alunos nas aulas.

Para os participantes, sobretudo o gestor de escola, o aprendizado do aluno e o bom ambiente de trabalho constituem factores que ajudam na afectividade do professor. Assim, esses dois elementos se mesclam e acabam impulsionando a força motriz no professor propiciando nele mais afeição para com os seus alunos. Todavia, é preciso compreender que todo esse processo deve ser flexibilizado mediante o diálogo que deve existir entre todos intervenientes do processo de ensino e aprendizagem, sobretudo pelo professor e alunos. Nesta relação dialógica, o professor deve sentir seu profissionalismo, que também é um factor que contribui para um bom relacionamento entre ele e os seus alunos, uma vez que isso ocorre devido à integralização de ambos e a exploração do sentimentalismo como também através da delimitação do espaço de cada um.

Outro objectivo que foi o foco das atenções aquando da entrevista procurava descrever acções de gestão da afectividade do professor no processo de ensino-aprendizagem. Assim, constatou-se as seguintes acções: (i) apoio psicossocial aos alunos; (ii) sensibilização para que os alunos desistentes regressem as aulas; (iii) apoio com material didáctico e outros, de acordo com a situação de cada aluno. Estas entre outras acções contribuem para que os alunos permaneçam no recinto escolar, não só, como também procurando que estes alunos se dediquem o suficiente para terem um bom aproveitamento pedagógico. O apoio psicossocial, a sensibilização e a ajuda aos alunos através de entrega de material escolar pode ter os alunos no ambiente escolar, o que deve ser percepcionado não só pelos gestores da escola, como também pelos professores já que lhes incumbe a tarefa de oferecer um bom processo de ensino e aprendizagem aos alunos. Dito de outra forma, alguns alunos acabam abandonando a escola, ou não terminam certa classe de um

lado por falta de estímulo e materiais escolares, e do outro lado, por falta desse estímulo condicionado pela falta de afectividade por parte dos professores.

Assim, é preciso compreender-se que as acções de gestão afectividade do professor deve ser averiguada por diversos actores, desde a direcção da escola, até os próprios pais e/ou encarregados de educação das crianças. Pois todos eles lidam com os resultados do processo de efectividade que ocorrem em uma sala de aula.

Por sua vez, com o objectivo que que buscava aferir estratégias usadas para gestão da afectividade no processo de ensino-aprendizagem, observou-se que os professores que actuam motivando, elogiando e agindo carinhosamente com todos os alunos, para que acreditem neles próprios. Ademais, na medida em que os professores são carinhosos com os alunos, demostrando simpatia, bondade e compreensiva em diversas ocasiões deixam os alunos mais confortáveis durante a execução do PEA.

Portanto, o facto da motivação, elogio e carinho dos professores para com os seus alunos constituírem elementos fundamentais para a existência da afectividade na sala de aula. Pois, como os professores apontaram quando os alunos sentem-se motivados, elogiados e acarinhados acabam tendo a autoconfiança, ou seja, passam a acreditar mais neles. E isso obviamente contribui de forma directa para o aprimoramento do conhecimento, eles assimilam de forma natural, pelo facto de se sentirem confortados para poder expressar-se na sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

CELLARD, A. **A análise documental**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

COSTA, J. F. V. **Afetividade no Processo Ensino-Aprendizagem**: Perceções de Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Porto: Instituto Piaget, 2021.

CUNHA, A. E. **Afecto e aprendizagem**: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro, Brasil: Wak Editora, 2012.

DINIZ, J. C. A.; SILVA, R. A. O. **A afectividade e o convívio em sala de aula**: factores que influenciam na interacção professor-aluno e no processo de ensino aprendizagem. São Paulo: IFDED, 2011.

FIGUEIREDO, J. S. G.; SALES, R. C. **As relações de afectividade no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ciclo de alfabetização**. São Paulo: Centro de Educação, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projectos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GONSALVES, E. P. **Educação e Emoções**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, analise e interpretação de dados. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PEREIRA, Z. F. Af**ectividade e aprendizagem escolar na perspectiva de professores alfabetizadoras**. São Paulo: Editora da PUCSP, 2010.

RAMOS, E. C. **O grande valor da afetividade no processo de aprendizagem e na relação professor-aluno**. Salvador, Faculdade de Educação, 2011.

SILVA, E. L. **Afetividade na relação professor - aluno**: a percepção de professores de um centro de educação infantil no município de Itaituba. Itaituba: Editora FAI, 2013.

SILVA, S. L. "A dimensão da afectivade na relacao professor/aluno". **Revista Humanidades e Inovação**, vol. 6, n. 2, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1998.

CAPÍTULO 10

Auto-Regulação de Aprendizagem no Ensino Superior em Moçambique: Estudo de Caso na Academia Militar Marechal Samora Machel

AUTO-REGULAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO NA ACADEMIA MILITAR MARECHAL SAMORA MACHEL

Jochua Salvador Ngomane

O tema do presente estudo é "Auto-regulação de aprendizagem no Ensino Superior em Moçambique": Estudo de caso na Academia Militar "Marechal Samora Machel" no contexto da Covid-19. O período de análise do estudo compreende 2020-2022 porque foi o tempo que se assistiu a interrupção sucessiva das aulas presenciais devido aos efeitos da pandemia. Vale dizer que foi um período que o processo de ensino-aprendizagem enfrentou desafios enormes atinentes a aprendizagem auto-regulada, já que o professor e o cadete estiveram separados pela força da pandemia da Covid-19 na AMMSM.

O lema (*ensino centrado no estudante*) assumido pelo processo educativo, em particular, na Academia Militar ainda não se assumiu com rigor as alterações conceptuais e organizativas que possibilitem a instituição como centro de construção de conhecimento e aprendizagem. O ensino ainda insiste num modelo de transmissão e não de construção. Por um lado, os protagonistas do processo educativo, sobretudo os docentes, ainda resistem a mudança do paradigma do modelo educativo de transmissão para o de construção de conhecimento, persistindo em manterem- se como sujeitos activos no processo de ensino-aprendizagem, e tornando o aluno passivo nas suas próprias aprendizagens.

Por outro lado, para os professores, os alunos não têm sucesso porque não sabem ou não querem estudar, aprender e organizar-se (PIEDADE, 2013). Ainda na visão do autor

supracitado, os pais corroboram esta afirmação e acrescentam, frequentemente, a falta de conhecimento e de tempo para acompanhar/ facilitar o percurso dos aprendizes. Muitos alunos oscilam entre a explícita falta de interesse pela actividade escolar (camuflando com este argumento as suas crenças e experiências negativas de auto - competência e a ausência de conhecimento sobre os processos de melhoria das aprendizagens.

No Ensino Superior, quase na maioria das universidades, especificamente na Academia Militar fala se do ensino centrado no estudante. As evidências das práticas pedagógicas indicam que o processo educativo na Academia Militar se inclina no tipo de ensino do modelo tradicional, onde o professor se configura como activo e o cadete passivo no processo de ensino-aprendizagem.

Para Piedade (2013), o ensino do modelo tradicional possibilita o acumulo de informação, mas não conduz à sua metamorfose em conhecimento, nem incentiva a sua aplicação na resolução de problemas do dia a dia.

O problema que se assiste é que, de um lado, o corpo docente tende em resistir no uso e aplicação da pedagogia da era tradicional, e do outro, o cadete se mostra confortado na dependência do professor para o sucesso das suas aprendizagens. A perspectiva educativa do nível superior, nos padrões internacionais, posiciona o estudante como autor e actor das suas aprendizagens (Freire, 2014). O estudante deve assumir um papel activo e autónomo no seu processo de aprendizagem (PIEDADE, 2013).

Tomando como base o panorama supracitado, foi formulado a seguinte questão de investigação: *Quais são os desafios da auto-regulação de aprendizagem no contexto actual ensino superior em Moçambique?*

A escolha do tema justifica-se pelo facto do pesquisador querer analisar os desafios da auto-regulação de aprendizagem no

contexto actual ensino superior na Academia Militar Marechal Samora Machel. Como ganhos da pesquisa, para além da produção de conhecimento em ciências de educação na Academia Militar e no ensino superior em geral, espera-se que os estudantes alcancem a consciência e as competências de autonomia nas suas aprendizagens e, por outro lado, os professores migrem da tendência pedagógica de sujeito activo para passivo no contexto do ensino superior.

Torna-se importante dizer que no passado recente, assistiu-se um desafio incomum no processo educativo superior, os efeitos da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (SENHORAS, 2020), que obrigaram o Governo a interromper as aulas, onde o estudante e o professor tiveram que reinventar suas relações académicas. Nisso, confirmou-se a existência ainda do ensino centrado no professor e não no cadete. A prova disso foi o fraco desempenho dos estudantes. Portanto, o presente estudo visa promover o cadete/estudante, tornando - o actor e autor das suas aprendizagens, por meio da adopção de estratégias e modelos de auto-regulação de aprendizagem.

Auto-regulação de aprendizagem é um constructo que vem ganhando destaque na Psicologia Educacional nos dias de hoje, uma vez que engloba vários aspectos imprescindíveis à aprendizagem no contexto educativo (BORUCHOVITCH, 2014).

Numa perspectiva sociocognitiva, a auto-regulação é conceptualizada como um processo auto-directivo, através do qual os aprendizes transformam as suas capacidades mentais em competências académicas referentes às tarefas (zimmerman, 2001). Também Pintrich (1994), numa perspectiva sociocognitiva, concebem a auto-regulação da aprendizagem como a monitorização, controlo e regulação por parte dos alunos, dos seus próprios comportamentos e cognições.

Segundo Zimmerman (2001), a aprendizagem é uma actividade que os estudantes fazem por si mesmos, de forma proactiva, mais do que um acontecimento que ocorre como reacção a uma experiência de ensino. De acordo com o mesmo autor, as teorias relacionadas com a aprendizagem auto-regulada assumem, que os alunos podem (i) melhorar as suas capacidades de aprender, através do uso selectivo de estratégias motivacionais e metacognitivas, (ii) seleccionar proactivamente, estruturar e até criar ambientes de aprendizagem adequados e (iii) assumir um papel significativo na escolha da forma e quantidade de instrução de que necessita.

Pereira (2012) salienta que os alunos podem ser identificados como auto-regulados quando são metacognitivas, motivacional e comportamento mais activos nos seus processos de aprendizagem. Possui, assim, o constructo de auto-regulação, fases, processos e componentes que interagem para promover os resultados e produtos da aprendizagem.

Assim, pode se, também, definir a auto-regulação como "um processo activo no qual os sujeitos estabelecem os objectivos que norteiam a sua aprendizagem tentando monitorizar, regular e controlar as suas cognições, motivações e comportamentos com o intuito de os alcançar" (ROSÁRIO, 2004 *apud* PEREIRA, 2012, p. 15).

Silva, Duarte, Sá e Simão (2004) interpretam a auto-regulação de aprendizagem como um processo que resulta da interacção de conhecimentos, competências e motivações, que são necessários ao planeamento, à organização, ao controlo e à avaliação dos processos adoptados e dos resultados atingidos.

Com base nas ideias dos autores citados no parágrafo anterior, a auto-regulação de aprendizagem integra uma tridimensionalidade de perspectivas: conhecimentos do cadete;

competência de gerir a si próprio, o tempo, o ambiente social e académico, e a perspectiva motivacional, a qual destaca o que impulsiona o educando a realizar uma certa tarefa de aprendizagem.

O uso e controlo de estratégias de aprendizagem é um dos alicerces da aprendizagem auto-regulada, pois, permite ao aluno a alteração do seu processo de construção de conhecimento, com consequências nos resultados académicos, através da alteração das influências pessoais e contextuais. Na perspectiva de Freire (2014), o uso de estratégias de auto-regulação e modelos de aprendizagem é concebida como essencial para o sucesso académico, profissional até mesmo social.

Dentre vários objectivos do ensino superior, destaca –se, a perspectiva de auto-regulação de aprendizagem, a preparação dos estudantes para o sucesso científico, profissional e social (BORUCHOVITCH, 2014). Entretanto, educar para sucesso académico, implica para Piedade (2013), não só garantir a individualização do ensino, respeitar os ritmos de aprendizagem, valorizar o sucesso académico, mas sobretudo, assegurar as competências de construção autónoma do conhecimento, isto é, na ideia de Blismória (2009), o aluno como um sujeito activo, autor e actor dos seus processos de aprendizagens.

Torna-se importante para as universidades desprezar o processo educativo virado para um estudante receptor de saberes quantificados e programados, mas dar maior enfâse os processos de aprendizagem e na construção pessoal e activa do conhecimento (BORUCHOVITCH, 2014).

As estratégias de aprendizagem auto-regulada mais usadas pelos estudantes são auto-avaliação ou as autoconsequências (incrementam o comportamento funcional dos estudantes) e as estratégias de estruturação ambiental, na procura de informação,

revisão e procura de ajuda social (optimizam o ambiente directo da aprendizagem) (ZIMMERMAN, 2001; FREIRE, 2014).

Os modelos de aprendizagem têm em comum o pressuposto de que cada aluno é um indivíduo agente no seu processo de aprendizagem e de que esse processo pode ser significativamente aprimorado com o domínio das habilidades auto-regulatórias (BRUNSTEIN; GLASER, 2011). Os modelos de auto-regulação de aprendizagem desatacados são, nomeadamente: Bandura - 1978; Zimmerman - 2000; Winne e Hadwin - 1998; DaleSchunk - 2001 e Pintrich - 2004. Neste trabalho, descreve-se o modelo de Zimmerman – 2000, o qual destaca que o processo de auto-regulação académica envolve três fases.

i) A primeira é anterior ao processo de aprendizagem, em que se faz o planeamento da actividade;

ii) A segunda acontece durante a execução da actividade e abrange as variáveis que afectam a atenção e a acção;

iii) A terceira etapa é a da auto-avaliação, no qual a pessoa procura reflectir sobre o seu desempenho ao longo do processo e reage diante dos resultados obtidos.

Essa última fase influencia directamente o modo como o indivíduo se engajará em actividades académicas semelhantes no futuro, mostrando que há uma relação dinâmica e cíclica em todo aprendizado. A fase prévia envolve a preparação para a acção no que concerne dois aspectos principais: a análise da tarefa e as crenças automotivacionais.

No entender de Piedade (2013), posicionar o aluno no centro do processo de produção de conhecimento, com vista à sua

autonomia na aprendizagem é um dos fundamentos do conceito da auto-regulação da aprendizagem. Contudo, "é inquestionável o contributo da interacção social com professores, pares e pais nesse processo'' (PIEDADE, 2013, p. 12). A concepção de posicionar o aluno como centro das suas aprendizagens consiste em promover maior desempenho dos estudantes (PERREIRA, 2012). Para este autor, pressupõe-se que um estudante auto-regulado tem bom desempenho nos seus processos aprendizagens.

Na perspectiva de Pintrich (1995), os estudantes auto-regulados conseguem optimizar a sua aprendizagem, suscitando um bom desempenho. Percebe-se a partir da visão do autor supracitado que, há uma relação entre o desempenho académico e a auto-regulação da aprendizagem. Quando os estudantes conseguem regular seu processo de aprendizagem, o desempenho académico tende em ser melhor. Nos estudos de Piedade (2013) e Freire (1014), há evidências de que a auto-regulação da aprendizagem promove sucesso nas aprendizagens dos estudantes, já que no processo auto-regulatório há recorrência de uso e aplicação de estratégias e modelos de aprendizagem. Para os autores supracitados, o desempenho académico dos alunos depende de como eles aplicam as estratégias de aprendizagem.

OBJECTIVOS

O objectivo geral é analisar os desafios da auto-regulação de aprendizagem no ensino superior na Academia Militar Marechal Samora Machel. Face a este, foram formulados os seguintes objectivos específicos:

a) identificar as estratégias de aprendizagem auto-regulada aplicadas pelos estudantes;

b) investigar os modelos de aprendizagem auto-regulação dos estudantes e;

c) correlacionar a natureza auto-regulatória (estratégias e modelos de aprendizagem) com o desempenho académico.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, já que privilegia o aprofundamento e compreensão do acontecimento educativo no ensino superior, especificamente, na Academia Militar. A ideia central não consiste na relação quantitativa entre universo e amostra, mas na perspectiva de aprofundar a compreensão do fenómeno da auto-regulação da aprendizagem dos estudantes. No entender de Pradanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Para eles, na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o sujeito pesquisador e o ambiente de recolha de dados.

Quanto aos objectivos configura-se na pesquisa explicativa porque a visão central fundamenta-se na análise e explicação dos porquês da tendência actual do sistema educativo no ensino superior por meio da identificação de constructos que suscitem os desafios actuais das aprendizagens dos estudantes no ensino superior. Até porque para Gil (2010), a pesquisa explicativa visa a identificar os factores que determinam a ocorrência dos fenómenos e aprofunda o conhecimento da realidade, e explica a razão, o porquê das coisas.

Quanto aos procedimentos técnicos fundamenta-se no estudo de caso, atendendo que se busca um entendimento exaustivo de uma

situação concreta por mergulho directo para obtenção de informações com o propósito de analisá-las como um caso contextualizado e delimitado.

Aplicou o método indutivo considerando que a magnitude quantitativa dos participantes não é ampla, mas, garante deduções ou inferência para grupos maiores. É importante referir que este método é típico na metodologia qualitativa (PRADANOV; FREITAS, 2013). Nesta visão, Greia (2013) refere que o pensamento indutivo parte do particular para o geral. Lakatos e Marconi (2015) entendem que é um método responsável pela generalização, isto é, partindo de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral.

A natureza de pesquisas qualitativas suscita a aplicação de técnicas de entrevistas. Neste caso concreto recorreu-se a entrevistas semiestruturadas porque detêm a vantagem de boa percepção das respostas e permitem ao entrevistador reinvenção de questões, sempre que possível como forma de aclarar uma certa inquietação.

Para a colheita dos dados recorre-se a 16 participantes, dos quais 8 de curso de piloto aviador (3º ano) e 8 de Reconhecimento das tropas (2º ano). Os cadetes do curso de piloto aviador são eticamente designados por CP, e os do curso de reconhecimento, por CR; A escolha dos cursos foi intencional. Escolheu-se um curso ligado a ciências exactas e outro mais inclinado a ciências sociais. A visão permite analisar as estratégias e modelos de aprendizagem nas diferentes áreas científicas. Optou-se pelo número de dezasseis participantes porque acredita-se ser representativo e significativo, tal como referem Pradanov e Freitas (2013), que o número de participantes pode ser pequeno e não representativo. O mais importante na escolha é observar se o grau de importância dos participantes confere respostas que respondem aos objectivos específicos do estudo. Ou seja, a selecção intencional ou racional deve garantir que o grupo de participantes, pela sua relevância de

respostas, garante a representividade geral (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Os dados recolhidos foram analisados por intermédio da técnica de análise de conteúdo, esta, permite a organização dos dados por meio de categorização agrupamentos de unidades semânticas das respostas dos participantes. É uma técnica típica para analisar os dados das entrevistas, de forma a categorizar as respostas em unidades semânticas e de registo (FRANZE, 2017). Na percepção deste autor, a técnica de analise de conteúdo permite, a partir de objectivos específicos ou questões de investigação, o tratamento de dados brutos em dados concretos, no que tange a intenção particular do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão desta fase do trabalho, são apresentados os resultados do estudo em forma de categorias de pesquisa, nomeadamente, estratégias da aprendizagem auto-regulada; modelos de auto-regulação da aprendizagem e relação das estratégias e modelos de aprendizagem com o desempenho académico. Cada entrevistado é codificado com respectivo código (CP – cadete piloto e CR – cadete do reconhecimento) como forma de distinguir os depoimentos um dos outros e garantir o anonimato. Em termos de sequência semântica, se obedece a seguinte estrutura: apresentação, análise e por fim a discussão dos resultados.

O participante CP5, CP6, CP7 e CP8 revelaram que a estratégia de aprendizagem mais usada pelos estudantes é: *a tomada de nota*. Já o CP1, CP2, CP3 e CP4 responderam que a para além da *tomada de nota*, recorrem ao *planeamento de estudo para as avaliações sumativas*. Os participantes CR (CR1, CR2, CR3 e CR4,

CR5, CR6, CR7 e CR8) convergiram em suas respostas apontando a tomada de nota e planeamento de estudo para testes como estratégias de base nas aprendizagens. Analisando as respostas, pode se perceber que em geral, a estratégia de aprendizagem de maior uso é a tomada de nota, que significa, os cadetes tomam nota durante a explanação do docente em sala de sala de aula. O significado de planeamento de estudo para avaliações sumativas é: os cadetes planeiam estudos para fins específicos, isto é, recorrem a pesquisa e estudo independente quando se aproximam os dias das avaliações programadas pela Direcção Pedagógica da Academia Militar.

A preocupação concernente à aquisição de conhecimentos, especificamente, nas vésperas das avaliações é uma tendência que não optimiza a construção de saberes, no entanto, planear e exercitar ao longo do decurso curricular, efectivamente, constitui uma estratégia robusta para o desenvolvimento das competências de aprendizagem auto-regulada. No entender de Zimmerman (2001), os estudantes auto-regulados executam as estratégias de aprendizagens constantemente, optimizando o estudo independente e autonomia. A estratégia mencionada pelos estudantes não permite o desenvolvimento da auto-regulação da aprendizagem, até porque Piedade (2013) entende que a tomada de nota não deve constituir o alicerce estratégico na aprendizagem do estudante, embora ela seja importante.

Constatou-se que cadetes planeiam seus estudos quando se aproxima o período das avaliações sumativas, isto é, recorrem a memorização ou interiorização de informações temáticas para garantir sucessos no seu desempenho. Essa tendência é uma evidência de que os cadetes se importam mais com a realização das provas do que a própria construção de conhecimento.

Para Piedade (2013), o sucesso académico não se deve resumir em plena obtenção de notas positivas nas avaliações sumativas, mas sim, na construção de conhecimentos por meio da

implementação de estratégias e modelos da aprendizagem. Na visão de Piedade (2013), a aprendizagem não consiste na memorização, mas sim nas competências de auto-regulação, que estimulem autonomia do estudante, o posicionado como centro das suas próprias aprendizagens.

Os resultados mostram que o modelo que se aproxima a natureza auto-regulatória dos participantes (CP 1, 2, 3,..8 e CR1, 2, 3, ...8) é de Zimmerman - 2000, apesar deles não completam o ciclo proposto pelo autor supracitado. Encontrou-se 4 participantes (CP3, CP4, CR5, CP6) que tendem em completar o modelo Zimmerman, quer dizer, tendem em ser planeados, normalmente, não dependendo da aproximação do período de avaliações. Em termos analíticos, é perceptível que os cadetes não são planeados sistematicamente, aliás, recorrem à planificação para situações do estudo para as avaliações sumativas, isto é, há mais interesse no estudo independente no período que antecede as provas ordinárias referentes ao programa da Academia Militar.

No entender de Brunstein e Glaser (2011), os modelos de aprendizagem têm em comum o pressuposto de que cada aluno é um indivíduo agente no seu processo de aprendizagem e de que esse processo pode ser, significativamente, aprimorado com o domínio das habilidades auto-regulatórias.

Se, porém, o estudante não aplica o modelo de aprendizagem auto-regulada, isso sugere que os alunos não são o centro das suas aprendizagens (SILVA, 2004; PIEDADE, 2013). Portanto, é importante que os estudantes conheçam e apliquem o ciclo de modelos de aprendizagem auto-regulada como forma de desenvolverem suas competências de autonomia nas suas pesquisas e transformem em sujeitos activos nas suas aprendizagens (PERREIRA, 2012).

Para o CP1, CP2,..., CR8, as estratégias e modelos de aprendizagem que aplicam nem sempre proporcionam resultados desejados (notas positivas nos testes). Contrariamente, os restantes participantes (CP 3, CP4, CP5 e CR1) revelaram que as estratégias e modelos de aprendizagem usados por eles são satisfatórias, tanto que conseguem obtiver positivas nos testes.

Olhando para incidência das respostas dos participantes, compreende-se, primeiro que, os cadetes dão maior primazia aos resultados das avaliações, não necessariamente, a aprendizagem como um processo de construção de conhecimentos. Torna-se importante destacar que o desempenho académico depende de como o estudante aplica as estratégias de aprendizagem. O modelo de aprendizagem, por não ser usado devidamente, os cadetes têm a tendência de dependerem activamente dos factores externos (docente) para o desenvolvimento das suas aprendizagens, tornando-os o centro passivo e o docente activo no processo de ensino-aprendizagem. Com essa descrição, foi possível perceber que há uma relação entre o uso e aplicação de estratégias e modelos de aprendizagem auto-regulada com desempenho académico.

Estimular a aprendizagem auto-regulada significa desenvolver as competências de construção de conhecimentos, já que para na perspectiva de Pintrich (1995), quando os alunos têm consciência de seus próprios comportamentos de estudo e da sua cognição, conseguem optimizar a auto-regulação na aprendizagem, suscitando um bom desempenho.

O sucesso nas aprendizagens depende de como os estudantes interpretem o processo de aprendizagem. Também, o êxito académico está condicionado em como os estudantes planeiam, controlam ou monitoram e avaliam sua aprendizagem como um processo multidimensional (BROADBENT; POON, 2015). Assim, pode se inferir que um estudante de sucesso é autorregulado ou por outra, ele e cognitivamente activo, regula seu comportamento e é

motivado. Há uma relação dinâmica entre a estratégia e modelos de aprendizagem com desempenho académico dos cadetes, isto é, quando o estudante aplica correctamente os procedimentos de auto-regulação de aprendizagem, consegue um desempenho positivo (PINTRICH, 1995).

CONCLUSÕES

No presente artigo foram analisados os desafios da auto-regulação da aprendizagem no contexto actual de ensino superior na Academia Militar "Marechal Samora Machel". No que concerne a isto, observou-se que existe, de um modo geral, o fraco domínio de estratégias de aprendizagem por parte dos estudantes. Quanto aos modelos de auto-regulação de aprendizagem, percebe-se de um lado que eles os desconhecem, e do outro, o modelo aproximado, embora não aplicado ciclicamente é de Zimmerman. No geral, tanto as estratégias e como os modelos de aprendizagem são desafios para cadetes da Academia Militar, visto que eles confrontam o seu desempenho académico, isto é, o desempenho dos estudantes correlaciona-se com a forma como estes aplicam os procedimentos auto-regulatórios da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BLISMÓRIA, H. **Promover o desenvolvimento cognitivo e o sucesso escolar** (Tese de Doutorado em Educação). Braga: Universidade do Minho, 2009.

BORUCHOVITCH, E. **Autorregulação da aprendizagem**: contribuição da psicologia educacional para a formação de professores. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BRUNSTEIN, J.; GLASER, C. “Testing a path-analytic mediation model of how self-regulated writingstrategies improve fourth graders´ composition skills: A randomized controlled trial”. **Journal of Educational Psychology**, vol. 103, 2011.

FRANZE, F. **O Currículo Do Ensino Básico Em Moçambique E A Educação Para A Cidadania** (Tese de Doutorado em Ciências da Educação). Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

FREIRE, L. G. “Concepções e autorregulação da aprendizagem da arte”. Revista cientifica **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 18, 2014.

GIL, A. **Métodos de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GREIA, J. **Supervisão Pedagógica no contexto do Desenvolvimento Profissional Docente e Melhoria das Aprendizagem**: Um estudo de caso em Moçambique (Tese de Doutorado em Ciências da Educação). Porto: Universidade de Porto, 2013.

MARCONI, M.; LAKATOS, M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

PEREIRA, H. M. **Abordagens à Aprendizagem e Autorregulação da Aprendizagem na “História” de Alunos de 9º ano de Escolaridade** (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

PIEDADE, M. **Projecto Aprender estratégias de auro regulação da aprendizagem** (Dissertação de Mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores). Cabo Verde: Instituto Superior de Ciências Educativas, 2013.

PINTRICH, P. "Understanding self-Regulated Learning". *In*: PINTRICH, P. R. (ed.). **New Directions for Teaching and Learning**. San Francico: Jossey-Bass, 1995.

PRADANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico. Novo Hamburgo: Editora da Feevale, 2013.

SENHORAS, E. M. "COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

SILVA, A. **Aprendizagem auto-regulada pelo estudante**. Porto: Editora Porto, 2004.

ZIMMERMAN, B. **Theories of Self-Regulated Learning and Academic Achievement**: An Overview and Analysis. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

CAPÍTULO 11

Infraestruturas Como Indicador de Avaliação de Qualidade no Contexto Educacional de Moçambique

INFRAESTRUTURAS COMO INDICADOR DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE MOÇAMBIQUE

Maria Alice Luís

Este capítulo tem interesse pelo tema relacionado com a avaliação de qualidade e seus instrumentos nas instituições de ensino, com o objectivo de saber os conceitos em volta de infraestruturas como indicador de avaliação de qualidade no ensino superior. Para elaboração deste artigo, recorreu-se a revisão de literatura em livros e artigos baixados na internet. O capitulo é composto por 3 partes sendo a introdução, a revisão de literatura e conclusão e análise crítica.

Avaliação é um processo que procura saber um julgamento de valor a respeito de uma intervenção.

De acordo com vários autores (SCRIVEN, 1994; STAKE, 2006; WORTHEN; SANDERS, 1987), a avaliação é uma disciplina relativamente recente que tem vários domínios práticos de aplicação tais como os que Scriven (1994) designou por Big Six: Avaliação de Programas, Avaliação de Pessoal, Avaliação de Desempenho, Avaliação de Produtos, Avaliação de Propostas e Avaliação de Políticas. Para além destes domínios, Scriven também considera, noutro plano, a Meta-Avaliação e a Avaliação Intradisciplinar, assim como a Avaliação do Currículo ou a Ética Médica. A avaliação dos professores integra o que Scriven designa genericamente como Avaliação de Pessoal.

Segundo Dias e Melão (2009), "a avaliação surge como um processo necessário para a auscultação e melhoria da qualidade no sistema de ensino e de educação" (p. 194).

Uma das definições de qualidade segundo (GOETSCH; DAVIS, 1997): "Qualidade é fazer bem a coisa certa à primeira vez, procurando sempre melhorar e satisfazer o cliente" (p. 99 - 200).

Davok (2007) privilegia, os dicionários definirem a qualidade como o conjunto de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência.

Os indicadores de avaliação na educação são análises feitas a partir dos resultados da performance individual e colectiva. Esses indicativos servem para que os gestores das instituições escolares consigam entender se o comportamento dos colaboradores está condizente com a cultura organizacional.

O objetivo geral deste estudo é saber os conceitos sobre infraestruturas como indicadores de avaliação de qualidade. Entre os objetivos específicos estão a descrição dos conceitos sobre infraestruturas como indicador de avaliação de qualidade, bem como a críteica do indicador infraestruturas sob ponto de vista de avaliação de qualidade no ensino superior.

REVISÃO DA LITERATURA

Contandriopoulos *et al*. (2000 *apud* KANTORSKI1 *et al*., 2009), privilegiam [...] o facto de avaliar, consiste em fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objectivo de ajudar na tomada de decisões.

Avaliação

Fernandes (s/d), refere que:

> A avaliação é um domínio científico e uma prática social cada vez mais indispensável para caracterizar, compreender, divulgar e melhorar uma grande variedade de problemas que afectam as sociedades contemporâneas, tais como a qualidade da educação e do ensino, a prestação de cuidados de saúde, a distribuição de recursos e a pobreza (p. 05).

De acordo com vários autores (SCRIVEN, 1994; STAKE, 2006; WORTHEN; SANDERS, 1987), a avaliação é uma disciplina relativamente recente que tem vários domínios práticos de aplicação tais como os que Scriven (1994) designou por Big Six: Avaliação de Programas, Avaliação de Pessoal, Avaliação de Desempenho, Avaliação de Produtos, Avaliação de Propostas e Avaliação de Políticas. Para além destes domínios, Scriven também considera, noutro plano, a Meta-Avaliação e a Avaliação Intradisciplinar, assim como a Avaliação do Currículo ou a Ética Médica. A avaliação dos professores integra o que Scriven designa genericamente como Avaliação de Pessoal.

Thélot (2006 *apud* DIAS; MELÃO, 2009), privilegiam que a avaliação tem duas grandes utilidades:

- Utilidade externa, destinada a informar a sociedade sobre o estado do serviço educativo, nomeadamente sobre a qualidade, sobre os seus resultados, mas também sobre os custos e sobre o seu funcionamento.

- Utilidade interna, ou seja, destina-se a informar os actores do sistema (professores, alunos, gestores, etc.) sobre os mesmos elementos, destina-se a ajudá-los a refletir sobre as suas acções e sobre a própria organização e, consequentemente, procura obrigá-los a mudar para melhorar a qualidade do serviço que prestam à comunidade escolar em que se inserem, e num âmbito mais alargado, a todo o público em geral.

Contudo, a avaliação interna (ou autoavaliação), não está enraizada nas escolas apenas, pois "uma boa parte da avaliação que se fez nas escolas até hoje tem a sua origem em decisões hierárquicas externas" Guerra (2000 *apud* DIAS; MELÃO, 2009).

No entanto, hoje em dia é indiscutível que a melhoria da qualidade pressupõe a avaliação dos sistemas educativos, e que se torna indispensável, tanto para os decisores como para os actores directos, examinar atentamente a forma como se deve proceder a essa avaliação, discutir os critérios a que esta deve obedecer e analisar os meios adequados para alcançar os objectivos estabelecidos. Esta avaliação torna-se cada vez mais um meio de prestar contas à comunidade escolar em particular, e a todos aqueles que contribuem para a sustentabilidade do ensino público.

Segundo Alaiz, Vitor, Góis, Eunice e Conçeição (2003), avaliar significa: examinar o grau de adequação entre um conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados ao objectivo fixado, com vista a tomar uma decisão.

A plurivocidade acima referida também está expressa na perspetiva histórica apresentada por dois investigadores, Guba e Lincoln. Estes esquematizaram a evolução do conceito e das práticas de avaliação em 4 momentos que designaram por "quatro gerações de avaliação" (GUBA; LINCOLN, 1990; BARBOSA, 1995; GÓIS;

GONÇALVES, 1999), sob ponto de vista de Evolução do conceito de Avaliação.

Evolução do conceito de Avaliação

Segundo Alaiz *et al*. (2003), a evolução do conceito de avaliação pode ser compreendida a partir de uma curva expansiva na qual é possível a apreensão de quadro fases ou gerações.

Na primeira geração, avaliar e medir são sinónimos. A aplicação do método científico requer a existência de testes e escalas que determinem se o indivíduo – porque é ele o objecto de avaliação – é ou não inteligente, por exemplo. O avaliador é um técnico que deverá saber utilizar baterias de testes e, no caso da avaliação de escolas, outros instrumentos ou, na ausência deles, ser capaz de os construir.

Na segunda geração, a avaliação centra-se nos objectivos. A medida deixa de ser o cerne ou centro da avaliação, passando a ser apenas um dos seus instrumentos. A finalidade é, então, descrever os pontos fortes e fracos do que é avaliado, relativamente a um conjunto de objectivos. Assim, o avaliador, não deixando de ser um técnico, é, essencialmente, um especialista na definição de objectivos e um narrador.

A terceira geração integra o julgamento no acto de avaliar. A finalidade da avaliação de terceira geração é emitir um juízo acerca do mérito (qualidade intrínseca) ou valor (qualidade extrínseca ou contextual) de um objecto, sendo o avaliador o juiz, que também descreve e aplica ou constrói instrumentos, conservando, assim, as facetas de narrador e técnico.

A avaliação de quarta geração tem por finalidade conduzir a discursos consensuais sobre o objecto de avaliação, tendo o avaliador o papel de orquestrador de um processo de negociação. Inscreve-se no paradigma do construtivismo. Trata-se do casamento entre uma focagem interactiva – em que os parâmetros e fronteiras da avaliação resultam de um processo de negociação que envolve avaliadores e *stakeholders* – e uma metodologia construtivista que envolve uma dialéctica contínua de interacção, análise, crítica e re-análise (GUBA; LINCOLN, 1990). Esta é a geração da negociação em que os avaliados são (co)autores da sua avaliação (BARBOSA, 1995).

Rosales (1971 *apud* ALVES, 2008), indica que avaliação é o processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um objecto determinado, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para solucionar os problemas e para promover a compreensão dos fenómenos implicados.

Entretanto, a avaliação diz respeito a medição de caracteres, de divulgação para melhoramento de determinado desempenho de uma determinada actividade, quer seja de ensino, de pessoal, de produtos, de propostas ou de políticas que consiste em dois contextos, externo ou interno.

Scriven (1991 *apud* ALAIZ *et al.*, 2003), privilegiam o sentido chave do termo "avaliação" refere-se ao processo de determinação do mérito ou valor de alguma coisa ou ao produto desse processo.

Nesta acepção, a avaliação é entendida como um processo de recolha de informações que são comparadas com um conjunto de critérios ou padrões, terminando na formulação de juízos.

Avaliação de organizações escolares

Distingue-se duas grandes formas da avaliação no ensino, tendo em conta os principais agentes da mesma:

a) *Avaliação interna*: é aquela em que o processo é conduzido e realizado exclusivamente (ou quase) por membros da comunidade educativa da escola. Pode ser definida como a análise sistemática de uma escola, realizada pelos membros de uma comunidade escolar com vista a identificar os seus pontos fortes e fracos e a possibilitar a elaboração de planos de melhoria. Frequentemente é realizada tendo "como motivação principal o acompanhamento de projectos de escola, no quadro de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional" (Nóvoa, 1992, cit. em cit. em Alaiz, Vitor, Góis, Eunice e Gonçalves, Conçeição).

b) *Avaliação externa*: é aquela em que o processo é realizado por agentes externos à escola (pertencentes a agências de avaliação pública ou privada), ainda que com a colaboração indispensável de membros da escola avaliada. Como exemplo pode-se referir, quanto a Portugal, o trabalho realizado pela Inspecção-Geral de Educação; quanto a um país europeu, experiente neste domínio, a Inglaterra, o sistema que é conduzido e realizado pelo Office for Standards in Education (OFSTED).

Estas duas formas de avaliação de ensino são por vezes apresentadas uma contra a outra. Uns preferem a avaliação externa por a considerarem objectiva. Baseada em dados quantitativos facilita comparações entre escolas permitindo, desse modo, definir elevados padrões de qualidade exigíveis a todas as escolas. Criticam a avaliação interna porque nesta sujeito e objecto quase confundem,

conduzindo a enviesamentos. Outros defendem a avaliação interna por a entenderem mais válida: consideram-na mais capaz de traduzir a complexidade da actividade educativa levada a cabo numa escola do que a avaliação externa limitada necessariamente a um número reduzido de indicadores. Além disso, evita a angústia e a desmotivação dos professores e outros profissionais da educação atribuídas à avaliação externa.

Porém, esta oposição tende a ser ultrapassada em vários sistemas educativos pelos esforços no sentido de encontrar formas que respondam adequadamente às diferentes críticas que têm sido apresentadas, nomeadamente pelo recurso a abordagens que integrem os aspectos considerados mais positivos das duas formas de avaliação.

Qualidade

Segundo Dias e Melão (2009) referem que:

> A qualidade é, sem sombra de dúvida, um atributo que a maioria das organizações deseja ver associada a tudo aquilo que faz, e as escolas como instituições que frequentemente pretendem transmitir um ideário de qualidade não fogem à regra. A avaliação surge como um processo necessário para a auscultação e melhoria da qualidade no sistema de ensino e de educação (p. 194).

O conceito de qualidade tem sido definido de diferentes formas por um conjunto de pessoas e organizações perfeitamente distintas, bastando para tal considerar as seguintes definições (GOETSCH; DAVIS, 1997, p. 200):

- Qualidade é o desempenho de acordo com as expectativas do cliente.
- Qualidade é ir ao encontro das necessidades do cliente da primeira vez e sempre.
- Qualidade é fornecer produtos e serviços aos clientes e que, consistentemente, vão ao encontro das suas necessidades e expectativas.
- Qualidade é fazer bem a coisa certa à primeira vez, procurando sempre melhorar e satisfazer o cliente.

Consequentemente, apresentar uma definição de qualidade apresenta-se-nos como uma tarefa extremamente complicada, dado que este conceito é definido de forma diferente dependendo do sector de actividade e, naturalmente, da sua perspectiva (ANTÓNIO; TEIXEIRA, 2007; EVANS; LINDSAY, 2004; PIRES, 2004).

De acordo com Evans e Lindsay (2004), não existe uma concordância no que diz respeito ao que constitui a qualidade. No seu sentido mais lato, qualidade é um atributo dum produto que pode ser melhorado. A maioria das pessoas associa a qualidade a um produto ou serviço. No entanto a qualidade não pode ser só associada a estes dois critérios pois deve incluir também os processos, o ambiente e as pessoas.

Entretanto, cada profissional define a qualidade de acordo com a sua perspectiva, hoje em dia, as diferenças entre as definições representam variações à volta de um conjunto comum de temas que se complementam (ANTÓNIO; TEIXEIRA, 2007).

Deste último é possível retirar elementos que a todos são comuns e, que de acordo com Goetsch e Davis (1997, p. 03), são os seguintes:

a) A qualidade implica ir ao encontro ou exceder as expectativas do cliente;

b) A qualidade aplica-se a produtos, serviços, pessoas, processos e a ambientes;

c) A qualidade é um estado em permanente mudança.

Juran refere a qualidade, é adequação ao uso;

Feigenbaum argumenta que a qualidade é uma maneira de se gerenciar os negócios da empresa. Aprimoramento da Qualidade só pode ser alcançado em uma empresa com a participação de todos.

Deming, por sua vez aponta que qualidade é sentir orgulho pelo trabalho bem feito. Aprimoramento da Qualidade eleva a produtividade.

Crosby indica que qualidade é conformidade com especificações, e não elegância.; Qualidade é sentir orgulho pelo trabalho bem feito. Aprimoramento da Qualidade eleva a produtividade.

Ishikawa compreende qualidade como rápida percepção e satisfação das necessidades do mercado, adequação ao uso dos produtos e homogeneidade dos resultados do processo (baixa variabilidade).

Masaaki Imai, no contexto mais amplo, indica que qualidade é qualquer coisa que pode ser melhorada. Quando se fala em Qualidade, tende-se a pensar primeiro em termos da Qualidade do produto. Quando discutida no contexto de KAIZEN (aprimoramento), nada poderá estar mais longe deste objetivo. O interesse principal aqui é a Qualidade das pessoas.

George English argumenta que qualidade é medida pelo custo de fazer coisas erradas.

Cerqueira Neto aponta que qualidade é sempre resultado de esforços inteligentes; Qualidade não é só para companhias. Indivíduos podem esforçar-se por excelência em seu dia a dia.

Pedro Demo projeta a qualidade como uma questão de ser e não de ter.

Davok (2007) indica que os dicionários definem a qualidade como o conjunto de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência. Assim, qualidade implica em uma ideia de comparação: poder-se-ia dizer que um objeto tem qualidade se suas características permitem afirmar que ele é me Lhor que aqueles objetos que não as possuem ou que não as possuem em igual grau.

A expressão "qualidade em educação", no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares; como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária; ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social, por exemplo.

Por outro lado, a expressão "qualidade educacional" tem sido utilizada para referenciar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância do setor educacional, e, na maioria das vezes, dos sistemas educacionais e de suas instituições.

De modo geral, quando se diz que um objecto educacional tem qualidade, está-se explicitando um juízo sobre seu valor e mérito.

Portanto, referir qualidade é fazer bem a coisa certa à primeira vez, procurando sempre melhorar e satisfazer a dado elemento envolvido no processo de aquisição de qualidade, quer seja, na educação ou no ensino, no comércio, ou noutras entidades que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade duma determinada instituição.

Um dos instrumentos de avaliação em Moçambique é o guião de autoavaliação de cursos e ou programas e instituição, elaborado por Conselho Nacional de Avaliação da qualidade do Ensino Superior (CNAQ), composto por (9), nove indicadores com seus respectivos padrões e critérios de verificação, para possíveis enquadramentos das respectivas respostas (Sim, Não ou Não Aplicável, (S/N e NA evidências, comentários e pontuações).

Segundo guião resultante de refinamento e melhoria do guião aprovado pelo concelho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), em 2013, o qual foi usado entre 2013-2014 na experiência piloto de avaliação de cursos e programas. Dessa experiência, resultaram algumas lições, e foram identificados os principais desafios de operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e garantia de qualidade do Ensino Superior (SINAQES) com base nos Manuais e ferramentas existentes (NHAMPULE, LANGA;MUKORA, 2016).

> [...] Trata-se de um guia orientador dos trabalhos de Comissão autoavaliação (CAA) elaborado em conformidade com os indicadores e padrões de SINAQES, os quais são aplicáveis para todos os cursos e instituições de ensino superior e devem ser respeitados na autoavaliação (AA) para efeitos de

> avaliação externa e acreditação. Contudo, os processos internos de AA e a garantia de qualidade, outros padrões podem ser adaptados pelas Instituições de Ensino Superior e ou unidades orgânicas em função das suas especificidades institucionais (p. 03)

Os indicadores de avaliação na educação são análises feitas a partir dos resultados da performance individual e colectiva. Esses indicativos servem para que os gestores das instituições escolares consigam entender se o comportamento dos colaboradores está condizente com a cultura organizacional.

DISCUSSÃO

O presente artigo, cingir-se-á no Indicador sete (7) do guião de avaliação de cursos e ou programas e instituições, a qual refere (Infraestruturas: laboratórios, salas de aula, bibliotecas e equipamentos), que vai fazer uma análise crítica em volta deste, como indicador de qualidade na avaliação.

Este indicador (7 - infraestruturas) é composto por dez (10) padrões, segundo (NHAMPULE, LANGA; MUKORA, 2016).

> 7.1 A Instituição deve possuir infraestruturas adequadas para funcionar efectivamente;
>
> 7.2 A Instituição deve possuir equipamentos e serviços funcionais;
>
> 7.3 A Instituição deve possuir equipamento nas salas de aula;
>
> 7.4 A Instituição deve possuir laboratórios adequados, em quantidade e qualidade para aulas práticas e deve

ter procedimentos de manutenção e limpeza dos equipamentos;

7.5 A Instituição deve ter um procedimento para uso independente dos laboratórios;

7.6 A Instituição deve possuir biblioteca com condições adequadas e equipamento para a sua organização e funcionamento;

7.7 A Instituição deve possuir um regulamento para funcionamento e limpeza da biblioteca;

7.8 A Instituição deve possuir casas de banho adequadas e com normas para a sua manutenção, higiene e limpeza;

7.9 A Instituição deve possuir uma política de manutenção, conservação e limpeza das instalações das salas de aula, laboratórios, bibliotecas e equipamentos;

7.10 A Instituição deve possuir políticas de assistência médica, segurança, conservação e actualização de equipamentos e instalações.

Para a obtenção destes dados, recorreu-se à entrevista semiestrutura aos responsáveis como o Director Adjunto Pedagógico e Directora de Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências de Saúde da Universidade Lúrio, e com o apoio das perguntas patentes no guião de Autoavaliação de cursos e ou programas e instituições.

Nos pontos fortes verificou-se nos critérios de verificação números "7.1.5 A Instituição possui laboratórios específicos para os cursos e/ou programas a funcionar e 7.1.7 "A Instituição possui sala de informática" os responsáveis responderam que possuem estas todas infraestruturas e que era suficientes para todos os estudantes.

Nos pontos fracos, é de salientar que, no padrão 7.1 "A Instituição deve possuir infraestruturas adequadas para funcionar

efectivamente", encontramos o critério de avaliação 7.1.11 que diz respeito (a instituição possui uma sala restrita para assutos estudantis), é de referir que muitas instituição do ensino superior (Faculade de Ciências de Saúde, particularmente o curso de Psicologia, verificou-se uma ausência desta infraestrutura, e tendo observado que os estudantes têm usados as outras salas de fins de estudos ou salas de outras actividades para a execução de actividades de assuntos estudantis. Como resultado estas actividades tem sido realizadas nos fins de semanas ou nas horas que estiverem livres.

O outro critério de avaliação a se tomar em consideração no mesmo padrão de avaliação é 7.1.18 "As instalações são adequadas e adaptadas para estudantes, docentes e Corpo Técnico Administrativo (CTA) com necessidades especiais". Para este critério de verificação, muitas instituições de ensino , não possuem estas instalações, sendo uma preocupação para os estudantes, docentes e CTA nos ensinos superiores. Esta preocupação tem vindo a dar dificuldades na locomoção, no conforto ou ergonomia que este pessoal deveria ter. Esta situação, leva à estes grupos, se sintam menosprezados em relação ao pessoal sem necessidades especiais, com maior enfoque aos deficientes físicos. Como proposta, seria de opinião que se acrescentasse mais um critério de verificação, no qual pudesse referir se existência de salas de aulas específicas para cada tipo de necessidades educativas especiais.

Como sugestão, poderia se acrescentar o padrão de instrumento de controle e manutenção elétrica de equipamentos de serviços e de laboratórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tema foi de extrema importância ao se fazer este estudo, visto que, encontrou-se uma forma mais adequada para aprender a executar uma avaliação a uma instituição de ensino superior.

As Infraestruturas como Indicador de Avaliação de Qualidade no ensino superior, na Faculdade de Ciências de Saúde na Universidade Lúrio, por um lado são adequada mas por outro lado alguns padrões de avaliação não são presentes, e com tudo isso fazem com que exista uma presunção de má qualidade de ensino aprendizagem. Ora vejamos, para o curso de Licenciatura em Psicologia leccionado na UniLúrio não possuem um laboratório de psicologia, razão pela qual, poucas habilidades são concretizadas outros não.

REFERÊNCIAS

ALAIZ, V.; GÓIS, E.; GONÇALVES, C. **Auto-avaliação de escolas**: pensar e praticar. Porto: Editora Asa, 2003.

ALVES, J. M. **Os Exames do Ensino Secundário como dispositivos de regulação das aspirações**: A ficção meritocrática, a organização da hipocrisia, e as acções insensatas (Tese de Doutorado em Educação). Porto: UCP, 2008.

DAVOK, D. F. "Qualidade em Educação". **Avaliação**, vol. 12, n. 3, 2007.

DIAS, N. F.; MELÃO, N. F. R. "Avaliação e Qualidade: Dois Conceitos Indissociáveis na Gestão Escolar". **Revista De Estudos Universitários**, vol. 7, n. 12, 2009.

FERNANDES, D. **Avaliação de Desempenho docente**: desafios, problemas e oportunidades. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

KANTORSKI1 L. P. "Avaliação de quarta geração - contribuições metodológicas para avaliação de serviços de saúde mental".

Interface – Comunicação, Saúde e Educação, vol. 13, n. 31, 2009.

NHAMPULE, A. M.; LANGA, H.; MUKORA, J. **Guião de auto-avaliação de cursos e ou programas e instituições**. Maputo: CNAQ, 2016.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Albino Cândido Zacarias é Técnico Estagiário do Instituto Nacional de Inspecção do Pescado (INIP - IP). Licenciado em Ensino de Química pela Universidade Licungo (UniLicungo). E-mail para contato: albinozacarias27@gmail.com

Amarildo Taquidir de Gussule é professor da Universidade Mussa Bin Bique (UMB). Doutor em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). E-mail para contato: agussule88@gmail.com

Carlos José Domingos Alface é licenciado em Ensino de Química. Mestre em Educação. Doutorando em Química Analítica pela Universidade Federal de Uberlância (UFU). E-mail para contato: carlosalface9@gmail.com

Clarinda Jacinta de Carvalho Horácio é licenciada em Gestão da Contabilidade. Mestre em Administração e Gestão de Negócios pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). E-mail para contato: clarindahoracio01@gmail.com.mz

Edson Amélia Cassambai é licenciado em Planificação, Administração e Gestão Educacional. Mestre em Gestão Pública e Autárquica pela Universidade Lúrio (UniLurio). E-mail para contato: edsoncassambai@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Elias Manjate Júnior é mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Urbana pela Universidade do Lúrio (UniLurio). Área de interesse na pesquisa: Políticas Públicas. E-mail para contato: eliasmanjate83@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Faustino Dinis é servidor do Ministério do Género Criança e Acção Social de Moçambique. Licenciado em Ensino de Matemática pela Universidade Pedagógica (UP). E-mail para contato: admira.dinis@gmail.com

Felicidade Janete Arlindo Cherenga é licenciada em Educação. Mestranda em Psicopedagogia pela Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM). E-mail para contato: filcherenga@gmail.com

Fenias Sabino Mutuque é docente da Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM). Doutor em Comunicação e Marketing pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). E-mail para contato: fsmutuque@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Jaime Ernesto Naene é licenciado em Ensino de Química pela Universidade Pedagógica de Moçambique (UPM). Mestrando em Saúde Pública pela Universidade Alberto Chipande (UNIAC). E-mail para contato: jaimenaene@gmail.com

Jochua Salvador Ngomane é professor da Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM). Mestre em Ciências de Educação pela Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM). E-mail para contato: jochua.ngomane87@gmail.com

Maria Alice Luís é psicóloga clínica do Hospital Central de Nampula. Professora da Universidade Universidade Lúrio (UniLúrio). Ph. D. em Inovação Educativa. E-mail para contato: aliceluis31@gmail.com

Moisés António Palma é Técnico Superior do Instituto Nacional de Inspecção do Pescado (INIP - IP). Licenciado em Ensino de Biologia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (UP). E-mail para contato: dilenpalma@yahoo.com.br

Ricardo Mussá Buanar é professor da Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel. Doutor em Ciências de Educação pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). E-mail para contato: ribuanar@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Sónia Esperança Gemo é Técnica Superior do Instituto Nacional de Inspecção do Pescado (INIP - IP). Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). E-mail para contato: sonia.gemo@gmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024